



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
14ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41) 3210-1691 -
www.jfpr.jus.br - Email: prectb14@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5046863-67.2016.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO

RÉU: ALISSON LUAN DE OLIVEIRA

RÉU: HORTENCIO YOSHITAKE

RÉU: LEONID EL KADRE DE MELO

RÉU: LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA

RÉU: FERNANDO PINHEIRO CABRAL

RÉU: ISRAEL PEDRA MESQUITA

RÉU: LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com fulcro nos elementos constantes do inquérito policial 0007/2016 - DPF/MJ (5023557-69-2016.4.04.7000), ofereceu denúncia imputando (evento 1):

a) as práticas dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16, no art. 288 do Código Penal e no art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90 em face de:

OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, brasileiro, filho de Santana dos Santos Azevedo e Oziris Araújo Azevedo, nascido em 27/06/1989, natural de Manaus/AM, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº 934.288.202-15;

LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, brasileiro, filho de Elisete Ribeiro de Jesus e Gilson Fernandes de Jesus, nascido em 09/06/1995, natural de São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED]

ISRAEL PEDRA MESQUITA, brasileiro, filho de Maria Margarete Pedra Mesquita e João Carlos Mesquita, nascido em 30/10/1989 e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED]

HORTENCIO YOSHITAKE, brasileiro, filho de Ana Maria Yoshtake, nascido em 22/10/1986, natural de Goiânia/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED]

ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de Lucineia de Oliveira, nascido em 16/06/1997, natural de Saquarema/RJ, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED];

b) a prática dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16 e no art. 288 do Código Penal em face de:

LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de Cleide Maria de Oliveira, nascido em 26/08/1989, natural de São José dos Campos/SP, portador da cédula de identidade RG nº 4.456.019-54 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED];

FERNANDO PINHEIRO CABRAL, brasileiro, filho de Mariza Pinheiro Cabral, nascido em 17/03/1994, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF nº [REDACTED] e

c) as práticas dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16, no art. 5º, §1º, I, c/c §2º, da Lei nº 13.260/16, no art. 288 do Código Penal e no art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90 em face de

LEONID EL KADRE DE MELO, brasileiro, filho de Zaine El Kadre de Melo e Luiz Evandro de Melo, nascido em 27/09/1983, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED]

Todos os denunciados estavam preventivamente presos quando do oferecimento da denúncia - Autos de Pedido de Prisão Preventiva nº 5046615-04.2016.4.04.7000.

Segundo a descrição fática constante da inicial acusatória, em síntese, no período de 17/03 a 21/07/2016, todos os denunciados se dedicaram a promover a organização terrorista denominada Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ou da Síria, dependendo da tradução do termo '*al-Sham*'. No original em árabe: '*Al-Dawla Al-Islamiya fi al-Iraq wa al-Sham*').

A promoção se daria por intermédio de publicações em perfis das redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*; de diálogos em grupos fechados do *Facebook* acompanhados de compartilhamento de material extremista; diálogos em conversas privadas via *Facebook*; trocas de *emails*; e conversas por meio do aplicativo *Telegram*. O conteúdo obtido a partir do afastamento judicial dos sigilos de dados, telemáticos e telefônicos se situa entre a exaltação e celebração de atos terroristas já realizados em todo mundo, passando pela postagem de vídeos e fotos de execuções públicas de pessoas pelo Estado Islâmico, chegando a orientações de como realizar o juramento ao líder do grupo ('bayat'), e atingindo a discussão sobre possíveis alvos de ataques que eles poderiam realizar no Brasil (estrangeiros durante os Jogos Olímpicos, homossexuais, muçulmanos xiitas e

judeus), com a orientação sobre a fabricação de bombas caseiras, a utilização de armas brancas e aquisição de armas de fogo para conseguir esse objetivo.

Há expressa referência a centenas de diálogos, imagens, vídeos e postagens realizadas diretamente e/ou compartilhadas pelos denunciados que demonstrariam os indícios materialidade de autoria do crime previsto no art. 3º da Lei nº 13.260/16, na modalidade de promoção de organização terrorista. As condutas estão individualizadas por denunciado. Há referência a diversas postagens realizadas anteriormente à vigência da Lei nº 13.260/16 que permaneceram nos perfis dos denunciados posteriormente à vigência da citada Lei (crimes permanentes).

O crime de organização criminosa (art. 288 do Código Penal) decorreria do fato de que os acusados constituíam um grupo estável que tinha como finalidade o cometimento dos mais diversos crimes. Além dos citados acima, deve-se adicionar que afirmavam pretender cometer delitos de preconceito (contra judeus e homossexuais, especificamente), contra o patrimônio (saques e 'espólios') e de terrorismo propriamente dito (art. 2º da Lei Antiterror).

A prática de corrupção de menores (art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90), na avaliação ministerial, estaria demonstrada na medida em que havia a estimulação pelos denunciados, com exceção de **FERNANDO**, para que dois adolescentes integrassem o grupo, promovessem atos terroristas e praticassem ações vedadas pelo ordenamento jurídico penal brasileiro.

A **LEONID EL KADRE DE MELO** foi atribuída também a prática do crime previsto no art. 5º, §1º, I, c/c §2º, da Lei nº 13.260/16 (recrutamento para organização terrorista), à vista das diversas mensagens que ele teria enviado aos demais denunciados, algumas das quais apenas quatro dias antes da deflagração da primeira fase ostensiva da denominada '*Operação Hashtag*', no intuito de promover o encontro físico dos denunciados para preparação no sentido de que passassem a fazer parte da organização terrorista.

A denúncia foi recebida em **19/09/2016** (evento 7).

Regularmente citados e intimados para os fins dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal (evento 41), os denunciados **LEONID EL KADRE DE MELO, OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, ISRAEL PEDRA MESQUITA, HORTENCIO YOSHITAKE, FERNANDO PINHEIRO CABRAL e ALISSON LUAN DE OLIVEIRA** apresentaram resposta escrita à denúncia, o primeiro representado por defensor constituído e os demais pela Defensoria Pública da União (eventos 68 e 76).

Foi determinado o prosseguimento do feito, uma vez que não foi afastada de plano a acusação (afastadas as teses de inépcia da denúncia e nulidades de declarações prestadas na fase policial) e permaneceram hígidos a justa causa, os pressupostos processuais e as condições da ação (evento 85).

Para instrução processual não foram arroladas testemunhas pela acusação.

Arroladas pelas defesas, prestaram declarações Pedro Marcelo Denofrio Marra (evento 363 e 401); Cecília de Lima (eventos 363 e 401); Guilherme Damasceno Fonseca (evento 345 e 401); Polybio Brandão Rocha (evento 325 e 415); Guilherme Augusto Campos Torres Nunes (eventos 363 e 401); Clayton Santos de Macedo (evento 325); Eurico José da Silva Neto (evento 325); Melissa Pinheiro Cabral Claro (informante/evento 363 e 401); Fabiola Pinheiro Cabral (informante/evento 363 e 401); Carlos Henrique Nunes Cabral Junior (informante/evento 363 e 401); Fabio Yoshitake (informante/evento 363 e 401); Lucas Ribeiro Fernandes de Jesus (informante/evento 363 e 401); Macia Regina Gaya (evento 363 e 401); Isabel Cristina Gonçalves de Moura Cavaleiro (evento 368 e 402); Francisco Helmo de Oliveira Borges (evento 368 e 402); Patrícia Pimenta Canes (evento 368 e 402); Jesus Amaro Coelho dos Santos (evento 368 e 402); José Odair Feitosa Barbosa (evento 368 e 402); Santana Silva dos Santos (evento 368 e 402); Marcelle Camila dos Santos Azevedo (evento 368 e 402); Haitam Taha Ibrahim Isa (evento 368 e 402); André Campos Alves (evento 368 e 402); Rony Von Nascimento de Lima (evento 368 e 402); Termizia Freitas da Silva (evento 402); Estelamares Freitas da Silva (evento 402); Jucelia da Silva Braga (evento 368 e 402); Cleide Maria de Oliveira (evento 368 e 402); Maria Alcione da Silva Lima Cintra (evento 368 e 402); Valdir Rodrigues (evento 368 e 402); Carlos José dos Santos (evento 368 e 402); Willian Rafael de Oliveira (evento 368 e 402); William Oliveira Cintra (evento 368 e 402); Lucineia de Oliveira (informantes/evento 376); Sergio Diamantino de Oliveira (informantes/evento 376); Gustavo Valadares Freire de Sousa (evento 363 e 401); Itamar Almeida de Carvalho (evento 363 e 401); Mauro Mendonça Magliano (evento 636 e 401); Adair Gregório (evento 345); Emanuel Henrique Martins Silva (evento 345); João Carlos Mesquita (evento 368 e 402); Gabriel Henrique de Oliveira Gregório (evento 368); e Erico Barbosa Alves (evento 414 e 415);

Foi homologada desistência da produção da prova testemunhal em relação a Verônica Braga Mendes (evento 244), bem como pedido da defesa de **LEONID** de substituição da oitiva da testemunha Lindeberg Pessoa Leite por Erico Barbosa Alves.

Os réus foram interrogados (eventos 428 e 459).

Após o encerramento da instrução processual, foi parcialmente acolhido o pedido formulado pela Defensoria Pública da União e, por consequência, em 13/12/2016 revogadas as prisões preventivas de **OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, HORTÊNCIO YOSHITAKE** (evento 424), com a adoção de medidas penais alternativas (monitoramento eletrônico e restrições de acesso a páginas virtuais). O pleito foi indeferido em relação aos denunciados **LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, ISRAEL PEDRA MESQUITA, FERNANDO PINHEIRO CABRAL** e **ALISSON LUAN DE OLIVEIRA** (evento 424).

Reiterado o pedido de revogação da prisão preventiva de **LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, ISRAEL PEDRA MESQUITA, FERNANDO PINHEIRO CABRAL** e **ALISSON LUAN DE OLIVEIRA**. O pedido foi acolhido em 14/12/2016 somente quanto ao denunciado **ISRAEL PEDRA MESQUITA**, mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão

(eventos 441 e 472).

Assim, os réus **OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS e HORTÊNCIO YOSHITAKE** permaneceram presos cautelarmente durante o período de 21/07/2016 a 15/12/2016. **ISRAEL PEDRA MESQUITA** permaneceu preso durante o período de 21/07/2016 a 16/12/2016.

Permanecem preventivamente presos em razão deste feito os denunciados **LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA** (desde 11/08/2016), **FERNANDO PINHEIRO CABRAL** (desde 11/08/2016), **ALISSON LUAN DE OLIVEIRA** (desde 21/07/2016) e **LEONID EL KADRE DE MELO** (desde 25/07/2016).

A acusação não requereu diligências com fundamento no disposto no artigo 402 do Código de Processo Penal (evento 512).

A Defensoria Pública da União, no exercício da defesa de **OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, ISRAEL PEDRA MESQUITA, HORTENCIO YOSHITAKE, FERNANDO PINHEIRO CABRAL e ALISSON LUAN DE OLIVEIRA**, requereu a juntada de documentos (evento 517).

A defesa de **LEONID EL KADRE DE MELO** também pugnou pela juntada de documentos (evento 518).

As partes apresentaram alegações finais (eventos 537, 548 e 553).

O Ministério Público Federal pleiteou a condenação dos réus **ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, LEONID EL KADRE DE MELO, OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, ISRAEL PEDRA MESQUITA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, HORTENCIO YOSHITAKE, LUÍS GUSTAVO DE OLIVEIRA e FERNANDO PINHEIRO CABRAL**, na forma preconizada na denúncia. Destacou a regularidade do processo, bem como afirmou que as provas coligidas (tanto na fase inquisitiva quanto na judicial) confirmam os fatos delituosos na forma constante na inicial acusatória. As declarações prestadas pelas testemunhas e informantes arrolados não foram capazes de desconstituir os fatos imputados aos denunciados. Destacou as declarações prestadas pelas testemunhas Guilherme Augusto Torres Nunes (Delegado de Polícia Federal que conduziu a investigação que fundamentou as imputações - evento 401) e Guilherme Damaceno Fonseca (Agente de Polícia Federal - evento 345/videos 10 e 11). Afirmou que as justificativas apresentadas em juízo pelos denunciados não se prestam para afastar as condutas criminosas que lhe foram imputadas. Destacou a confissão de **HORTENCIO**.

Afirmou que a Lei nº 13.260/16 não constitui uma inovação legislativa brasileira, sendo que a incriminação de condutas voltadas ao apoio e à promoção de atos e organizações terroristas se vincula, na realidade, a uma já consolidada tendência internacional de repressão e de prevenção do terror. Nesse sentido, destacou as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU; Convenção

Européia para Prevenção ao Terrorismo de 2005; Código Penal Espanhol; Código Penal Italiano; Código Penal Alemão; Código Penal Belga; Código Penal Francês; Legislação do Reino Unido.

A defesa de **LEONID EL KADRE DE MELO** requereu sucessivamente a absolvição do denunciado com fundamento no disposto no artigo 386, V e VII, do CPP, bem como a aplicação da pena no mínimo legal em caso de eventual condenação. Pugnou pela possibilidade de o denunciado recorrer em liberdade.

Destacou que o ordenamento jurídico nacional não permite o início de investigação, com diligências restritivas ao direito à privacidade (colheita de provas que dependam de prévia autorização judicial), a partir de denúncia anônima. Afirmou que a denúncia anônima pode ser utilizada pela polícia federal para iniciar diligências investigativas, mas nunca poderá servir como elemento probatório para basear sentença condenatória.

Afirmou não existir prova pericial atribuindo a **LEONID** a autoria do *email* encaminhado para o menor Mateus Brandão Fonseca (mensagem em relação a qual há dúvidas quanto à legalidade de sua disponibilização à investigação - autorização dos respectivos genitores). Destacou que o réu optou por exercer em juízo seu direito ao silêncio. Discorreu acerca da "dúvida razoável", sendo que a dúvida deve prevalecer em favor do acusado (*in dubio pro reo*). Afirmou que o resultado investigativo apurou que houve somente postagens e nada mais (nada foi localizado quando do cumprimento dos mandados de busca e apreensão). Em síntese, afirmou que nada de relevante foi encontrado em desfavor do denunciado (em sua residência)

Pugnou pela não regressão de regime do denunciado na ação de EXPEN na Comarca de Comodoro/MT.

A Defensoria Pública da União, no exercício da defesa de **ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, FERNANDO PINHEIRO CABRAL, HORTENCIO YOSHITAKE, ISRAEL PEDRA MESQUITA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA e OZIRIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO** requereu: **a)** o reconhecimento da nulidade da denúncia inepta e dos atos processuais subsequentes, nos termos do art. 564, IV, do Código de Processo Penal; **b)** o reconhecimento da nulidade dos elementos de prova obtidos ilegalmente no inquérito (interrogatórios, sem a presença de advogados), nos termos do art. 564, IV, do Código de Processo Penal, com o consequente desentranhamento do feito; **c)** no mérito, sejam os acusados absolvidos da imputação do art. 3º, da Lei 13.260/2016, por atipicidade das condutas, com fulcro no art. 386, III, do CPP; **d)** no mérito, sejam os acusados absolvidos de todas as imputações contidas na denúncia, com fulcro no art. 386, III ou VII, do Código de Processo Penal; **e)** em caso de eventual condenação, seja a pena fixada em patamar mínimo, em reconhecimento dos vetoriais neutros e favoráveis do art. 59 do Código Penal, bem como pela incidência das atenuantes do art. 66 e 65, III, d, do Código Penal; e **f)** seja reconhecido o direito de apelar em liberdade, em respeito à presunção de inocência, à isonomia e à proporcionalidade, à míngua dos requisitos do art. 312 do CPP para que sejam

impostas e/ou mantidas prisões preventivas.

Preliminarmente, afirmou a nulidade do feito por cerceamento de defesa em razão da inépcia da denúncia. Disse inexistir na denúncia a necessária delimitação das condutas, dado conter imputações alternativas dos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288 do CP, assim ocasionando cerceamento de defesa. Afirmou que o tipo previsto na Lei nº 13.260/16 é especial em relação ao delito de associação criminosa. Afirmou que o crime de corrupção de menores não pode ser apontado como finalidade da suposta associação criminosa, dado que a participação de menores já constitui causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 288 do CP. Ressaltou a omissão na denúncia e memoriais da acusação quanto à natureza da vinculação entre as apontadas condutas por meio da espécie de concurso de crimes, a evidenciar assim que efetivamente se pressupõe denúncia alternativa.

De forma preliminar, ainda, afirmou a nulidade por cerceamento de defesa em razão dos interrogatórios colhidos na fase policial em regime de incomunicabilidade, sem que fosse oportunizada aos denunciados a presença de defensor ao ato ou adequadamente advertidos quanto ao exercício do direito ao silêncio. Pugnou pelo desentranhamento dos autos das declarações prestadas nessa condição. Afirmou haver relatos plausíveis, reforçados em interrogatórios prestados perante este Juízo (evento 459) de que os acusados foram coagidos a assinar os depoimentos e induzidos a fazer declarações visando à liberação do cárcere, sob o pretexto de uma espécie de colaboração premiada ou sob ameaça de não terem a situação ainda mais prejudicada.

Afirmou ainda a nulidade da prova extraída de denúncia anônima. Destacou que o item 1.2. da denúncia (conversa virtual aplicativo Telegram, por meio de grupo denominado JUNDALLAH - mecanismo supostamente utilizado para "promoção de organização terrorista") teve como fundamento elementos constantes da Informação nº 13/2016, produzido pela Polícia Federal, colhidos a partir de denúncia anônima recebida por email, acompanhado de dois arquivos em formato PDF. Destacou que o material correlato somente veio aos autos (evento 524) a pedido da defesa, na fase do artigo 402 do CPP. Afirmou que dos documentos apresentados percebe-se que o email foi encaminhado à Polícia Federal em 15/06/2016, quando já em curso o inquérito policial relacionado a esta investigação (instaurado em 06/05/2016). Sustentou que *"À análise da cronologia dos documentos que compõem o IPL é forçoso reconhecer que a informação travestida de denúncia anônima trata-se de provável atuação de agente colaborador infiltrado a pedido da Polícia Federal para atuar em desacordo com a lei. 12.850/2013, a qual exige que atuação infiltrada e controlada seja "precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabeleça seus limites" (art. 10). Aduziu que "É inegável que o inquérito desta operação, instaurado em 09/05/2016 resultou do atendimento de um alerta feito pelo FBI por meio de memorando encaminhado em 06/05/2016. A cronologia dos atos de investigação documentados não deixa dúvidas disso."* Aduziu que o conteúdo dos anexos do evento 524, supostamente encaminhados por "denunciante anônimo", não podem ser admitidos como elemento indiciário ou probatório válido, dado terem sido produzidos e selecionados por agente não-policial infiltrado em grupo de rede social em colaboração articulada com a

Polícia Federal para efeito de municiar a investigação de elementos, em desconformidade com as exigências da Lei nº 12.850/2013. Requereu sejam descartados e desconsiderados referidos elementos, por serem nulos e inválidos (art. 564, IV, do CP).

No mérito, afirmou a inadequação típica das condutas ao artigo 3º da Lei nº 13.260/2016 (vigente a partir de 18/03/2016). Sustentou que a conduta de "promoção de organização terrorista" prevista no artigo 3º da referida Lei não se confunde com o conceito de promoção pretendido pela acusação enquanto qualquer difusão de ideologia terrorista. Destacou o veto ao artigo 4º da citada Lei e respectivas razões. Ressaltou o direito à livre manifestação. Afirmou que *"o verbo promover contido no art. 3º não empresta o significado apontado pela acusação, ou seja, de "promoção da ideologia terrorista", mas significa a promoção da própria organização, por meio de atos concretos que devem ultrapassar a seara da apologia ou da propaganda de ideais extremistas, mas sim concretamente direcionados à constituição e desenvolvimento da organização terrorista"*. Sustentou não se poder admitir como válidas meras manifestações de apoio ou simpatia à ocorrência de atentados ou de simpatia a ideais extremistas. Ressaltou que a apologia ao terrorismo não é incriminada no ordenamento jurídico nacional. Afirmou que *"Suprimir a observância da legalidade e alargar os limites da tipificação penal a pretexto de se combater o terrorismo representa verdadeira aplicação do chamado Direito Penal do Inimigo, equivalente a um estado de exceção voltado ao expansionismo penal ineficiente (...)"*

Por outra ótica, afirmou a inaplicabilidade da Lei nº 12.360/2016 a fatos anteriores a sua vigência, não merecendo amparo a pretensão acusatória de que as postagens no ambiente virtual se protraem no tempo quando não excluídas ou apagadas. Afirmou ainda a atipicidade das condutas narradas e destacou o fato de não ter sido comprovada a aquisição pelos denunciados de armamentos, explosivos ou componentes químicos destinados à prática de atentados ou sequer algum planejamento de atentado. As ilações acusatórias se baseiam exclusivamente em mensagens ou postagens de *internet* atribuídas aos acusados, sem qualquer indício de ato concreto destinado à promoção de qualquer organização terrorista. Não há elementos comprobatórios aptos a sequer evidenciar o engajamento criminoso dos acusados, existindo apenas um relacionamento virtual entre alguns deles. Somente existem conversas virtuais ou postagens, nada mais.

Afirmou ainda a ausência de provas suficientes do dolo em relação a todas as imputações. Destacou que as manifestações dos acusados deram-se exclusivamente no âmbito privado (conversas marcadas pelo tom de bravata ou do interesse fruto da curiosidade própria da juventude dos acusados), não tendo ocorrido publicamente qualquer ato de enaltecimento, favorecimento ou desenvolvimento da organização terrorista Estado Islâmico. Os diálogos e postagens descritos na denúncia demonstram em nenhum momento um efetivo intento terrorista ou de engajamento com organização terrorista. Tampouco há elementos que evidenciem a intenção de associação entre os denunciados para qualquer atividade relacionada à referida organização terrorista ou para corromper menores para esse fim.

Destacou que nenhum dos acusados adquiriu artefatos terroristas, traçou planos de atentado, adquiriu passagens rodoviárias ou aéreas, ou detinham documentos com efetivo intento migratório e de engajamento terrorista, além de estarem distanciados geograficamente pelo fato de residirem em localidades bastante diversas. Não houve a descoberta do agendamento de encontro entre os acusados para empreender qualquer plano ou ação terrorista.

Ressaltou que após o término dos Jogos Olímpicos foram apurados novos investigados (com postagens piores do que as dos denunciados) em relação aos quais não foi determinada qualquer medida cautelar. Da mesma forma, consignou o fato de ter sido revelada, ao final da investigação, a existência de um jornalista infiltrado em grupos virtuais, tendo agido claramente como agente provocador de manifestações extremistas, unicamente com o objetivo de realizar matéria jornalística veiculada em mídia nacional. Afirmou que, com a conclusão do inquérito policial (com outros indiciados ainda não denunciados), ficou demonstrada injustiça em relação aos investigados denunciados, os quais somente assim o foram em razão do momento crítico da realização dos jogos olímpicos.

Por fim, em caso de eventual condenação, pugnou pela aplicação da pena no mínimo legal, bem como seja reconhecido o direito de apelar em liberdade.

Autos registrados para sentença (evento 555).

Sobreveio conversão em diligência para prestação de esclarecimentos e manifestações (evento 584) sobre as circunstâncias noticiadas nos eventos 562 e 563. A questão restou decidida no evento 596, à vista do contido nas petições dos eventos 590 e 593.

Os autos, então, retornaram conclusos para sentença.

Essa é a síntese do que interessa.

Decido.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. Preliminares

1.1. Nulidade por Cerceamento de defesa em razão da inépcia da denúncia.

A defesa aduziu a ausência de delimitação clara, discriminada e precisa das condutas que se amoldariam distintamente aos tipos do art. 3º da Lei nº 13.260/2016 e do art. 288 do CP, o que inviabilizaria o exercício do direito de defesa. Destacou ser plurinuclear o crime previsto no artigo 3º da Lei nº 13.260/2016, sendo indevida, por consequência, a imputação do crime previsto no artigo 288 do Código Penal. Afirmou a ausência de delimitação fática e temporal das condutas que caracterizariam o crime de associação criminosa, ainda que se tenha em mente uma tipicidade anterior à lei antiterrorismo. Aduziu se tratar de denúncia alternativa, amplamente rechaçada pelo entendimento jurídico

dominante.

Afirmou também ser indevida a imputação do crime de corrupção de menores, tendo em vista que a participação de menores é causa de aumento do crime previsto no artigo 288 do CP.

O pleito é de ser indeferido.

Diversamente do sustentado, não entendo caracterizada na denúncia a imputação "alternativa" dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/2016 e no art. 288 do Código Penal.

A descrição fática constante da peça acusatória foi suficiente para permitir aos réus o conhecimento dos fatos que lhes foram imputados, permitindo o exercício do direito de defesa em sua plenitude.

Há também a necessária correlação entre os fatos narrados e a adequação típica a eles atribuída na denúncia.

A imputação atinente ao artigo 3º da Lei nº 13.260/2016 está relacionada às postagens em redes sociais de promoção a grupos extremistas realizadas individualmente pelos denunciados, a despeito das comunicações verificadas em grupos de redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea. A conduta de cada acusado foi exaustivamente narrada na denúncia. Já a imputação do crime previsto no artigo 288 do Código Penal não decorre por si e necessariamente das postagens, mas sim do vínculo associativo verificado entre os denunciados para o fim de praticar crimes, independentemente da efetiva prática de condutas incriminadas.

De todo modo, cumpre se salientar que eventual alteração da capitulação jurídica dos fatos confunde-se com o mérito da imputação. Da mesma forma, também posteriormente será analisada com mais profundidade a adequação jurídica dos fatos descritos na denúncia como sendo corrupção de menores - se crime previsto no artigo 244-B, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.069/90 ou se causa especial de aumento do crime previsto no art. 288 do Código Penal.

Os fatos imputados foram amparados em elementos de prova constantes do inquérito policial nº 0007/2016-DPF/MJ (Eproc nº 5023557-69.2016.4.04.7000) e houve ajustamento suficiente entre os fatos atribuídos a cada um e a capitulação jurídica respectiva para o trânsito da ação penal.

Sendo assim, não caracterizada a inépcia da denúncia, rejeito, da mesma forma que já o fiz na decisão do evento 85, o pedido da defesa de nulidade da peça acusatória e consequente cerceamento de defesa.

1.2 Nulidade das Declarações Prestadas na Fase Policial

Afirmou que os primeiros depoimentos dos acusados foram realizados no âmbito da Penitenciária Federal de Campo Grande sem que lhes fosse oportunizada a invocação da presença de defensor ao ato, bem como em

absoluta contrariedade a diversas garantias processuais constitucionais.

Alegou que os acusados não foram adequadamente advertidos quanto ao exercício do direito ao silêncio, tampouco esclarecidos quanto à possível acusação que pesava contra eles, além de não ter sido ofertado o direito de solicitar a presença de um defensor. Tais constatações evidenciariam um grau inaceitável de cerceamento de defesa e de constrangimento ilegal quando da colheita dessas declarações.

Aduziu existirem relatos plausíveis de que os acusados se sentiram coagidos a assinar os depoimentos e induzidos a fazer declarações visando à liberação do cárcere, sob o pretexto de uma espécie de colaboração premiada.

Destacou ainda o regime prisional do SPF vigente à época (Portaria DISPF n.4, de 28 de junho de 2016, do Ministério da Justiça - restrições absolutamente ilegais e inconstitucionais de acesso dos advogados ao local) e a dispensa da realização por este Juiz da audiência de custódia quando da prisão temporária dos investigados.

O entendimento exposto pela defesa não merece guarida.

É incontroverso que os atos realizados nas dependências da Penitenciária Federal de Campo Grande nos quais foram colhidas as primeiras declarações prestadas pelos denunciados após suas prisões temporárias não foram acompanhados por defensores.

Entretanto, não há indícios de ilegalidades praticadas em detrimento dos réus.

A colheita dessas declarações foi registrada em vídeos (eventos 38 e 194), nos quais é possível verificar a regularidade dos procedimentos adotados pela Autoridade Policial, inclusive com referência às garantias constitucionais dos declarantes. Não há qualquer indício ou evidência de que os acusados tenham sido coagidos a prestar qualquer tipo de declaração. Ao contrário, alguns optaram serenamente por fazer uso do direito ao silêncio enquanto outros preferiram desde logo exercer o direito de defesa pessoalmente.

Considerando a natureza então temporária das prisões, adequado e recomendável o procedimento de pronta colheita das declarações dos denunciados para a celeridade da investigação, até mesmo para se apurar a extensão da organização que afirmavam, segundo constava nos elementos de prova até então colhidos, integrar e os riscos concretos que representavam para a coletividade com vistas, também, a se evitar a prática de qualquer ato efetivamente terrorista.

Oportuno destacar que o acompanhamento dos atos do inquérito policial por defensor trata-se muito mais de prerrogativa do advogado já constituído ou público nomeado (art. 7º, XXI, do Estatuto da OAB na redação da Lei nº 13.245/16) do que regra processual que obriga a presença de advogado em todo ato levado a cabo em investigação policial. Tanto é assim que o investigado pode dispensar a presença de defensor no interrogatório sem que isso represente qualquer nulidade. Isso em razão da natureza inquisitorial do

inquérito policial. Ou seja, o novel dispositivo legal não impõe, por si, a obrigação da presença de defensor para validade dos atos policiais, mas exige a participação dele quando devidamente constituído ou nomeado a pedido expresso do investigado.

Não fosse essa a interpretação haveria de existir um defensor público atuando em regime de plantão 24 horas por dia nos 7 dias da semana em cada delegacia de polícia do país para acompanhar a totalidade das oitivas dos milhares de conduzidos e/ou autuados em flagrante diariamente nas repartições policiais como suspeitos da prática dos mais diversos crimes. Estes, como regra, são ouvidos sem a presença de advogado, exceto quando, não podendo custear os honorários respectivos, o solicitam - e, ainda assim, quando a defensoria pública, acionada, comparece à Delegacia - ou se fazem acompanhar por algum profissional contratado de sua confiança. Somente nessas últimas hipóteses é que é aplicável o dispositivo citado, não coincidentemente constante no capítulo II ('dos direitos do advogado') do Estatuto da OAB.

No caso em particular, não há registro de que, na ocasião da tomada dos depoimentos, os presos houvessem indicado à Autoridade Policial possuírem advogado para representá-los ou tivessem afirmado não terem condições de fazê-lo e solicitado, já na oportunidade, nomeação da DPU.

A prisão dos denunciados era do conhecimento de seus familiares (ocorreu simultaneamente ao cumprimento dos mandados de busca e apreensão nas respectivas residências, existindo nos autos prova de que cópias de todos os mandados permaneceram com algum parente próximo) e as informações acerca do local de custódia sempre estiveram acessíveis aos interessados, estando disponível a seus familiares buscar assistência jurídica.

Dessa forma, independentemente das alegadas dificuldades de acesso pelos defensores ao local onde os denunciados estavam custodiados, não há nulidade nos atos nos quais foram realizadas as oitivas dos acusados após suas prisões.

Consigno, ainda, que os presos foram posteriormente interrogados. Nesta ocasião, então, foram previamente intimados os advogados que os assistiam, por procuração ou por nomeação do Juízo.

Recentemente, a Grande Câmara da Corte Europeia de Direitos Humanos, examinando caso em que havia imputação da prática de terrorismo e se reclamava a falta de assistência de advogado na primeira oitiva policial dos investigados, assentou, por 15 votos a 1, que a ausência de um defensor, em certas condições, pode ser justificável, sobretudo quando é necessário, rapidamente, apurar todos os contornos da organização, para se evitar a iminente prática de crimes relacionadas ao terrorismo (Ibrahim e outros v. Reino Unido, Estrasburgo, data do julgamento: 13/9/16. Íntegra disponível em <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-166680>).

No ponto, a testemunha arrolada pela própria defesa, DPF Guilherme Torres, esclareceu suficientemente como se deram as primeiras oitivas

policiais e quais as suas finalidades. O relato é consentâneo com o que acima foi exposto, estando em linha também com o entendimento da Corte Europeia dos Direitos Humanos (evento 401, VIDEO5 a VIDEO8).

Não fosse por tudo isso, destaco que as primeiras declarações prestadas pelos denunciados na esfera policial sem a presença de defensor não foram sequer mencionadas pelo MPF na denúncia. Portanto, não serviram como suporte para as imputações feitas em desfavor dos réus. O que nelas se contém somente seria considerado quando do julgamento do mérito desta ação penal caso confirmado por outros elementos de prova produzidos ou referendados ao longo da instrução. Desde logo, contudo, adianto que o conteúdo dos depoimentos mencionados também não serviu como suporte para o exame da materialidade e autoria delitivas quando da análise do mérito da demanda.

Afasto, por isso, a preliminar suscitada.

1.3. Nulidade da prova extraída de denúncia anônima.

A defesa sustenta que as cópias dos arquivos contendo os diálogos do grupo JUNDALLAH no aplicativo de mensagens instantâneas Telegram que, segundo a Autoridade Policial, teriam sido encaminhadas anonimamente por *email*, juntados no evento 524, o foi em 15/6/16, quando já em curso o inquérito policial instaurado para a apuração dos fatos. Entende que, diante desse fato, a conclusão possível é a de que houve infiltração de agentes com violação ao disposto no art. 10, da Lei nº 12.850/13, porquanto ausente autorização judicial prévia.

Assevera que o inquérito policial foi instaurado em 09/5/2016 tendo resultado de encaminhamento de Memorando subscrito pelo FBI em 06/5/2016, o que teria sido negado pelas testemunhas ouvidas em Juízo, integrantes da Polícia Federal.

Por fim, sustenta que os elementos de prova decorrentes das telas do grupo JUNDALLAH do Telegram não podem ser aproveitados uma vez que *"existem elementos veementes de que foram produzidos e selecionados por agente não-policial infiltrado em grupo de rede social em colaboração articulada com a Polícia Federal para efeito de municiar a investigação de elementos, cujo acesso se deu em burla às exigências da Lei 12.850/2013"*. Portanto, incidiria a nulidade da prova, na forma do art. 564, IV, do CPP.

A preliminar não pode ser acolhida.

Inicialmente consigno que não há qualquer relevância processual na circunstância de que a investigação tenha-se iniciado, ou não, a partir do memorando oriundo da Embaixada dos Estados Unidos da América.

A Polícia Federal conta com uma divisão especializada na investigação de ações terroristas, assim como possui unidades especializadas em lavagem de ativos, tráfico de entorpecentes, de pessoas, de crimes patrimoniais, de organizações criminosas, de tráfico de pessoas, de crimes por internet, de pedofilia, dentre várias outras.

É intuitivo que, no dia a dia, os policiais nas lotados não fiquem simplesmente sentados aguardando que alguém lhes encaminhe um *email* ou ofício para que iniciem quaisquer diligências investigatórias. A atividade policial implica o envolvimento com a coletividade, a busca de informações, o convívio com outros organismos policiais, a realização de pesquisas de campo em vista do recebimento por qualquer meio de notícias de fatos que podem ser criminosos.

Então, é óbvio que, quando se trata de apuração de engajamento via *internet* ou redes sociais em ações terroristas, os analistas policiais vasculham cotidianamente o ambiente virtual como uma das formas de elaboração de relatórios, e recebem expedientes de outros órgãos públicos, de entidades privadas de monitoramento de internet engajadas no uso sadio da rede mundial de computadores, como por exemplo a ONG Safernet (<http://new.safernet.org.br>).

Não existe, portanto, nenhuma ilegalidade em se obter um memorando oriundo de Embaixada ou órgão policial estrangeiro dando conta da prática de algum crime e a partir disso iniciar uma investigação. Desimporta se a informação provém dos EUA, Alemanha, Cuba, Coreia do Norte, Rússia, China, Dinamarca, Itália, Paraguai, Argentina ou Afeganistão. Esse fato ocorre diariamente quanto aos mais diversos crimes, incluindo pedofilia, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas e disso não se irradia nulidade alguma.

A rigor, a situação é diametralmente oposta à tese defensiva: quando se trata de crimes cuja característica é a transnacionalidade a regra é a cooperação entre os países. Com muito maior razão ainda quando a investigação ocorre pela prática de crimes associados ao terrorismo, cuja gravidade é tão cristalina que sequer merece ser detalhada no momento histórico em que se vive. Vislumbrar qualquer nulidade decorrente de que a suposta origem da investigação veio de um ofício da embaixada americana é um despropósito processual e fático.

Da mesma forma, a remessa de informação anonimamente por *internet* é muito usual. A própria Justiça Federal o recebe periodicamente por intermédio de *emails* direcionados diretamente às Varas ou encaminhados por meio do link da Ouvidoria em seu *website*.

Portanto, é absolutamente descabida a argumentação de que teria alguma relevância o fato de a apuração ter-se iniciado, ou não, a partir de um memorando do FBI, encaminhado via Embaixada dos EUA. Da mesma forma, não possui qualquer importância que as telas do grupo JUNDALLAH do Telegram tenham sido enviadas posteriormente à instauração do IPL pela DPF/DAT, mesmo porque nunca se afirmou que a origem da investigação estava na tal denúncia anônima.

Cabe ainda um último esclarecimento: a conclusão de que o acesso aos diálogos travados no bojo do grupo do aplicativo Telegram se deu por agente infiltrado em violação à legislação aplicável é fruto de fabulação mental da defesa. Não há rigorosamente nada nos autos que ampare essa conclusão, além do exercício lógico-indutivo por ela promovido, sendo ele de sua exclusiva responsabilidade.

Os tais 'elementos veementes' de que as peças foram produzidas por agente infiltrado não possuem correspondência alguma com os fatos.

De consequência, todas as afirmações contidas na peça defensiva que sugerem ter alguma das testemunhas omitido ou faltado com a verdade em seus depoimentos refletem, se não um excesso de linguagem incomum para os padrões normalmente adotados por advogados criminais particulares ou públicos, nestes incluídos os mais renomados e combativos, no mínimo uma avaliação absolutamente equivocada dos elementos de prova existentes nos autos.

Diante disso, afasto também essa preliminar arguida.

2. Mérito

No mérito, trata-se de examinar as condutas de OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, ISRAEL PEDRA MESQUITA, HORTENCIO YOSHITAKE e ALISSON LUAN DE OLIVEIRA em face de quem foram imputadas as práticas dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16, no art. 288 do Código Penal e no art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90; de FERNANDO PINHEIRO CABRAL relativamente às práticas dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16 e no art. 288 do Código Penal; e de LEONID EL KADRE DE MELO em virtude das apontadas práticas dos crimes previstos no art. 3º da Lei nº 13.260/16, no art. 5º, §1º, I, c/c §2º, da Lei nº 13.260/16, no art. 288 do Código Penal e no art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90.

Passo a analisar a materialidade e autoria em relação a cada um dos crimes atribuídos pela acusação.

2.1. Materialidade e Autoria

2.1.1. Promoção de organização terrorista.

Materialidade

Art. 3º, da Lei nº 13.260/16:

Art. 3º_ Promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista:

Pena - reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Trata-se de tipo de ação múltipla e pluriofensivo cujas objetividades jurídicas são, primordialmente, a paz e a incolumidade públicas, mas também a vida, a integridade física e o patrimônio. Na modalidade 'promover', 'constituir' ou 'integrar' é crime permanente. O dolo é o genérico.

O repúdio ao terrorismo configura um dos princípios constitucionais fundamentais das relações internacionais contidos na Carta da República brasileira, estando expresso no art. 4º, VIII, da CF/88.

Consequentemente, a criminalização das práticas relacionadas ao terrorismo decorre de imperativo constitucional expresso (art. 5º, XLIII, CF/88: *"a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem"*).

É um crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.

A definição legal de terrorismo no Brasil está expressa no art. 2º da Lei nº 13.260/16:

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

Por sua vez, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ou da Síria, dependendo da tradução do termo *'al-Sham'*. No original em árabe: *'Al-Dawla Al-Islamiya fi al-Iraq wa al-Sham'*), ou apenas Estado Islâmico, é uma organização terrorista assim reconhecida pela Organização das Nações Unidas por intermédio, mais recentemente, da Resolução nº 2249/2015², da Resolução nº 2253/2015³ e da Resolução nº 2255/2015⁴, todas do seu Conselho de Segurança.

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores há muito reconhece aquela organização como terrorista. Destaque-se a Nota 467⁵ em que o país saudou a edição pela ONU da Resolução nº 2249/2015. Mais recentemente, o Decreto nº 8.799/16⁶ expressou formalmente a adesão brasileira aos postulados contidos na Resolução nº 2253/2015 acima citada.

Portanto, não há qualquer dúvida acerca da legitimidade constitucional da criminalização de condutas relacionadas ao terrorismo, bem como da potencialidade lesiva acentuada das ações levadas a cabo por indivíduos que aderem a organizações desse jaez.

A gravidade em torno da escalada do terrorismo internacional é tão grande que já no ano de 2005 a Organização das Nações Unidas instituiu o *Counter-Terrorism Implementation Task Force*, estabelecendo a Estratégia Global contra o Terrorismo baseada em quatro pilares (identificação das condições que conduzem à disseminação do terrorismo, prevenção e combate ao terrorismo, capacitação estatal e fortalecimento do papel da ONU, assegurar os direitos humanos e a aplicação do direito)⁷. Um dos seus grupos de trabalho instituídos tem como finalidade justamente proteger pessoas e instituições vulneráveis que podem ser atingidos pela disseminação dos ideais terroristas por meio da internet⁸.

O autoproclamado Estado Islâmico é organização terrorista altamente violenta que preconiza a supremacia de sua visão religiosa sectária, incapaz de conviver com a diversidade e com qualquer outro modo de vida que não seja aquele que seus seguidores procuram impor. É totalitário,

antidemocrático e, sobretudo, criminoso. Promove sequestros, tortura, morte e destruição do patrimônio público, privado e histórico, sempre com a finalidade de, pela violência, intimidar e promover a instauração de seus ideais extremistas e antidemocráticos. Conta com um verdadeiro exército de seguidores e busca a adesão e o recrutamento de novos integrantes por meio dos modernos sistemas de comunicação, tais como a *internet*, redes sociais e *smartphones*.

A comunidade internacional, representada pela ONU, estabeleceu em diversas de suas Resoluções como uma de suas metas a erradicação completa do tal ISIS, ISIL ou simplesmente Estado Islâmico, incluindo sua ideologia inaceitável para os padrões civilizados.

No contexto da crescente necessidade de se fazer frente, por intermédio da criminalização de condutas, ao flagelo do terror, os Estados Nacionais não apenas reconhecem a necessidade de se emprestar uma resposta penal aos atos executórios que caracterizam ações terroristas em si mesmas como também aos atos preparatórios. Na mesma toada, àquelas condutas que, de qualquer forma, se destinem a estimular, banalizar e a disseminar as ideias sectárias criminosas de ódio, intolerância religiosa e violência exacerbada. O objetivo da prevenção geral do Direito Penal é atendido plenamente quando, para a proteção dessa espécie de bem jurídico, são incriminados atos anteriores às práticas propriamente terroristas, como mais comumente conhecidas (explosões, homicídios, agressões físicas, sequestros e dano ao patrimônio, dentre outras), tal como estabelecido no art. 2º, §1º da Lei nº 13.260/16.

É nesse cenário que deve ser entendido o tipo penal do art. 3º da Lei Antiterrorismo brasileira.

Sobre a potencialidade lesiva e o impacto do uso do ambiente virtual para a difusão de ideais terroristas e a consequente radicalização vejamos os seguintes trechos do documento intitulado "the use of the internet for terrorist purposes" elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ainda no ano de 2012:

8. Terrorist propaganda is often tailored to appeal to vulnerable and marginalized groups in society. The process of recruitment and radicalization commonly capitalizes on an individual's sentiments of injustice, exclusion or humiliation. Propaganda may be adapted to account for demographic factors, such as age or gender, as well as social or economic circumstances.

9. The Internet may be a particularly effective medium for the recruitment of minors, who comprise a high proportion of users. Propaganda disseminated via the Internet with the aim of recruiting minors may take the form of cartoons, popular music videos or computer games. Tactics employed by websites maintained by terrorist organizations or their affiliates to target minors have included mixing cartoons and children's stories with messages promoting and glorifying acts of terrorism, such as suicide attacks. Similarly, some terrorist organizations have designed online video games intended to be used as recruitment and training tools. Such games may promote the use of violence against a State or prominent political figure, rewarding virtual successes, and may be offered in multiple languages to appeal to a broad audience.

12. Preventing and deterring incitement to terrorism in the interest of protecting

national security and public order are legitimate grounds for limiting freedom of expression, as provided under article 19, paragraph 3, of the International Covenant on Civil and Political Rights. These grounds are also consistent with article 20, paragraph 2, of that Covenant, which requires States to prohibit any advocacy of national, racial or religious hatred that constitutes incitement to discrimination, hostility or violence. In the light of the fundamental nature of the right to freedom of expression, however, any restrictions on the exercise of this right must be both necessary and proportional to the threat posed. The right to freedom of expression is also linked to other important rights, including the rights to freedom of thought, conscience and religion, belief and opinion.

13. Recruitment, radicalization and incitement to terrorism may be viewed as points along a continuum. Radicalization refers primarily to the process of indoctrination that often accompanies the transformation of recruits into individuals determined to act with violence based on extremist ideologies. The process of radicalization often involves the use of propaganda, whether communicated in person or via the Internet, over time. The length of time and the effectiveness of the propaganda and other persuasive means employed vary depending on individual circumstances and relationships.

38. Terrorist use of the Internet is a transnational problem, requiring an integrated response across borders and among national criminal justice systems. The United Nations plays a pivotal role in this regard, facilitating discussion and the sharing of good practices among Member States, as well as the building of consensus on common approaches to combating the use of the Internet for terrorist purposes.

469. The primary objective of terrorism-related investigations is public safety. In some cases, authorities need to intervene to prevent the commission of terrorist acts before there is sufficient evidence available to initiate a prosecution for the terrorist acts that authorities suspect are being planned.

470. In these situations, authorities might need to rely upon other criminal offences to provide the legal basis for their actions, including offences such as solicitation, conspiracy, criminal association or providing material support to terrorists, rather than substantive crimes related to terrorist acts being planned. Other general penal provisions related to fraud or the possession or use of unlawful articles (e.g. false identity/travel documents, weapons) can be used to disrupt or compromise the activities of terrorist groups before their planned attacks or activities are carried out^{9,10}

No esforço de enfrentamento à disseminação da cultura do terrorismo e ao seu recrutamento ganham relevo as Resoluções 1373/2001¹¹, 1377/2001¹², 1624/2005¹³ e 2178/2014¹⁴ (internalizada no Brasil pelo Decreto nº 8.530/15¹⁵), todas do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Exemplificativamente, a última Resolução expressa textualmente preocupação com “o crescente uso pelos terroristas e seus apoiadores das tecnologias de comunicação com o propósito de radicalização para o terrorismo, recrutando e incitando o cometimento de atos terroristas, inclusive por meio da internet, e financiando e facilitando a viagem e atividades subsequentes de combatentes terroristas estrangeiros, e sublinhando a necessidade de que os Estados Membros atuem de modo cooperativo para impedir que os terroristas se aproveitem de tecnologias, comunicações e recursos para mobilizar apoio para atos terroristas, respeitando ao mesmo tempo os direitos humanos e as liberdades

fundamentais e em conformidade com as demais obrigações derivadas do direito internacional” para, mais adiante, determinar que todos os Estados-Membros devem assegurar que seu direito interno estabeleça como crimes graves, suficientes para permitir a persecução penal, de forma que reflita devidamente a gravidade do delito, a organização ou outro tipo de facilitação internacionais, inclusive atos de recrutamento, por seus nacionais ou em seus territórios, da viagem de indivíduos que partam para um Estado distinto daqueles de sua residência ou nacionalidade com o propósito de perpetrar, planejar, preparar ou participar de atos terroristas, ou fornecer ou receber treinamento para o terrorismo.

Especificamente quanto à estratégia de propaganda do chamado Estado Islâmico:

ISIS was offering something novel, dispensing with religious argumentation and generalized exhortation and emphasizing two seemingly disparate themes - ultraviolence and civil society. They were unexpectedly potent when combined and alternated.

The ultraviolence served multiple purposes. In addition to intimidating its enemies on the ground (Iraqi troops who fled before the IS advance had reportedly been terrified by footage of mass execution of prisoners), ultraviolence sold well with the target demographic for foreign fighters - angry, maladjusted young men whose blood stirred at images of grisly beheadings and the crucifixion of so-called apostates^{16, 17}

O impacto da disseminação por internet das ideias sectárias dessa organização terrorista é tão impressionante e avassalador que os estudiosos hoje reconhecem a existência de um 'cibercalifado'. Vejamos:

Neste momento, já há um cibercalifado, que é uma inigualável plataforma de comunicação externa e interna. Expliquemos.

Para fora, temos propaganda e pregação permanente, com o objectivo legitimar acção violenta e recrutar. Para a subversão é crucial o enquadramento colectivo e uma preparação psicológica que sensibilize e mobilize a massa social para a adesão à causa.

Em paralelo ao conceito de jihad, está o de dawah, que significa, literalmente, proselitismo. Para o jihadismo isto equivale ao espectro de informação empregue para propagar a mensagem e convencer muçulmanos a rejeitar os valores ocidentais e os regimes apóstatas. Pode ir desde sermões tradicionais de imãs em mesquitas até a formatos multimédia distribuídos via web.¹⁸

O grau de sofisticação e de apuro técnico adotados para a disseminação de uma espécie de estética da violência associada à causa do extremismo tem como finalidade a adesão crescente de pessoas ao redor do mundo ao 'jihadismo' nos termos em que proclamado pelo ISIS. Adquire contornos de superprodução marcada pela morbidez em que a agressividade e a violação sistemática de direitos humanos são percebidas como uma espécie de jogo virtual capaz de motivar a participação de grupos de indivíduos em qualquer canto do planeta.

De acordo com o jornal Washington Post em sua edição *online* de

20/11/2015 ("Inside the surreal world of the Islamic State's propaganda machine"¹⁹), as cenas de batalha e as decapitações públicas levadas a cabo pelos terroristas são tão pensadas e encenadas que os guerrilheiros e carrascos muitas vezes as protagonizam em vários *takes*, lendo discursos escritos em papéis propositadamente ocultos das câmeras. No departamento de mídia do Estado Islâmico há vários cidadãos estrangeiros e ocidentais, com experiências anteriores em emissoras jornalísticas ou em empresas de tecnologia.

Entrevistado pelo jornal, Abu Abdullah al Maghribi, ex-membro do E.I., afirmou que *"as pessoas de mídia são mais importantes do que os soldados. O seu rendimento mensal é maior. Têm melhores carros. Têm o poder de encorajar os que estão em combate e o poder de trazer mais recrutas para o Estado Islâmico"*²⁰.

A promoção do terrorismo por intermédio da disseminação, da estimulação mútua e do compartilhamento dos seus ideais cumpre ainda duas finalidades fundamentais e altamente danosas para a convivência harmônica, pacífica e igualitária entre os seres humanos: convencer a audiência de que a causa é nobre e justificável e desumanizar as vítimas. A esse propósito, escreve Lígia Gonçalves Silva:

A desumanização é um processo que envolve a categorização de um grupo como desumano, caracterizando-o como inferior e negativo (Bar-Tal, 1989). Segundo Kelman (1976), desumanizar envolve negar a identidade de uma pessoa, ou seja, não a reconhecer como indivíduo e, quando isso acontece, perder-se a capacidade de evocar compaixão e empatia. Forest (2006) citado em Sparago (2007) explica que "um grupo com ideologia extremista, primeiro elimina a velha identidade social do novo recruta, e depois condiciona-o a identificar os inimigos do grupo como sub-humanos que devem ser eliminados" (Forest, 2006 cit in Sparago, 2007, p.44). Uma das formas de desumanização proposta por Reguera (2008) é a demonização. Ancorada no discurso religioso-teológico, característico da alQaeda, a demonização atribui características demoníacas aos membros do grupo considerado como inimigo. Na sua base está a luta "do bem contra o mal" e é considerado "irracional e desumano não proceder à destruição do mal", através da eliminação da maldade intrínseca presente nos membros do grupo demonizado (Reguera, 2008, p.12). Esta guerra "entre o bem e o mal" é assim usada como instrumento político para destruir ou converter um determinado exogrupo, tendo como justificativa um discurso religioso (Reguera, 2008).²¹

É precisamente por conta desses fatores que no Direito comparado se encontram diversos dispositivos penais incriminando condutas de promoção e propaganda de organizações e atos terroristas.

Assim, na linha do que muito bem pontuado pelo Ministério Público Federal em suas alegações finais (evento 537, ALEGAÇÕES1, item V):

O Código Penal espanhol, por exemplo, estabelece, em seu artigo 572, item 1, que quem promover, constituir, organizar ou dirigir uma organização ou grupo terrorista será castigado com as penas de prisão de oito a quatorze anos e inhabilitação especial para emprego ou cargo público de oito a quinze anos.

O artigo 575, do mesmo diploma determina, por seu turno, que será punido com pena de prisão de dois a cinco anos quem, com a finalidade de cometer alguns

dos delitos previstos no seu Capítulo VII – das organizações e grupos terroristas e dos delitos de terrorismo –, acesse de maneira habitual um ou vários serviços de comunicação acessíveis ao público on-line ou conteúdos acessíveis através da internet ou de um serviço de comunicações eletrônicas cujos conteúdos estejam dirigidos ou resultem idôneos a incitar à incorporação a uma organização ou grupo terrorista ou a colaborar com qualquer deles ou em seus fins. Além disso, o Código Penal da Espanha, em seu artigo 579, também incrimina aquele que, por qualquer meio, difunda publicamente mensagens que tenham como finalidade ou que, por seu conteúdo, sejam idôneos a incitar outros ao cometimento de algum dos delitos previstos no seu Capítulo VII. A legislação repressiva italiana também incrimina a conduta de promover organização terrorista. O artigo 270-bis, do Código Penal, estabelece, em sua parte inicial, que “aquele que promove, constitui, organiza, dirige ou financia associações que se propõem à realização de atos de violência com finalidade de terrorismo ou de eversão da ordem democrática é punido com a reclusão de sete a quinze anos.”

Na Alemanha, o Strafgesetzbuch, em seu § 129 a, item 5, parte inicial, prevê que quem apoiar uma organização tida como terrorista será punido com penas que chegam à privação de liberdade por dez anos. Na Bélgica, o Código Penal passou, a partir de 2013, com a inclusão do artigo 120bis, a prever a pena de prisão de cinco a dez anos e multa de cem a cinco mil euros a quem divulga ou coloca à disposição de outra forma uma mensagem com a intenção de incitar, direta ou indiretamente, à prática de ato terrorista. Na França, em reação aos graves atentados ocorridos em Paris, no ano de 2015, alterou-se, por meio da Lei nº 2016-731, de 3 de junho de 2016, o Código Penal, acrescentando-lhe o artigo 421-2-5-2, que estabelece que “o fato de consultar habitualmente um serviço de comunicação pública on-line, fornecendo mensagens, imagens ou representações, seja provocando diretamente a prática de atos de terrorismo, seja fazendo apologia a esses atos, quando, para este fim, esse serviço incluir imagens ou representações que mostrem a prática de tais atos, consistentes em atentados voluntários à vida, é punível com pena de prisão de dois anos e multa de € 30.000.”

No Reino Unido, como resposta aos ataques ao metrô de Londres em 2005, o Parlamento aprovou o Terrorism Act de 2006, que dispõe que é crime publicar ou fazer com que outro publique uma “declaração suscetível de ser entendida por alguns ou todos os membros do público ao qual ela se destina como um incentivo direto ou indireto ou outra forma de induzimento para o cometimento, preparação ou instigação de atos de terrorismo ou de delitos previstos em Convenções”, incluindo, entre essas declarações, aquelas que “glorifiquem o cometimento ou preparação – seja no passado, no futuro ou em geral – desses atos e delitos” e “a partir das quais se pode razoavelmente esperar que aqueles membros do público infiram que o que está sendo glorificado o está sendo como conduta que deve ser imitada em circunstâncias existentes.” O ato normativo em questão ainda prevê que é irrelevante “se alguém é, de fato, encorajado ou induzido pela declaração a cometer, preparar ou instigar qualquer ato [terrorista] ou delito [previsto em Convenções]”

Portanto, a legislação brasileira sobre o tema está em sintonia com o que vige nos países mais avançados, bem assim ajustada ao que proclamam os organismos multilaterais e a Constituição Federal.

A rigor, a técnica de incriminação de difusão e do impulsionamento de ideais criminosos por meios de comunicação não é, sequer, novidade no direito penal. No Brasil, podem-se citar como tipos penais assemelhados cuja constitucionalidade foi reafirmada milhares de vezes pelos tribunais: praticar, induzir ou incitar o preconceito; veicular propaganda que utilize a cruz suástica

para divulgação do nazismo; incitação ao genocídio; fazer propaganda de guerra, discriminação ou processos violentos para alteração da ordem política ou social, a promoção de organização criminosa, dentre vários outros.

Obviamente, o direito de crítica e expressão do pensamento sempre deve ser resguardado, porque é um valor constitucional perene.

O tipo de 'promover' organização terrorista é em tudo assemelhado àquele previsto no art. 2º da Lei nº 12.850/2013: *"Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa. Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas"*.

Há uma profusão de significados para o verbo promover. Pode ter o sentido tanto de ser a causa de algo, quanto de proporcionar os meios para que alguma coisa ocorra, assim como fornecer impulso para a sua realização, ou ainda expressar solicitação, a prática material de uma conduta, ou, ainda, fazer propaganda positiva de algo.

Portanto, promover equivale a diligenciar, esforçar-se, elevar, fomentar, encorajar, estimular, impelir, incentivar, instigar, motivar, causar, criar, originar, produzir, executar, realizar, anunciar, difundir, propagar, propalar ou publicar. O Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos lista nada menos do que 41 equivalências ao ato de promover (PubliFolha, 3ª ed).

Evidentemente, não se confunde com o ato de fazer mera apologia. Relembre-se que o art. 4º da Lei Antiterrorismo nacional previa originariamente a incriminação do ato de *"fazer, publicamente, apologia de fato tipificado como crime nesta Lei ou de seu autor"*, tendo sido vetada pela Presidente da República porque penalizava um *"ato a partir de um conceito muito amplo e com pena alta, ferindo o princípio da proporcionalidade e gerando insegurança jurídica. Além disso, da forma como previsto, não ficam estabelecidos parâmetros precisos capazes de garantir o exercício do direito à liberdade de expressão"*.²²

Ou seja, inexistente identidade entre os dois tipos penais, tanto porque o ato de promover possui significado sensivelmente distinto e mais amplo do que a mera apologia quanto porque o artigo de lei vetado se destinava à apologia de fato ou de seu autor, isoladamente considerados, não se confundindo com a promoção da organização terrorista na sua integralidade e ideologia.

O fato é que, no contexto tanto da tipificação de organizações criminosas em geral quanto terroristas em particular a definição deve ter em conta o contexto histórico, a gravidade e os possíveis impactos da ação censurada na coletividade.

Como se viu, as mazelas humanitárias causadas por grupos terroristas como o autodenominado Estado Islâmico são internacionalmente conhecidas e violam os mais mezinhos princípios de convivência pacífica entre os povos e de respeito aos direitos humanos. Merecem a repulsa unânime de todos os organismos multilaterais e países engajados na erradicação desse tipo de

comportamento criminoso antidemocrático.

Nesse sentido, não há confundir o ato de 'promoção' desse tipo de grupo com a mera apologia que poderia, conforme bem consignado nas razões de veto do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional em 2016, ser confundido com o exercício da liberdade de expressão.

Promover deve ser entendido, no caso, como o ato de difundir, fomentar, encorajar, estimular, impelir, impulsionar, incentivar, instigar ou motivar organização terrorista, sempre tendo o cuidado de se evitar o ajustamento da conduta do simples exercício da liberdade de expressão ao tipo penal em referência. A promoção não pode ser entendida unicamente como um conjunto de ações materiais destinado a pôr em marcha uma célula terrorista, sob pena também de se retirar eficácia dos demais verbos contidos no mesmo artigo de lei ("constituir, integrar ou prestar auxílio").

Nada disso deve ser confundido com o exercício dos direitos de crítica, de liberdade religiosa ou de expressão constitucionalmente garantidos.

O Supremo Tribunal Federal já assentou no julgamento do HC 102.087/MG²³ que o princípio penal basilar da lesividade é observado nos tipos de perigo abstrato desde que atendidos alguns parâmetros:

2. Princípio da Ofensividade como vetor interpretativo e de aplicação da lei penal

Não tenho dúvida de que o princípio da ofensividade vincula toda a atividade de interpretação da lei penal. E, com mais razão, deve orientar a própria aplicação da lei penal. Ipso facto, deverá o juiz, diante das circunstâncias específicas do caso concreto que lhe foi posto para julgamento, aferir o grau de potencial ou efetiva lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal, para só então aferir a tipicidade (material) da conduta supostamente criminosa. A simples adequação formal fato/norma não é suficiente para qualificar como delituosa a conduta do agente. Não tenho a intenção de repisar todos os argumentos que já foram objeto dos votos dos eminentes ministros desta Corte. Não obstante, creio que o Tribunal pode evoluir nessa fundamentação, para consagrar o princípio da lesividade, intrinsecamente conectado com o princípio da proporcionalidade, como limite não apenas à atividade judicial de interpretação/aplicação das normas penais, mas também à própria atividade legislativa de criação/conformação dos tipos legais incriminadores, o que estaria a possibilitar o exercício da fiscalização, por parte da Jurisdição Constitucional, da constitucionalidade das leis em matéria penal.

3.2. Modelo exigente de controle de constitucionalidade das leis em matéria penal, baseado em níveis de intensidade

Na famosa decisão (Urteil) Mitbestimmungsgesetz, do Primeiro Senado, de 1º de março de 1979, prolatada na audiência de 28, 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 1978 – BVerfGE 50, 290 –, o Tribunal Constitucional alemão distinguiu os seguintes graus de intensidade do controle de constitucionalidade das leis: a) controle de evidência (Evidenzkontrolle); b) controle de sustentabilidade ou justificabilidade (Vertretbarkeitskontrolle); c) controle material de intensidade (intensivierten inhaltlichen Kontrolle).

No primeiro nível, o controle de constitucionalidade realizado pelo Tribunal deve

reconhecer ao legislador uma ampla margem de avaliação, valoração e conformação quanto às medidas eficazes e suficientes para a proteção do bem jurídico. A norma somente poderá ser declarada inconstitucional quando as medidas adotadas pelo legislador são visivelmente inidôneas para a efetiva proteção desse bem jurídico.

O Tribunal deixa ressaltado, não obstante, que “a observância da margem de configuração do legislador não pode levar a uma redução do que, a despeito de quaisquer transformações, a Constituição pretende garantir de maneira imutável, ou seja, ela não pode levar a uma redução das liberdades individuais que são garantidas nos direitos fundamentais individuais, sem as quais uma vida com dignidade humana não é possível, segundo a concepção da ‘Grundgesetz’” (BVerfGE 50, 290).

Assim, conclui o Tribunal que “a tarefa (do controle de constitucionalidade) consiste, portanto, em unir a liberdade fundamental própria da configuração político-econômica e político-social” – ou político-criminal, se quisermos contextualizar essa afirmação – “que devem permanecer reservadas ao legislador; com a proteção da liberdade, à qual o indivíduo tem direito justamente também em face do legislador” (BVerfGE 50, 290).

(...)

Assim, um controle de evidência em matéria penal será exercido pelo Tribunal com observância da ampla margem de avaliação, valoração e conformação conferida constitucionalmente ao legislador quanto à adoção das medidas mais adequadas para a proteção do bem jurídico penal. Uma eventual declaração de inconstitucionalidade deve basear-se na patente inidoneidade das medidas escolhidas pelo legislador para os objetivos perseguidos pela política criminal.

4.1. Crimes de perigo abstrato em face do princípio da proporcionalidade

Apesar da existência de ampla controvérsia doutrinária, os crimes de perigo abstrato podem ser identificados como aqueles em que não se exige nem a efetiva lesão ao bem jurídico protegido pela norma nem a configuração do perigo em concreto a esse bem jurídico.

Nessa espécie de delito, o legislador penal não toma como pressuposto da criminalização a lesão ou o perigo de lesão concreta a determinado bem jurídico. Baseado em dados empíricos, o legislador seleciona grupos ou classes de ações que geralmente levam consigo o indesejado perigo ao bem jurídico.

Assim, os tipos de perigo abstrato descrevem ações que, segundo a experiência, produzem efetiva lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico digno de proteção penal, ainda que concretamente essa lesão ou esse perigo de lesão não venham a ocorrer. O legislador, dessa forma, formula uma presunção absoluta a respeito da periculosidade de determinada conduta em relação ao bem jurídico que pretende proteger. O perigo, nesse sentido, não é concreto, mas apenas abstrato. Não é necessário, portanto, que, no caso concreto, a lesão ou o perigo de lesão venham a se efetivar. O delito estará consumado com a mera conduta descrita no tipo.

Com isso, não é difícil entender as características e os contornos da delicada relação mantida entre os delitos de perigo abstrato e os princípios da exclusiva proteção de bens jurídicos, da lesividade ou ofensividade, ou mesmo da culpabilidade e da presunção de inocência, os quais, não há dúvida, estão intrinsecamente relacionados com o princípio da proporcionalidade

A atividade legislativa de produção de tipos de perigo abstrato, por isso, deve ser objeto de rígida fiscalização a respeito da sua constitucionalidade; especificamente, sobre sua adequação ao princípio da proporcionalidade.

A criação de crimes de perigo abstrato não representa, por si só, comportamento inconstitucional por parte do legislador penal. A tipificação de condutas que geram perigo em abstrato, muitas vezes, acaba sendo a melhor alternativa, ou a medida mais eficaz, para proteção de bens jurídico-penais supra-individuais ou de caráter coletivo, como o meio ambiente, por exemplo. A antecipação da proteção penal em relação à efetiva lesão torna mais eficaz, em muitos casos, a proteção do bem jurídico. Portanto, pode o legislador, dentro de suas amplas margens de avaliação e de decisão, definir quais as medidas mais adequadas e necessárias para a efetiva proteção de determinado bem jurídico, o que lhe permite escolher espécies de tipificação próprias de um direito penal preventivo. Apenas a atividade legislativa que, nessa hipótese, transborde os limites da proporcionalidade, poderá ser tachada de inconstitucional. Cabe ao Supremo Tribunal Federal exercer o controle de constitucionalidade dessa atividade legislativa em matéria penal, de acordo com os parâmetros a seguir delineados.

Em primeiro lugar, no âmbito de análise segundo a máxima da adequação, é possível constatar que não serão idôneos para proteção de determinado bem jurídico os atos legislativos criadores de tipos de perigo abstrato que incriminem meras infrações administrativas, as quais não têm aptidão para produzir, sequer potencialmente, qualquer perigo em concreto para o bem jurídico em questão. Isso quer dizer que os crimes de perigo abstrato devem restringir-se aos comportamentos que, segundo os diagnósticos e prognósticos realizados pelo legislador com base em dados e análises científicas disponíveis no momento legislativo – e, daí, a importância da verificação de fatos e prognoses legislativos em sede de controle judicial de constitucionalidade – geralmente configuram perigo para o bem jurídico protegido, estando descartados aqueles que apenas de forma excepcional podem ensejar tal perigo. Conforme as lições de Aguado Correa:

“Como conclusión, podemos afirmar que serán idóneos los delitos de peligro abstracto para la protección de bienes jurídicos cuando, según la forma y la intensidad de los ataques, sea necesaria su protección frente a peligros abstractos; cuando se trate de prohibir comportamientos que no afectan de modo alguno al bien jurídico correspondiente serán inidóneos. Por otra parte, únicamente será idónea la prohibición penal de acciones peligrosas en abstracto cuando las distintas formas de actuación que se prohíben normalmente supongan un peligro para el bien jurídico protegido y no cuando tan solamente en casos excepcionales puede suponer un peligro para el mismo”.

Nesse sentido, segundo a máxima da necessidade, quando houver medidas mais eficazes para a proteção do bem jurídico-penal, porém menos gravosas para os direitos individuais em jogo, os crimes de perigo abstrato serão contrários aos princípios da subsidiariedade e da ofensividade e, dessa forma, ao princípio da proporcionalidade. Meros ilícitos que são objeto de responsabilização jurídica eficaz por meio do Direito Civil ou do Direito Administrativo tornam desnecessária a intervenção do Direito Penal, que deve operar apenas como ultima ratio. Assim, como explica Aguado Correa:

“Para que los delitos de peligro abstracto resulten compatibles con el principio de ofensividad es necesario: por una parte, que a través de los mismos se intente proteger bienes jurídicos merecedores de pena, es decir, constitucionalmente legítimos y dotados de una especial relevancia social, puesto que implican una ampliación muy importante de la tutela penal; por otra parte, que a través de los delitos de peligro abstracto se tipifiquen aquellas conductas que aparezcan como generalmente peligrosas para el bien jurídico que se trata de proteger, y no

aquellas conductas que sólo en algunos casos aparecen como peligrosas; en último lugar, que en el caso concreto el comportamiento sea efectivamente peligroso para el bien jurídico protegido”.

No âmbito da proporcionalidade em sentido estrito, deverá ser verificado se a restrição a direitos fundamentais como resultado da incriminação de comportamentos perigosos em abstrato pode manter uma relação de proporcionalidade com a proteção do bem jurídico em questão alcançada pela medida normativa de caráter penal. Em outros termos, quanto maior for a intervenção penal em direitos fundamentais dos afetados, maior deverá ser a efetiva proteção do bem jurídico por ela almejada. Nas palavras de Aguado Correa:

“el tercer nivel del principio de proporcionalidad en sentido amplio pretende ser un control de signo opuesto de aquellas medidas que han sido consideradas idóneas y necesarias, en el sentido de si los medios utilizados, que son los que causan esa restricción de derechos fundamentales en los afectados, se encuentran en una relación de proporción con la protección del bien jurídico que a través de los mismos se pretende alcanzar. Este examen puede llevar a la conclusión de que un medio en principio idóneo y necesario para la protección del bien jurídico, no debe ser utilizado porque el menoscabo de derechos fundamentales del afectado que conlleva supera el aumento de protección del bien jurídico, de manera que la utilización de dicho medio de protección puede ser reputado desproporcionado. Ello implica que bajo determinadas circunstancias se deja de proteger legítimamente el bien jurídico porque, de lo contrario, se produciría un menoscabo desproporcionado de los derechos fundamentales”.

Com efeito, à luz das premissas anteriormente expostas, mister se faz a análise contextual da norma em questão.

Portanto, cabe ao Judiciário efetuar os controles de evidência, sustentabilidade ou justificabilidade e material de intensidade (proporcionalidade) da conduta incriminada.

Sirvo-me, novamente, de excerto da mencionada decisão da Suprema Corte brasileira:

"o Estado se obriga não apenas a observar os direitos de qualquer indivíduo em face das investidas do Poder Público (direito fundamental enquanto direito de proteção ou de defesa – Abwehrrecht), mas também a garantir os direitos fundamentais contra agressão propiciada por terceiros (Schutzpflicht des Staats).

A forma como esse dever será satisfeito constitui, muitas vezes, tarefa dos órgãos estatais, que dispõem de alguma liberdade de conformação. Não raras vezes, a ordem constitucional identifica o dever de proteção e define a forma de sua realização.

A jurisprudência da Corte Constitucional alemã acabou por consolidar entendimento no sentido de que do significado objetivo dos direitos fundamentais resulta o dever do Estado não apenas de se abster de intervir no âmbito de proteção desses direitos, mas também de proteger tais direitos contra a agressão ensejada por atos de terceiros.

Essa interpretação da Corte Constitucional empresta, sem dúvida, nova dimensão aos direitos fundamentais, fazendo com que o Estado evolua da

posição de "adversário" para uma função de guardião desses direitos.

É fácil ver que a ideia de um dever genérico de proteção fundado nos direitos fundamentais relativiza sobremaneira a separação entre a ordem constitucional e a ordem legal, permitindo que se reconheça uma irradiação dos efeitos desses direitos sobre toda a ordem jurídica.

Assim, ainda que não se reconheça, em todos os casos, uma pretensão subjetiva contra o Estado, tem-se, inequivocamente, a identificação de um dever deste de tomar todas as providências necessárias para a realização ou concretização dos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas como proibições de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Utilizando-se da expressão de Canaris, pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso (Übermassverbote), como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela (Untermassverbote).

Nos termos da doutrina e com base na jurisprudência da Corte Constitucional alemã, pode-se estabelecer a seguinte classificação do dever de proteção:

a) dever de proibição (Verbotspflicht), consistente no dever de se proibir uma determinada conduta;

b) dever de segurança (Sicherheitspflicht), que impõe ao Estado o dever de proteger o indivíduo contra ataques de terceiros mediante a adoção de medidas diversas;

c) dever de evitar riscos (Risikopflicht), que autoriza o Estado a atuar com o objetivo de evitar riscos para o cidadão em geral mediante a adoção de medidas de proteção ou de prevenção especialmente em relação ao desenvolvimento técnico ou tecnológico.

Discutiu-se intensamente se haveria um direito subjetivo à observância do dever de proteção ou, em outros termos, se haveria um direito fundamental à proteção. A Corte Constitucional acabou por reconhecer esse direito, enfatizando que a não observância de um dever de proteção corresponde a uma lesão do direito fundamental previsto no art. 2, II, da Lei Fundamental.

Assim, as normas constitucionais brasileiras referidas explicitam o dever de proteção identificado pelo constituinte e traduzido em mandatos de criminalização expressos dirigidos ao legislador.

Como bem anota Luciano Feldens, os mandatos constitucionais de criminalização atuam como limitações à liberdade de configuração do legislador penal e impõem a instituição de um sistema de proteção por meio de normas penais.

Registre-se que os mandatos de criminalização expressos não são uma singularidade da Constituição brasileira. Outras constituições adotam orientações assemelhadas (Cf. Constituição espanhola, art. 45, 1, 2 e 3; art. 46, "c", e art. 55; Constituição italiana, art. 13; Constituição da França, art. 68; Lei Fundamental da Alemanha, art. 26, I).

(...)

Assim, na dogmática alemã, é conhecida a diferenciação entre o princípio da

proporcionalidade como proibição de excesso (Übermassverbot) e como proibição de proteção deficiente (Untermassverbot). No primeiro caso, o princípio da proporcionalidade funciona como parâmetro de aferição da constitucionalidade das intervenções nos direitos fundamentais como proibições de intervenção. No segundo, a consideração dos direitos fundamentais como imperativos de tutela (Canaris) imprime ao princípio da proporcionalidade uma estrutura diferenciada. O ato não será adequado caso não proteja o direito fundamental de maneira ótima; não será necessário na hipótese de existirem medidas alternativas que favoreçam ainda mais a realização do direito fundamental; e violará o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito se o grau de satisfação do fim legislativo for inferior ao grau em que não se realiza o direito fundamental de proteção.

Na jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão, a utilização do princípio da proporcionalidade como proibição de proteção deficiente pode ser observada na segunda decisão sobre o aborto (BverfGE 88, 203, 1993). O Bundesverfassungsgericht assim se pronunciou:

“O Estado, para cumprir com seu dever de proteção, deve empregar medidas suficientes de caráter normativo e material, que levem a alcançar – atendendo à contraposição de bens jurídicos – a uma proteção adequada, e como tal, efetiva (proibição de insuficiência). (...)

É tarefa do legislador determinar, detalhadamente, o tipo e a extensão da proteção. A Constituição fixa a proteção como meta, não detalhando, porém, sua configuração. No entanto, o legislador deve observar a proibição de insuficiência (...). Considerando-se bens jurídicos contrapostos, necessária se faz uma proteção adequada. Decisivo é que a proteção seja eficiente como tal. As medidas tomadas pelo legislador devem ser suficientes para uma proteção adequada e eficiente e, além disso, basear-se em cuidadosas averiguações de fatos e avaliações racionalmente sustentáveis (...).”

Os mandatos constitucionais de criminalização, portanto, impõem ao legislador, para o seu devido cumprimento, o dever de observância do princípio da proporcionalidade como proibição de excesso e como proibição de proteção insuficiente. A ideia é a de que a intervenção estatal por meio do Direito Penal, como ultima ratio, deve ser sempre guiada pelo princípio da proporcionalidade.

A reserva de lei penal configura-se como reserva legal proporcional (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes): a proibição de excesso (Übermassverbot) funciona como limite máximo, e a proibição de proteção insuficiente, (Untermassverbot) como limite mínimo da intervenção legislativa penal.

Nas palavras de Jorge Miranda, "tudo quanto se venha a fazer terá de obedecer aos princípios básicos do Estado de Direito há pouco evocados, especialmente ao princípio da proporcionalidade. E, se em situações extremas, poderá ter de ser decretado estado de emergência, de defesa ou de sítio, também terá de ser sempre à luz desse princípio que qualquer destes estados haverá de ser aplicado"²⁴.

Em termos de terrorismo e da potencialidade lesiva da adesão, exaltação e divulgação de suas ideias amplamente por intermédio do ambiente virtual, cabe registrar:

Effective propaganda by a few militants can help radicalize many others - and this, as the FBI's George Piro notes, has been the difficulty for law enforcement. Whereas traditional terrorist plots involved multiple operatives and a planning

cycle of many months, giving the FBI opportunities to intercept communications about the plot or its funding, for homegrown militants the timeline for a potential attack has become enormously compressed. (...)

In any case, for those targeted by virtual jihad, the attention is deeply troubling. (...)

In the memorandum he submitted for the sentencing of Jesse Morton, prosecuting attorney Neil MacBride explained. "As philosopher Karl Popper wrote in The Open Society and Its Enemies, 'if we are not prepared to defend a tolerant society against the onslaught of the intolerant, then the tolerant will be destroyed, and tolerance with them...We should therefore claim, in the name of tolerance, the right not to tolerate the intolerant'"²⁵²⁶.

Tendo, pois, em vista a conformação constitucional brasileira ajustada às recomendações dos organismos multilaterais e à realidade internacional o tipo penal em exame atende integralmente aos parâmetros fixados, inclusive na sua feição de 'promover' no sentido de fomentar, divulgar, estimular, incentivar ou difundir organização terrorista. Anote-se, ainda, que a pena prevista em lei é proporcional às ações previstas no tipo do art. 3º da Lei Antiterror nacional.

Evidentemente, considerando-se tratar de crime de ação múltipla cuja pena prevista varia de 5 a 8 anos de reclusão, e multa, a dosimetria levará em conta o conteúdo das ações verificadas no caso concreto, a sua natureza, a quantidade e o alcance respectivos, de acordo com os verbos previstos no tipo que tenham sido praticados.

A análise da extensa peça inicial constante no evento 1, DENUNCIA1, DENUNCIA2 e DENUNCIA3 evidencia, sem sombra de dúvida, a materialidade delitiva do crime do art. 3º da Lei nº 13.260/16 relativamente às postagens de vídeo, fotos, mensagens de estimulação e materiais alusivos a organização terrorista, em páginas abertas ou grupos fechados de internet, redes sociais, Facebook, programas de troca instantânea de mensagens, dentre outros, tal como descritos na denúncia.

Os dados obtidos a partir dos afastamentos de sigilo telefônico e telemático judicialmente deferidos e da extração das informações armazenadas nos dispositivos pessoais de acesso móvel apreendidos com cada um dos investigados e posteriormente denunciados cujo acesso também foi autorizado expressamente pelo Juízo quando determinou as diligências de busca e apreensão se encontram condensados nos eventos 202, 415 e 419 dos autos de inquérito policial nº 5023557-69.2016.4.04.7000. Os elementos utilizados como base para a fundamentação fática da acusação, a par de terem sido citados e transcritos ao longo das 328 folhas da denúncia, foram mencionados em suas vias originais existentes na investigação policial remissivamente no item 1 da peça inicial (fls. 6-12) e podem ser acessados diretamente nos autos de inquérito policial anexos a esta ação penal, comprovando materialmente a ocorrência dos atos descritos pelo MPF.

O conteúdo e a autenticidade dos elementos contidos na denúncia foram confirmados pelas testemunhas que são Policiais Federais e foram

ouvidas em Juízo por videoconferência a pedido da defesa, inclusive quanto à forma de coleta e os resultados das diligências policiais (evento 345, VIDEO1 a VIDEO12; evento 401, VIDEO2 a VIDEO14; evento 415, VIDEO2 a VIDEO10). As demais testemunhas e informantes ouvidos se limitaram a abonar as condutas e assegurar sobre a vida pessoal de cada um dos imputados.

Registro que a Lei em referência foi publicada no dia 17/3/2016. Portanto, deve ser aplicada relativamente aos fatos ocorridos posteriormente a sua vigência. Atente-se, contudo, que o tipo na modalidade 'promover' é crime permanente, cuja execução se protraí no tempo enquanto durar a permanência caracterizada, no caso, na manutenção da postagem acessível a terceiros. Portanto, aplicável à espécie o disposto no verbete da Súmula nº 711 do STF:

“A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”

A acusação, atenta à necessidade de indicação precisa das ações criminosas atribuídas a cada denunciado, adotou a providência de consignar, no decorrer da peça inicial, o tempo de permanência e alcance das postagens produzidas anteriormente à vigência da lei penal de regência.

Evidentemente que os diálogos travados em ambiente privado anteriormente à vigência da Lei e transcritos na inicial acusatória, pela sua própria natureza de instantaneidade, não haverão de ser considerados como atos de promoção ao terrorismo em si. Servem, todavia, ao propósito de revelar o contexto dos envolvimento de cada um dos denunciados com a causa terrorista e a seriedade das postagens posteriores à entrada em vigor da lei ou que, dada a sua natureza de propaganda, tenham sido mantidas - ainda que produzidas anteriormente a 17/3/16 - no ambiente virtual acessível a terceiros até após a entrada em vigor da Lei Antiterrorismo.

Não há necessidade de comprovação de especial fim de agir ou da presença de dolo específico, bastando o simples ato de promover organização terrorista por meio de atos inequívocos que demonstrem externamente a adesão aos seus ideais e a sua respectiva externalização voluntária.

As teses de que as postagens e diálogos dos acusados de conteúdo extremista não passavam de expressão de curiosidade religiosa, meras bravatas ou brincadeiras não podem ser aceitas como justificativas aptas a excluir a tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade das ações. O tipo penal, por tudo que já foi esclarecido, se perfaz com o simples ato de promoção, por intermédio de uma das ações anteriormente descritas.

Desimporta se existia, ou não, a real intenção de traduzir as manifestações públicas de estímulo ou apoio em ações preparatórias ou executórias concretas capazes de produzir resultados materiais consistentes em ataques a pessoas ou instalações físicas em nome da causa sectária.

Em uma análise comparativa seria como se, no campo da agressão sexual contra crianças e adolescentes, se entendesse exigível para a configuração dos tipos penais previstos nos arts. 241-A²⁷, 241-B²⁸ e 241-C²⁹ da Lei nº 8.069/90

a comprovação de que, quem mantém armazenados ou divulga vídeos e imagens de conteúdo pornográfico com criança ou adolescente, possuisse o real intento de praticar o ato retratado.

A proposição é absurda e, obviamente, a resposta em sentido negativo é reconhecida pela unanimidade da doutrina e jurisprudência nacionais. A finalidade da norma é a de evitar eficazmente o dano e o perigo de dano decorrentes da banalização e da estimulação que advêm da divulgação dessas imagens, independentemente do sentimento pessoal interior de quem as propaga.

Caso análogo a este que é objeto da presente ação penal envolvendo o crime de terrorismo foi recentemente julgado pelo Poder Judiciário dos Estados Unidos da América³⁰ e redundou na aplicação da pena de prisão perpétua³¹.

As alegações da defesa relacionadas ao encerramento do inquérito policial em que, posteriormente ao oferecimento da denúncia, se teria revelado a presença de outras postagens de igual ou superior potencial lesivo não têm o condão de desnaturar a gravidade dos fatos apurados nesta ação penal. Já o argumento defensivo de que a Polícia Federal descobriu a presença de um jornalista nas comunidades virtuais de exaltação às ações e à filosofia do Estado Islâmico e que isso evidenciaria ele ter agido como 'agente provocador' do crime a ensejar a absolvição é descabido.

A primeira tese defensiva, ainda que fosse inteiramente correta, evidentemente, não serve como fundamento jurídico-penal capaz de excluir a responsabilidade dos ora réus por suas ações. A todo momento crimes são cometidos por uma quantidade de pessoas, de maior ou menor gravidade do que aqueles pelos quais alguém, naquele instante, está sendo chamado a responder em Juízo. Isso, evidentemente, não impõe a soltura ou absolvição de quem quer que seja.

A segunda deriva de mera suposição da defesa que, diante da condição profissional de alguém posteriormente identificado como participante de grupos virtuais de exaltação e estimulação de atividades terroristas, concluiu que este teria agido como 'agente provocador' e que essa circunstância, de alguma forma, poderia beneficiar os defendidos. Não há nos autos qualquer indício de que os ora acusados tenham sido induzidos ou provocados por quem quer que seja - independentemente da profissão ou condição pessoal - a praticar os atos em virtude dos quais foram constituídos réus nesta ação penal.

Outros integrantes ou participantes de grupos físicos ou virtuais de promoção a organização terrorista posteriormente identificados terão suas ações apreciadas pelo Ministério Público Federal e pelo Juízo oportunamente, à luz dos elementos de convicção amealhados no curso das investigações ainda existentes.

Autoria

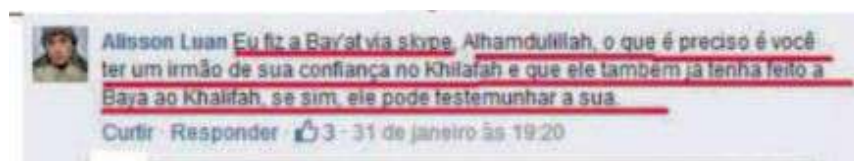
Inicialmente impõe-se registrar que nas tabelas constantes nos

itens 1 e 2 da denúncia, particularmente nas suas fls. 12-13 e 277, constam as correspondências entre os nomes verdadeiros de cada um dos acusados e as respectivas identificações de que se utilizavam para se comunicar por intermédio de cada uma das formas que foram apuradas no curso da investigação policial. LEONID também se utilizou em algumas ocasiões perfeitamente identificadas do telefone celular de Valdir Pereira da Rocha, seu 'irmão de criação', para se comunicar com o grupo no aplicativo Telegram por meio do perfil Mahmud Mahmud, conforme ele mesmo. No áudio enviado por ele no dia 17/7 aos demais por meio do perfil de Valdir no aplicativo ele pessoalmente esclarece as razões disso.

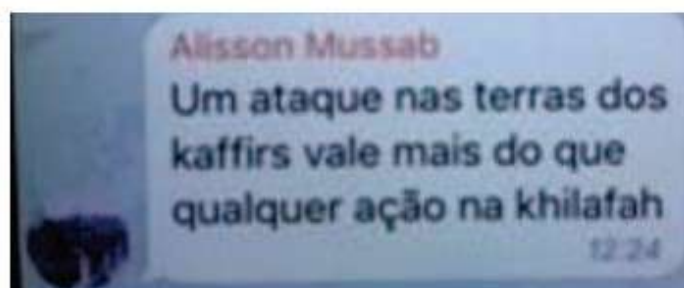
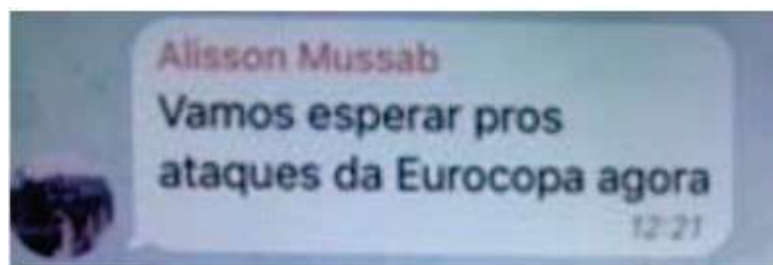
a) Quanto ao denunciado ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, embora suas negativas quando de seu interrogatório judicial (evento 459, VIDEO2 a VIDEO7) ao afirmar ter havido adulteração de suas postagens nos grupos DEFENSORES DA SHARIA e JUNDALLAH do aplicativo Telegram (ele mesmo foi o criador do grupo), restou claro que as mensagens de estímulo e exaltação de ações terroristas e do grupo extremista Estado Islâmico partiram de seus dispositivos de acesso pessoal. Além disso, a tese de negativa não encontrou respaldo em nenhum dos demais elementos de prova dos autos, nem mesmo nos interrogatórios dos corréus.

ALISSON, ao longo das apurações e depois no curso da instrução, demonstrou ser um dos integrantes mais ativos do grupo preso às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016.

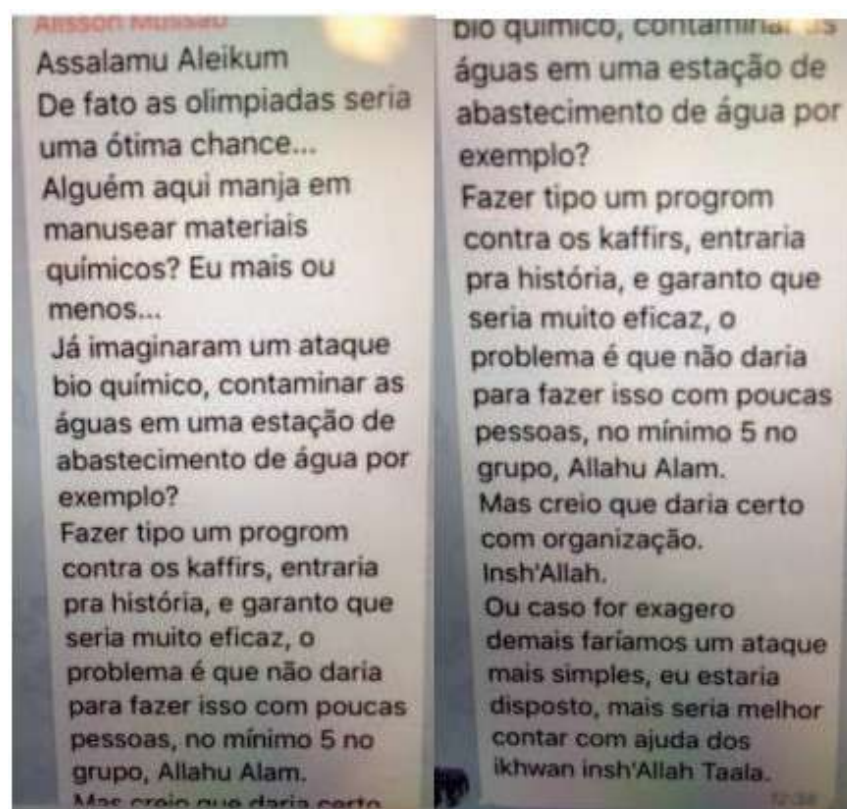
Entre as páginas 19-72 (itens 1.2 e 1.3), 77-81 (item 1.6) e 92-121 (item 1.9.1) da denúncia há dezenas de diálogos e postagens em que ele textualmente afirma ter aderido à causa terrorista do ISIS. Afirma em diálogo virtual que fez a 'bayat' (juramento de fidelidade) ao autoproclamado Khallifah Abu Bakr al-Baghdadi. Não por acaso utilizava para si mesmo o sobrenome 'baghdadi'.



São deles as frases no aplicativo Telegram: **"um ataque nas terras dos Kaffirs vale mais do que qualquer ação na khilafah"** e **"vamos esperar pros ataques da Eurocopa agora"**.



Da mesma forma, ALISSON afirmou que **"as Olimpíadas seriam uma ótima chance"**, indagando quem saberia manusear materiais químicos e estimulando a realização e 'pogrom' (extermínio em massa) durante as Olimpíadas do RJ.



No dia 30/5/2016 travou o seguinte diálogo por meio do Facebook:

ALISSON LUAN DE OLIVEIRA:

*O Sheikh Al Adnani (hafidhahullah) foi claro ao dizer que TODOS OS MUÇULMANOS devem atacar alvos da coalizão, onde quer que estejam, principalmente no Ramadan. Agora imagine o impacto dessas declarações no início da Eurocopa na França daqui a pouco mais de duas semanas? rsrs
Insh'Allah que os kuffars paguem caro pelo que vem fazendo nos países de maioria islâmica.*

ABDUL-BARI JOINVILLE:

mash"allah irmao

ABDUL-BARI JOINVILLE:

o brasil esta fora da coalisção neh

ALISSON LUAN DE OLIVEIRA:

Está, mas não impede ataques nas olimpiadas, até pq haverá pessoas de inúmeras nacionalidades.

ABDUL-BARI JOINVILLE:

eles estão se cagando de medo

ABDUL-BARI JOINVILLE:

Body vi uma reportagem ontem do exercito se preparando para um ataque terrorista

ALISSON LUAN DE OLIVEIRA:

Eu espero que haja.

Em 19 JUN 2016, (pagina 683) o perfil ALISSON LUAN OLIVEIRA pergunta a LEONID EL KADRE: "**Irmão, você ainda possui aquele guia para produção de explosivos que postou no grupo defensores da sharia, uma vez? Se sim, pode mandar aqui por favor?**"

A quantidade de diálogos e postagens de vídeos e imagens de execuções e de exaltação às atrocidades cometidas pelo Estado Islâmico é muito expressiva. A quase totalidade ou se manteve - no caso dos vídeos, imagens e mensagens de exaltação postadas em redes sociais de acesso público amplo ou limitado a um círculo de pessoas previamente cadastradas - ou ocorreu após a entrada em vigor da Lei nº 13.260/16.

Demonstra ser indivíduo que aderiu claramente aos ideias sectários e à forma de ação terrorista dos membros do chamado Estado Islâmico.



Há, ainda, entre as fls. 117 e 121 da denúncia uma sequência de vídeos e imagens que chocam por sua violência extrema postadas por ele que, cotejadas com suas mensagens e diálogos transcritos cujo responsável é ele mesmo, demonstram o seu apreço, a defesa e o desejo de que as ações delituosas

sejam praticadas pelos criminosos fundamentalistas em desfavor de todos aqueles que não sigam os seus ideais, genericamente chamados de 'infiéis' (em árabe: kuffar, ou kafir).

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

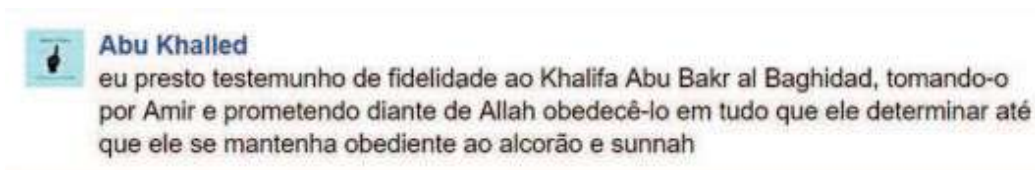
b) LEONID EL KADRE DE MELO é seguramente o imputado mais relevante do grupo.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, do indivíduo que assumiu a posição de líder máximo dentre os demais denunciados.

Em Juízo, optou por exercer o direito constitucional de permanecer em silêncio (evento 459, VIDEO14 e VIDEO15).

É uma quantidade tão colossal de postagens, de diálogos, de áudios, de vídeos e imagens que é difícil até se selecionarem as mais relevantes para citação neste momento (fls. 33-75 - item 1.3 e 123-147 - item 1.9.2, da denúncia).

Afirma diversas vezes ter feito a *bayat*. Estimula todos os demais a aderirem à causa terrorista, convida à prática de crimes para o financiamento da causa extremista. Afirma repetidamente ter 'cansado de combater com a língua' e que pretende é agir em prol da causa criminosa 'com as próprias mãos'.



Possuía três perfis no Facebook por meio do qual exaltava e estimulava publicamente as atrocidades terroristas cometidas diariamente por sanguinários criminosos, a pretexto de implantar sua visão hegemônica e sectária da Sharia nos territórios que dizem pertencer legitimamente ao mundo árabe e, mesmo, fora desses limites geográficos por eles delimitados.

Uma de suas frases mais marcantes é "**que nunca um muçulmano vai ser um verdadeiro crente se ele é contra Jihad fi-sabilillah**". Embora a proposição em si não indique pendores terroristas, no contexto dos demais diálogos por ele travados (como por exemplo "**Dawlat³² é como massa de pão, quanto mais batem mais cresce**") é facilmente compreendida como luta armada em nome de Allah³³, à vista da apropriação da causa por grupos terroristas e a sua adesão pessoal a esses ideais³⁴.

Em fevereiro de 2016, pouco antes da entrada em vigor da Lei nº 13.260/16, já afirmou no ambiente virtual, deixando claro seu posicionamento:

"eu apoio a Khilafah, o Dawlat Al Islamia ou ISIS, como vc preferir, e sim, eles são os mujahidin de nossos tempos, **essa palavra terrorista é um elogio.** Allah e Seu mensageiros por diversas vezes nos ordenam a infundir o terror no coração dos incrédulos, os atos são julgados conforme as intenções, estas pessoas "homens bomba" que tu criticas hoje, poderão, no Dia do Juízo, estar acima de ti ou de mim. Allahu Alam"

Apenas quatro dias antes de ser preso enviou áudio no grupo Telegram Defensores da Sharia em que afirma **"a minha bayat é para o Califa Abu Bakr al Baghdadi e meu apoio é para o Dawlat al-Islamiyah"**, convocando a todos para agirem naturalmente de modo a não despertar suspeitas sobre o seus intentos terroristas (fls. 70-72 da denúncia). Afirmou ter aprendido essas técnicas de dissimulação com a leitura de manuais da Al Qaeda, o que é consentâneo com os registros históricos de estudo dessa organização e do próprio ISIS^{35 36}.

Áudio 2 – arquivo Mahmoud mahmoud 2016-07-17 (2)

“(…) A ideia é a seguinte. Todo mundo deixar o Facebook e as redes sociais. Quem tiver barba vai tirar a barba. (...) Quem

frequenta mesquita, vai deixar de frequentar. A ideia agora é migrar e se reunir pessoalmente, esquecer internet. Quem não fizer isso dentro de 30 dias, o grupo vai estar fechado e 'vamo' agir com quem estiver. Se estiver uma só pessoa, vai agir uma só pessoa. Se tiver duas, vai agir duas. Se tiver cinco, irão agir cinco pessoas”.

Áudio 3 – arquivo Mahmoud mahmoud 2016-07-17 (3)

“O que importa é qualidade, não quantidade. Quantas vezes um pequeno grupo de pessoas consegue derrotar um grande grupo de idólatras, incrédulos, traidores? Não importa, a ideia é essa. Todo mundo vai parar de discutir com seus familiares e vizinhos, seja publicamente, pessoalmente, ou seja nas redes sociais. Ninguém vai dar mais pinta de que é defensor do Dawlat al-Islamiyah, e vai se passar por um cidadão comum. Se possível, se mostrar arrependido, mostrar que mudou de ideia. Parar de falar e começar a agir. Se toda essa falação que temos feito todo esse tempo, se a gente colocar em ações, isso vai dar muitos frutos. Inshallah.”

Áudio 5 - arquivo Mahmoud mahmoud 2016-07-17 (5)

“(…) O erro maior vai ser deixar que neste início que estamos engatinhando que tudo vai por água abaixo. Então vamos fazer isso. Se for preciso raspar que raspe totalmente. O importante é que você fique descaracterizado, totalmente descaracterizado. Tanto na forma física, na aparência como na forma de andar, falar e agir.”

Áudio 6 - arquivo Mahmoud mahmoud 2016-07-17 (6)

“A minha Bayat1 é para o Califa Abu Bakr al Baghdadi e meu apoio é para o Dawlat al-Islamiyah, porém temos que aprender o melhor de tudo, até mesmo com os nossos inimigos. Uma coisa

que aprendi muito lendo os textos da Al Qaeda, sobre sua forma de agir e pensar, desde muito tempo até agora, uma coisa que eu consegui retirar de bom é essa forma de você conseguir agir e se passar por uma pessoa normal dentro dos próprios inimigos. Eles (Al Qaeda) foram mestres nisso aí, até porque a militância deles é de muito tempo, inclusive, temos falado que o *mujahideen* tem que ser o melhor dos crentes. Tem que ser aquela pessoa que tem a fé interior muito concreta para poder passar por isso sem perder sua fé. Então nesse caso específico e nesse momento específico temos que fazer isso o mais rápido possível.”

Também sugere a todos que participem de uma espécie de coleta coletiva de dinheiro para aquisição de duas pistolas com o que poderiam obter fundos para financiar ações terroristas. Propõe a migração para instauração de uma 'shura'³⁷ em região próxima à fronteira com a Bolívia.

Nas fls. 143-144 da denúncia no evento 1 há uma sequência reveladora de postagens em sua página no Facebook demonstrando seu apoio incondicional à causa do extremismo violento levado a cabo pelo ISIL.

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

Ao contrário do que repetidamente afirma sua defesa técnica, não há a mínima possibilidade de estar sendo processado e sentenciado neste momento por sua crença religiosa. Nunca se tratou disso. A ação penal foi instaurada devido unicamente às suas manifestações sectárias e violentas e que indicavam adesão e difusão sérias e graves aos ideais terroristas.

c) Já OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AVEZEDO figurou como o criador do grupo Defensores da Sharia no Facebook e obteve relevo na medida em que entre as fls. 14-19 (item 1.1) e 147-179 (item 1.9.3) da denúncia apresentou dezenas de postagens de divulgação de práticas absolutamente nauseantes envolvendo atos criminosos revestidos de crueldade extrema praticados pelos integrantes do tal Estado Islâmico.

Regularmente apresentava comentários sobre sua posição pessoal de apoio acerca das atrocidades cometidas.

Em 12/6/16, por exemplo, sob o pseudônimo ABU ALI, afirmou no grupo de Telegram JUNDALLAH:



A celebração aos feitos dos terroristas é constante em suas manifestações obtidas e examinadas pela Autoridade Policial com ordem judicial.

Uma delas:



A imagem estampada na fl. 174 da denúncia é uma fotografia dele próprio com uma faca e vestido à semelhança dos algozes que integram o grupo extremista.



Sua participação ativa nas ações criminosas cujas materialidades restaram reconhecidas é, portanto, indiscutível. Em Juízo reconheceu as postagens e atribuiu suas ações a mera 'curiosidade religiosa' (evento 459, VIDEO16 a VIDEO18).

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

d) ISRAEL PEDRA MESQUITA é administrador do grupo de Facebook Sharia (Islâmica) no Brasil Já, contendo mais de 4 mil membros. Sharia é o conjunto de leis da fé compreendido pelo Alcorão. A questão fulcral, porém, reside na circunstância de que organizações terroristas emprestam muitas vezes a ela uma interpretação extremista, literal e descontextualizada do momento histórico para, a pretexto da sua implantação forçada, praticarem os atos mais atrozes contra quem quer que não compartilhe da sua visão totalitária de sociedade.

No contexto desse acusado é justamente isso que ocorre.

Observe-se que em um de seus perfis no Facebook ele preenche o campo 'profissão' como **"Mujahedeen na empresa Estado Islâmico do Iraque e do Levante"**.

As provas de sua adesão aos ideais terroristas e de sua participação na ação criminosa estão nas fls. 51-57 (item 1.3) e 179-208 (item 1.9.4) da denúncia.

Destaque para as fotografias das fls. 184 e 188 da peça acusatória. Nela pode-se ver o acusado fazendo o Tawhid em frente à bandeira cujo símbolo

foi apropriado pelo Estado Islâmico. Originariamente, significa a crença na unicidade de Deus³⁸. O ISIS igualmente se apropriou desse gestual para torná-lo sinônimo de sua ideologia radical.



Registre-se que na residência de ISRAEL foi encontrada uma bandeira do Estado Islâmico, provavelmente a mesma que aparece nas fotografias por ele divulgadas com sua imagem à frente.

As postagens das fls. 183-188 foram mantidas até após a vigência da nova lei antiterror. Apenas dois dias antes de sua prisão temporária ele percebeu a movimentação policial e alertou aos demais membros do grupo por aplicativo de mensagens (fl. 187 da denúncia) afirmando que se passara por 'moderado'.

Foi interrogado duas vezes em Juízo, a seu próprio pedido, e em ambas, quando indagado sobre suas contradições, instado a esclarecer pontos importantes das provas obtidas, optava por permanecer calado (evento 459, VIDEO8 a VIDEO10 e VIDEO29).

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

e) LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, também conhecido

como Muhammad Ali Huraira e Mohammad Abu Baghdad, tem seus atos de promoção à organização terrorista descritos nas fls. 33-59 (item 1.3) e 209-233 (item 1.9.5) da denúncia.

O denunciado manifestava seu apoio ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante por intermédio de suas postagens, diálogos, links e mensagens escritas no Facebook.

Precisamente no dia em que a lei antiterror brasileira entrou em vigor ele postou a frase "**Faça seu jihad fi sabilillahi**". No período de vigência da legislação que tipificou a conduta de promover organização terrorista em território nacional ele publicou vídeos de exaltação ao ISIS (fls. 210-211 da denúncia) e manteve diversas postagens visíveis a número indeterminado de pessoas até pouco antes de realizada a sua prisão temporária (fls. 213-217 da denúncia).



Igualmente identificaram-se diversas manifestações de exaltação à organização e de fomento de suas ações criminosas nos grupos Telegram JUNDALLAH e Defensores da Sharia (fls. 221-233 da peça acusatória). Também após a entrada em vigor da lei ele, mais uma vez reafirmando sua adesão aos ideais terroristas, apenas quatro dias antes de sua prisão, manifestou interesse em compor um embrião de célula terrorista no Brasil, tal como proposto pelo corréu LEONID (fls. 231-232 da denúncia).

domingo, 17 de julho de 2016

Off Cnection

00:23:01

Asalamu waleykum WaRamatullahi WaBarakatuh

Quem dos irmãos já vão mês que vem insh allah'taAla?

00:23:25

Em Juízo não negou as postagens e tampouco logrou opor qualquer circunstância que conduzisse à presença de alguma causa que permitisse a conclusão acerca da falta de responsabilidade sobre os fatos que lhe foram atribuídos (evento 459, VIDEO19 a VIDEO21).

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

f) HORTÊNCIO YOSHITAKE, ou Teo Yoshi, como era conhecido no ambiente virtual, era também um dos administradores do grupo de Facebook denominado Defensores da Sharia. Destacou-se no grupo pela divulgação e compartilhamento de vídeos, imagens e links de apoio evidente ao Estado Islâmico e suas técnicas sanguinárias de imposição de sua visão distorcida do Islam.

A denúncia tantos nas fls. 14-33 (item 1.1) quanto no seu item 1.9.6 (fls. 234-253) ilustra a acusação com uma longa série de diálogos e postagens que demonstram cabalmente sua adesão aos ideais terroristas.

Destaque para as imagens reproduzidas e links exaltando a violência sectária realizada cotidianamente pelo E.I. compartilhados nas fls. 235-238 e 244-248 da denúncia, todos posteriores a 17/3/2016.

Exemplificativamente:

New video message from The Islamic State: "Retribution of the Subjects From the Apostates – Wilāyat Nīnawā"

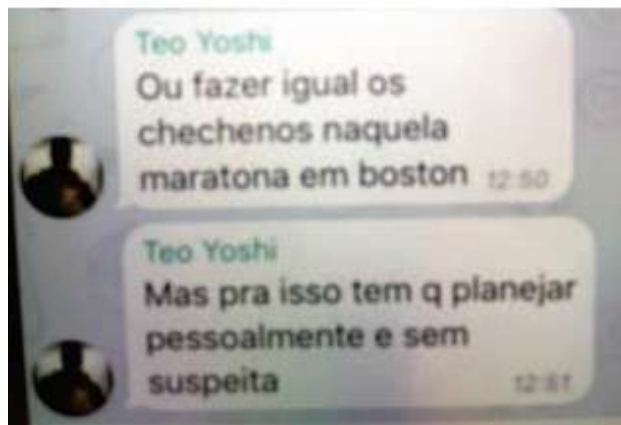
Posted on May 11, 2016 by Aaron Y. Zelin



Por intermédio do aplicativo de troca de mensagens Telegram foram observadas ainda conversas perturbadoras que partiram de HORTÊNCIO.

Por exemplo, "eu tenho vontade de sair pra paulista e levar essas

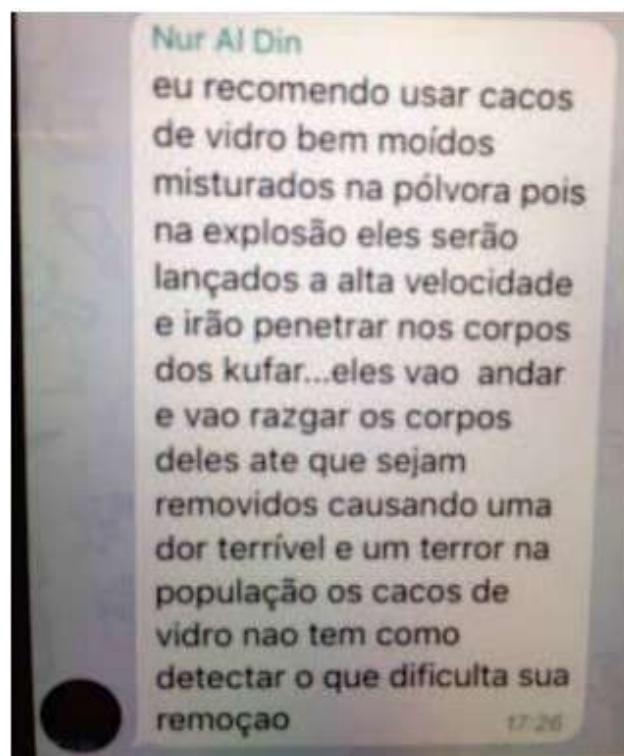
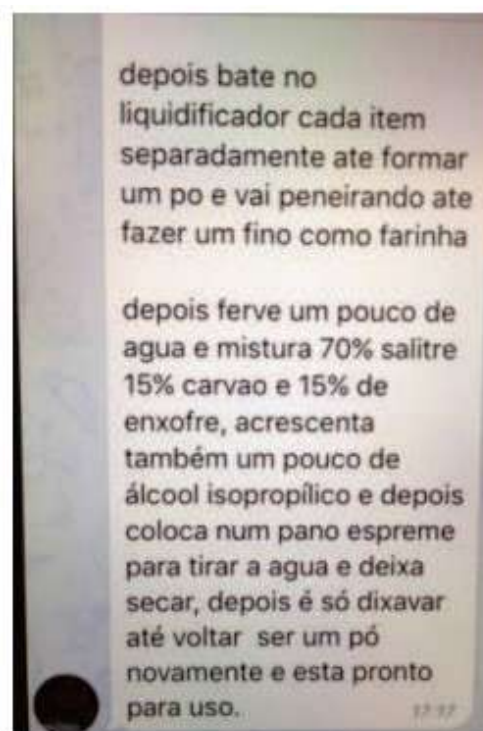
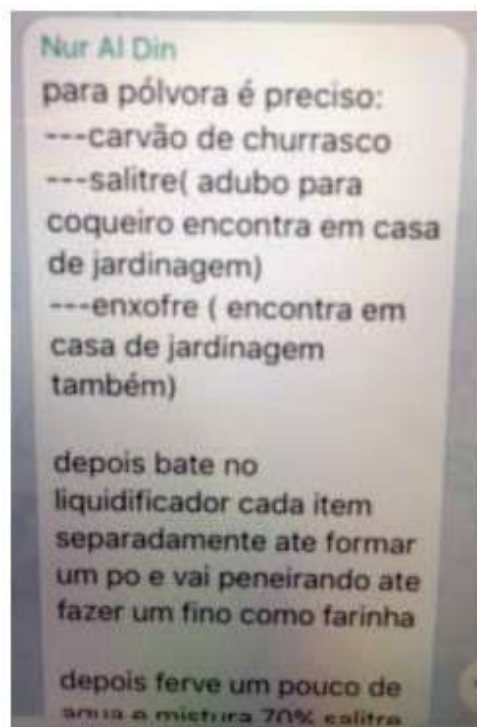
bichas pro inferno". Ainda "ou fazer igual os chechenos naquela maratona em boston. Mas pra isso tem que planejar pessoalmente e sem suspeita". Por fim, "ah ABIN e polícia federal amigo, se querem fazer algo que seja na surdina de boa, muitos já caíram na França e Alemanha pq não soube disfarçar". Em fevereiro de 2016 afirmou "espera acabar as olimpíadas pq a inteligência vai estar a todo vapor e temos que ser mais discretos". A certa altura, ao responder um mensagem de LUIS GUSTAVO em que ensinava a fabricar uma bomba em casa disse "carvão já tenho fechadinho no saco. Dá pra fazer uns 50 desses".



Em Juízo, visivelmente emocionado, demonstrou seu arrependimento e afirmou jamais ter, de fato, interesse em praticar quaisquer atos terroristas, nada obstante tenha reconhecido a autoria das manifestações (evento 459, VIDEO11 a VIDEO13).

g) LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA, também conhecido no mundo virtual como Nur Al Din. O apelido provavelmente foi tomado de empréstimo da figura histórica *al-Malik al-Adil Nur ad-Din Abu al-Qasim Mahmud Ibn 'Imad ad-Din Zangi* que governou a Síria e o Iraque entre 1146 e 1174 e pretendia unir as várias forças muçulmanas entre os rios Eufrates e Nilo, de forma a criar uma frente comum contra as Cruzadas³⁹.

Sua participação, na forma do item 1.9.7 (fls. 254-263 da denúncia) e das fls. 27-28 e 31-32 (item 1.2) da inicial, decorre das mensagens que enviou por intermédio do Grupo do Telegram JUNDALLAH em que, após a vigência da Lei nº 13.260/16, pouco antes do início das Olimpíadas do RJ, orienta os demais integrantes detalhadamente a como produzir uma bomba caseira utilizando carvão, salitre e enxofre e, na sequência, recomenda a inserção de cacos de vidro moídos para "penetrar nos corpos dos kufar...eles vão andar e vão rasgar os corpos deles até que sejam removidos, causando uma dor terrível e um terror na população".



Em 31/5/2016 ele se dirigiu ao adolescente MBS por meio de mensagem privada no Facebook do seguinte teor: **"irmão eu quero fazer a bayah"**⁴⁰ e em seguida recebe como resposta o juramento de lealdade ao autoproclamado califa Ibrahim Al-Hussayni Al-Baghdadi, líder máximo do ISIS (fls. 257-258 da denúncia).

Em sua página no Facebook foram coletadas várias postagens de exaltação ao Estado Islâmico já após o dia 17/3/2016 (fls. 261-263 da peça acusatória).

Em 27/4/16 compartilhou imagem via Facebook com o juramento

de fidelidade ao Estado Islâmico.

Em Juízo reconheceu a autoria das postagens, afirmou que as fez apenas para aprimorar conhecimentos religiosos, que descobriu em sites da internet a receita de como produzir um bomba em casa e que não tinha a intenção de tornar as ações concretas (evento 459, VIDEO23 a VIDEO25). Nada disso tem o condão de isentá-lo de responsabilidade penal. Também não se deve olvidar o contexto das tais mensagens: às vésperas de uma Olimpíada no Brasil, com a presença de uma quantidade significativa de estrangeiros, muitos originários de países que integram a coalização internacional que combate militarmente o grupo terrorista Estado Islâmico. Em um cenário desses é menos ainda aceitável o argumento de que as mensagens interceptadas eram fruto de mera 'curiosidade' desprovidas de potencial lesivo.

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

h) FERNANDO PINHEIRO CABRAL, *aka* Ahmmed Faaiz, também exaltava as ações terroristas, embora não mantivesse contato com todos os denunciados. Foi preso posteriormente ao primeiro grupo identificado pela Autoridade Policial.

Há diversos diálogos por meio dos quais se empenha em propagandear os atos e a estabelecer, claramente, a sua posição de apoio ao DAESH, mesmo após o cumprimento das medidas ostensivas da primeira fase da chamada 'operação hashtag' no dia 21/7/16.

As condutas devidamente individualizadas estão no item 1.9.8 da denúncia (fls. 264-275) e evidenciam um tom ameaçador e muito violento.

Diferentemente dos demais denunciados, FERNANDO se destaca não por suas postagens de vídeos e imagens de execuções e exaltação de ações terroristas, mas por suas próprias palavras de apoio.

Entre 28 e 31/7/16, após afirmar não ser 'feito apenas de discurso', exige pela plataforma de conversas do Facebook explicações de um interlocutor posteriormente identificado pela Polícia Federal como sendo Danilo. O denunciado o repreende pelo fato de não ter cumprido uma tarefa - ainda não identificada detalhadamente quando da instauração da ação penal - de agir de forma a cometer um ataque terrorista em São Paulo inspirado nas ações do ISIS (fl. 265 da denúncia).

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

podemos dizer que foi sorte você ter saído antes de eu ter conhecimento pq seria considerado deserção

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

Eu ao contrário do que pensa, não sou feito apenas de discurso

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

Dia 21 eu dei uma ordem de ataque e vc a ignorou

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

Eu fui e cumpri a palavra de allah atacando um kafir

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

E vc? O que fez? Ficou sentado atrás de uma tela.

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

Allah me mostrou a ideia do levante aqui com uma razão e tudo será feito com perfeição

Não quer fazer parte? Opção sua

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

Considere-se banido de toda e qualquer operação e um inimigo de todos do grupo

Author Fernando Pinheiro (1251017549)

E um último detalhe

Sou um líder e soldado

Não psicólogo

Em 17 de maio de 2016 aduz que 'bons resultados' de ataques decorrem do fato de as vítimas não poderem prevê-los e segue prestando firme apoio às ações do E.I. (fls. 267-268 da inicial). Sucederam-se outras manifestações do mesmo teor nas fls. 268-271 da denúncia.

AHMAD FAAIZ

O que define um ataque terrorista com bons resultados?

O fator de que as pessoas não podem prever

Ser útil ao deen não significa sair de peito aberto por aí contra tudo e todos

Deixando brechas para que os governos nos sigam é fácil apoiar pela internet, postar tudo o que achar e apoiar atrás de uma tela, mas quando os kuffars⁶ apertarem, será que continuarão no deen? Continuarão leais ao califa dos muçulmanos e seus próprios irmãos?

MUJAHID ATHEER SALAHUDDIN

Sempre!!

AHMAD FAAIZ

O Dawlat não precisa de números Com 800 irmãos, tomaram Mosul de mais de 30.000 soldados

Precisamos de irmãos dispostos e que saibam como fazer as coisas direito

O Islam nasceu nas sombras durante muitos anos. Demorou muito tempo para que nós pudessemos rezar em público

Então para que a pressa?

MUJAHID ATHEER SALAHUDDIN

Vc tem razão, irmão, mas estamos há muito tempo oprimidos pelos kuffar.

Finalmente, temos esperança de lutar, vemos isso acontecendo.

A natureza violenta e a incontestada adesão de FERNANDO aos ideais do terror foram ratificadas nas fls. 271-275 da inicial. Seus próprios familiares, na esfera policial, afirmaram a personalidade violenta do denunciado e sua adesão à causa terrorista. Em Juízo, ouvidos enquanto informantes arrolados pela defesa, alteraram parcialmente os depoimentos para relativizar os fatos anteriormente mencionados. De todo modo, o contexto dos diálogos, das postagens monitoradas e os fatos apurados dão conta de que houve, de fato, séria e real anuência com os métodos adotados pelo ISIS e disseminação de sua doutrina baseada na violência e desrespeito aos direitos humanos e à convivência pacífica com quem não compactue de sua visão de valores sociais e religiosos. Há informações prestadas por Sara Gregati, ainda na esfera policial, no sentido de que ele estava pretendendo realizar um ataque terrorista em um shopping center de São Paulo (item 1.9.8, fl. 274 da denúncia e evento 55 dos autos nº 5037445-08.2016.4.04.7000).

Cabe também adicionar que os argumentos apresentados em Juízo para desqualificar as provas anexadas pela acusação foram frágeis e, confrontado pelo MPF em suas respostas para que esclarecesse alguns pontos que contrapôs no interrogatório, especialmente quanto aos horários das conversas e a sua alegada descontextualização, optou por silenciar em determinados momentos

(evento 459, VIDEO23 a VIDEO25).

Reforçam, também, a comprovação de sua autoria delitiva os elementos anexados no evento 511.

Diante disso tudo, as autorias delitivas estão devidamente comprovadas relativamente ao crime capitulado no art. 3º da Lei nº 13.260/16.

2.1.2. Recrutamento para a prática de atos de terrorismo.

Materialidade

Art. 5º da Lei nº 13.260/16:

Art. 5º Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito:

Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.

§ 1º Incorre nas mesmas penas o agente que, com o propósito de praticar atos de terrorismo:

I - recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade; ou

II - fornecer ou receber treinamento em país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, quando a conduta não envolver treinamento ou viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade, a pena será a correspondente ao delito consumado, diminuída de metade a dois terços.

A pena para o delito consumado prevista no art. 2º, §1º, da Lei, é de 12 a 30 anos de reclusão. Aplicando-se a redução de 1/2 a 2/3 estipulada no §2º do art 5º resulta em uma pena cominada de 4 a 15 anos de reclusão para o crime de recrutamento em território nacional.

Trata-se, em seu §1º, de tipo de ação múltipla e pluriofensivo cujas objetividades jurídicas são, primordialmente, a paz e a incolumidade públicas, mas também a vida, a integridade física e o patrimônio. O dolo é específico, uma vez que se exige que o recrutamento, o transporte ou o municiamiento tenham como especial fim a realização de atos de terrorismo.

A ação imputada na denúncia a LEONID EL KADRE DE MELO é precisamente a de recrutar indivíduos e organizar pessoas com o propósito de formar um grupo de atuação do ISIS no Brasil para a prática de atos de terrorismo.

Recrutar significa aliciar, arregimentar, angariar, atrair, reunir ou engajar. Organizar equivale aos atos de estabelecer, formar, instituir e também de ordenar, arrumar, coordenar e estruturar.

A consumação do crime na primeira modalidade ocorre com o

recrutamento, mesmo sem a efetiva ida dos recrutados ao local para o qual foram chamados, uma vez que se trata de delito formal ou de consumação antecipada.

No tópico 2.1.1 foram analisados detalhadamente tanto o panorama do terrorismo na atual quadra da História quanto a potencialidade lesiva derivada das comunicações instantâneas no ambiente virtual. Os postulados extraídos naquele tópico se aplicam igualmente a este.

Especificamente, quanto ao recrutamento por Internet, George Piro, veterano agente do FBI, notório por ter conduzido o interrogatório de Saddam Hussein em dezembro de 2003, citado por Peter Bergen, afirma:

"In the old days", he says, the recruitment process for a terrorist group was generally in person and therefore easier to detect. "There had to be a person, a radical imam or the old guy that had fought in the Afghan War that had come back and was telling heroic stories, who did the recruiting." But with the advent of the Internet, coaxing others to join a terrorist group "doesn't require trained operatives that have to go through training camps and take a pledge of allegiance to a particular organization. All of that now is done online, anonymously."^{41 42}

O poder dessa forma de recrutamento à distância é extremamente significativo e colabora decisivamente para que, a partir de uma compreensão equivocada dos postulados da religião islâmica e da própria realidade das ações levadas a cabo pelo autoproclamado Estado Islâmico na região por eles chamada de califado, pessoas de várias partes do mundo se unam aos ideais terroristas com o propósito de agirem em seus próprios países ou nas regiões conflagradas.

Diferentemente do que se observava até menos de uma década atrás, quando o acesso às informações envolvendo ações terroristas se dava por meio de fóruns que exigiam senhas para ingresso e o domínio do idioma árabe, as comunicações e convocações hoje se dão abertamente em redes sociais em vários Idiomas. De acordo com Michael Weiss e Hassan Hassan:

*Now every British Muslim who goes off fight in Syria or Iraq becomes a virtual wrangler or recruitment officer for more of his own kind. One example was Mehdi Hassan, a twenty year old from Portsmouth who went off to join ISIS and died fighting in the battle of Kobane in November 2014. Hasan had actually enlisted along with several friends from Portsmouth, all of whom were drawn to the dazzling images of ISIS's martial triumphs and its whitewashed depiction of life under takfiri rule.*⁴³⁴⁴

Especificamente sobre a Internet e o recrutamento terrorista virtual, Lígia Gonçalves Silva, em dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Coimbra, afirma:

Atualmente, a Internet desempenha um papel de elevada importância nos processos de auto-recrutamento das organizações terroristas, principalmente no que se refere à juventude islâmica, através da difusão de mensagens e vídeos, tentando estimular a imaginação e alcançar os "pontos fracos" dos potenciais recrutas (Kruglanski & Fishman, 2006). Representantes da al-Qaeda encorajam mesmo publicamente os "profissionais de internet muçulmanos a espalhar e disseminar notícias e informações sobre a Jihad por e-mail, grupos de discussão e sites pessoais." (Azzam Publications, 2001 cit in Kruglanski & Fishman, 2006,

p.19) *À semelhança da anterior, o autorecrutamento ocorre através de processos top-down*⁴ (Kruglanski & Fishman, 2006).

(...)

*Os activistas desempenham um papel crucial no recrutamento, radicalização e formação dos membros das células de uma organização terrorista (Nesser, 2006 cit in Neumann & Brooke, 2007). O activista, como fundador da célula, é a pessoa responsável pela união entre os seus membros, através de um forte espírito de liderança, coesão e compromisso com a causa de toda a organização. Assume um papel de liderança no processo de expansão da célula, apresentando-se extremamente convincente e motivado, agindo sob uma possível rede de contactos, a fim de captar novos membros (Neumann & Brooke, 2007).*⁴⁵

A questão reveste-se de extrema gravidade porque não importa mais o quão distante geograficamente se está do oriente médio ou do tal 'califado' que a organização terrorista afirma ter estabelecido. Qualquer indivíduo, em qualquer parte do planeta, pode se alinhar aos objetivos terroristas, promover o grupo, prometer lealdade (*bayat*) ao tal 'califa' e começar a agir sozinho ou arregimentar pessoas para a formação de uma célula encarregada de cometer ações dessa natureza.

Esclarecedora a seguinte passagem do livro *ISIS The State of Terror* em que se descrevem as formas de atuação e o impacto causado pela disseminação à distância das ideias da organização terrorista, especialmente nas pessoas vulneráveis:

The potent projection of ISIS's 'caliphate' exerted a gravitational pull on vulnerable people around the world, but not all of these individuals entered its orbit. Some were unable to travel to the Middle East, thwarted by personal circumstance, external obstacles, or lack of imagination. Denied participation in the ISIS project abroad, some chose to participate at home, through acts of violence.^{46 47}

Relembre-se que no dia 21/9/2014 o porta-voz do ISIS, Abu Muhammad al Adnani exortou seus apoiadores ao redor do mundo para que respondessem às incursões aéreas do Ocidente, atacando qualquer cidadão que fosse originário de qualquer país que integrasse a coalização que luta contra o bando.

Disse ele na oportunidade:

Não deixe essa batalha passar por você onde quer que você esteja. Você deve atacar os soldados e as tropas dos infiéis. Ataque seus policiais, seguranças, membros da inteligência, assim como seus agente encobertos. Se você puder mate um infiel americano ou europeu - especialmente o desprezível francês - ou um australiano, ou um canadense, ou qualquer outro infiel dos infiéis que promovem a guerra, incluindo os cidadãos dos países que entraram na coalização contra o Estado Islâmico, então confie em Allah e o mate do jeito que conseguir. Não peça conselho a ninguém e não siga orientação de ninguém. Mate o infiel seja ele um civil ou militar. Ambos são infiéis.

Se você não é capaz de encontrar um explosivo ou um projétil, então esmague a cabeça do infiel americano, francês ou dos seus aliados com uma pedra ou o esfaqueie, ou passe sobre ele com seu carro ou o arremesse de um lugar alto ou

*o estrangule ou o envenene. Se você é incapaz de fazer isso, então queime a casa dele, seu carro ou empresa. Ou destrua a sua lavoura. Se você é incapaz de tudo isso, então cuspa no rosto dele.*⁴⁸

Nos poucos dias que se seguiram a esse pronunciamento houve sequestro e morte de um francês por um grupo terrorista argelino; dois policiais australianos foram esfaqueados por um jovem de 18 anos de idade; um rapaz de 21 anos tentou esfaquear dois policiais de Quebec, Canadá, tendo sido morto na ocasião; e um soldado foi assassinado em Ottawa dois dias depois por uma pessoa de 32 anos. Investigados os casos descobriu-se que em todas as ocasiões os autores haviam aderido à causa do ISIS e mantinham em seus dispositivos de acesso móvel pessoal arquivos relacionados a atos terroristas.

Desde então, vem-se observando a multiplicação de ações dessa natureza, levadas a cabo por indivíduos isoladamente ou em pequenos grupos, servindo-se de meios de baixo custo e acessíveis a qualquer pessoa, causando pânico e temor generalizados tanto pela violência aparentemente desconectada de alguma circunstância externa identificável quanto por ter como alvos vítimas aleatoriamente escolhidas.

Portanto, não há nenhuma necessidade de que, atualmente, se tenha viajado àquela região para tomar parte em atividades terroristas. Também não é preciso que se possuam grandes disponibilidades financeiras ou acesso a armas de grosso calibre para se formar uma célula extremista, planejar ou realizar uma ação dessa natureza.

A configuração atual das ações dessa natureza dispensa a colaboração de muitos indivíduos e a existência de somas maiores de dinheiro. Por essa razão, não serve como critério para avaliação da seriedade e da potencialidade lesiva da ação realizada prevista na Lei Antiterror nem a condição de fortuna pessoal de cada integrante nem a circunstância de ter tido, ou não, contato com indivíduos que integrem a organização terrorista nos territórios conflagrados do mundo árabe.

O recrutamento, pois, pode perfeitamente ser realizado através do ambiente virtual por quem jamais viajou ao Oriente Médio e que, tendo-se radicalizado e declaradamente jurado fidelidade ao líder do E.I, pretende instituir uma célula terrorista no Ocidente. É o chamado recrutamento *peer-to-peer*, nas palavras de Shaarik Zafar, do Centro Nacional de Contraterrorismo dos Estados Unidos.⁴⁹ Os elementos do tipo se perfazem com o só recrutamento, consistente na escolha dos integrantes, sua convocação e prestação de esclarecimento das finalidades do grupo, com as manifestações de aceitação de todos ou de parte dos destinatários.

No caso específico, as abordagens para a formação da célula, com o recrutamento dos integrantes, começaram ainda no dia 17/02/16, um mês antes da entrada em vigor da Lei nº 13.260/16, ocasião em que LEONID afirmou no Grupo Telegram Defensores da Sharia, do qual participavam ALISSON, HORTENCIO, ISRAEL, LEVI, OZIRIS, Valdir e os adolescentes MBS e MBF:

quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016



Abu Khalid

12:38:06

Wassalamu Walleikum Wora Rahmatullah Wa Barakatu

irmãos, minha sugetão é que o grupo seja para manter contato

12:38:27

e a intenção dever ser sair do virtual e passar para o Real assim que possível

12:38:52

por isso peço a todos que economisem um dinheiro para viajar

12:39:16

e quem for tendo disponibilidade já vai avisando

12:39:45

a nossa www Jihad tem surtid, mas lutar com as mãos tem mais hassanat do que lutar com a ínguaço efeito

12:40:34

Allahu Alam

12:40:38

por isso meus irmãos, não quero ser grosso, mas gostaria de deixar claro que minha intenção é montar um grupo real e concreto com a baya ao Amir Al Mumineen

12:46:48

assim como estão fazendo em outras localidades como Indonésia, Mali, Líbia, Centro norte Africano e etc

12:47:28

se a intenção aqui for somente conversar sobre o assunto e ficar postando fotos de decapitações, como aconteceu no grupo do whats zapp, sem a intenção de se realizar isso com as próprias mãos, então me avizem, pq daí estou fora.

12:49:15

No mesmo dia, manifestou-se nos seguintes termos:

todos leram a Fatwa sobre saque e espólio? que postei no rupo no face?

13:13:34



Alisson Mussab

13:14:39

Como eu disse, em Março provavelmente já posso colar por aí...
E sim, eu li



Abu Khalid

13:14:43

e tb ter um pequena quantia em dinheiro, pelo menos mil reais para passagens e alimentação

mashallah, que ótimo akhi Alison

13:15:23

Seguiram-se mensagens postadas por LEONID exortando os demais a venderem bens pessoais para a instauração da célula. Adiante, sugere que a ideia inicial seria treinamento em manuseio de armas para migração futura para o Oriente Médio (item 2 da denúncia).

Sobre o objeto do grupo:

**Abu Khalled**

16:16:26

mashallah

a questão é simples, formaremos um grupo, com baya ao Amir Al Muminin 16:17:17

vamos treinar de todas as formas 16:17:29

e arrecadar dinheiro para a jihad 16:17:45

e vamos migrando, sempre deixando alguns para treinarem outros 16:18:27

dessa forma sempre estaremos enviando mujahidim para a khillafah 16:18:45

Finalmente, acerca do local e do armamento:

podemos fazer essa reunião online, como agora 16:06:51

então nos reunir 16:07:00

vou ser bem direto, e que Allah (Azawjal) nos guie e proteja 16:08:01

já tenho o lugar 16:08:09

conheço toda a região 16:08:15

onde se adquire as armas 16:08:27

tudo o que preciso é da disponibilidade de vcs 16:08:41

não estou prometendo vida boa 16:08:58

é sofrimento, é cansaço, fome, treinamento pesado e operações de risco 16:09:19

mas é um excelente forma de fazermos nossa parte 16:09:41

Teo Yoshi 16:10:03

Assalamu Aleikum

Abu Khalled 16:10:06

só temos dois destinos, vitória ou martírio

Sucederam-se diversas manifestações em que LEONID a todo tempo exorta os demais a migrarem para a formação da célula. Afirma que a prática de crimes para obtenção de divisas para o financiamento da causa não é pecado diante de Allah. Mais de uma vez busca convencer os demais que o momento é o mais apropriado e que não há necessidade de se adiar o projeto que, segundo ele, alimenta há mais de oito anos. Todas, até então, são anteriores à entrada em vigor da Lei nº 13.260/16 em 17/3/16.

O tema, todavia, é retomado em diálogos travados a partir do dia 27/3/16 em manifestação de LEVI no grupo do Telegram. Ele indaga aos demais se todos ainda estão de acordo com o plano de LEONID de constituição de uma célula terrorista no norte do país.

Na mesma oportunidade LEVI e o adolescente MBF manifestam, mais uma vez, sua concordância com os planos traçados insistentemente por

LEONID nas diversas mensagens encaminhadas por intermédio do grupo.

No dia 24/6/16, LEONID, então se utilizando do dispositivo móvel pessoal de seu 'irmão de criação' Valdir, conforme ele próprio esclareceu em áudio enviado aos demais acusados⁵⁰, volta a se manifestar nos seguintes termos:

sexta-feira, 24 de junho de 2016

Alisson Mussab convidou Off Cnection

Alisson Mussab convidou Mahmoud mahmoud

Mahmoud mahmoud

11:59:19

Wassalamu Wallahkum Wora Rahmatullah Wa Barakatu. Irmãos, estamos aqui seguindo em frente com o projeto, que foi bem elucidado àqueles que receberam meu e-mail tempos atrás. Seguiremos firmes, inshallah, a quem se interessar em participar das recompensas, nesta vida e na outra, Allahu Alam, aqui está a oportunidade. Estamos com um trabalho de guhuma em vista, isto irá acelerar os passos, pois será uma alavanca financeira. Para tal, precisamos adquirir duas pistolas 9mm, dois pentes cada, uma caixa de munição cada uma. Marca Norinco (chinesa) semi automática. Cada um conjunto (pistola, pente sobressalente e munição) custa 600 dólares na cidade de San Ignacio - Bolívia. Eu e o irmão Mahmoud iremos realizar o trabalho, inshallah. Como sabemos, o resultado será dividido em cinco partes, onde um quinto é para a causa da Jihad (ou para o Dawlat) e as demais 4 partes para cada um dos dois realizadores e cada um dos patrocinadores (cota de 600 dólares). o dólar hoje está cotado a R\$3,37. Nossas partes aqui usaremos para comessar nosso grupo ou para migrar, caso não haja corações de leões aqui no Brasil para aderirem a esta causa. Se não houver quem se prontifique, seguiremos em frente mesmo assim. Barakallahufik.

O *email* referido na mensagem é aquele constante no item 2.2 da denúncia, vazado nos seguintes termos:

É chegada a hora e o advento da Khilafah, por meio do Dawlat Al Ialamyya¹⁴⁸ trouxe à tona e evidenciou a divisão de nossa Ummah¹⁴⁹, distinguindo visivelmente os crentes daqueles que abrigam a enfermidade da hipocrisia no coração (uns mais outros menos).

É nosso dever lutar no caminho de Allah e seguir o caminho e a metodologia do Profeta (s.a.a.s) e dos Sahabas. Encarar o Islam como ele e deixar com que nos molde e lapide, não o contrário, como aqueles que tem a doença no coração. Somos todos jovens e capazes (inshallah) e a obrigação nos recai, mesmo sabendo que a grande maioria de nós (ou todos) não possuem recursos. Mas Allah enriquece com Sua Graça a quem lhe apraz!

Sei que todos os irmãos tem um nível que vai de médio a alto do nosso Din, **então não precisarei de muitos argumentos para convencê-los de que precisamos fazer algo.** E juntos somos mais fortes, e invencíveis se formos três e Allah o quarto, ou cinco e Allah o sexto...

Sabemos que as fronteiras do Kalifado estão fechadas e depois dos acontecimentos em Paris ficou ainda mais difícil conseguirmos chegar até lá. Além do que, provavelmente já existem dossiês com os nossos nomes na Polícia Federal e embaixadas, feitos por nossos próprios irmãos nas Mesquitas e Sociedades Benéficas, desgostosos com nossas atitudes anti-bid'dah.

Wallahi! eu queria estar a defender o Dar Al Islam neste momento, em meu benefício próprio, visando cumprir minha obrigação e inshallah desfrutar das recompensas. Estou com meu passaporte na mão, e o que ouço é que está tudo fechado.

Minha ideia e proposta aos irmãos é que enquanto não se

abram as portas para nós, que formemos um grupo aqui mesmo no Dar Al Harb¹⁵⁰ com as seguintes intenções:

1- Nos preparar física, intelectual e espiritualmente para o combate

Trocaremos conhecimentos entre nós, assim o mais versado no conhecimento passará seu saber aos demais, seja sobre o Din ou Língua Árabe, **alinharemos nossas intenções em empreender a Jihad fi-sabilillah¹⁵¹, treinaremos artes marciais e manuseio de armas de pequeno e médio porte, assim como artilharia pesada. Formando assim combatentes preparados, o que facilitará e economizará tempo e gastos para o Dawlat, pois já chegaremos com uma boa formação.**

2- Levantar fundos para o financiamento de envio de recursos (em dinheiro) e reforços (em pessoas) para o Dawlat.

3- Não sabemos o que pode acontecer aqui no Brasil, que hoje ainda está "Neutro" em relação ao Dawlat, amanhã ou depois podem se aliar contra e então estaremos preparados, inshallah. Além do que, há muitos rumores sobre guerra civil, golpe militar e etc, se estivermos juntos e isso acontecer poderemos tomar proveito da situação em nosso benefício.

Como tudo se iniciará?

a) A primeira coisa que devemos fazer é encontrar uma forma segura de comunicação online. Eu sugiro baixarmos algum jogo de RPG ou MMO com chat interno, tipo Shaiya, etc. Onde nos reuniremos virtualmente, de início.

b) O objetivo é irmos para um sítio (pequena propriedade) que dá acesso a uma serra com mata densa, na fronteira com a Bolívia (já tenho o lugar em vista), onde teremos suporte para os treinamentos e compra de equipamentos no país vizinho... Conheço as estradas e onde podemos conseguir o que desejamos...

c) Tudo depende de, falando diretamente, dinheiro. De início cada um vai disponibilizar o pouquinho que tem, em seguida conseguiremos dinheiro através do saque, assim como foi permitido pelo Rassulullah

Na sequência, LEONID encaminha diversas mensagens em que reitera a convocação à Jihad real, e não apenas virtual, com destaque para aquelas dos dias 5 e 10/7/16.

Nessa última afirma: "eu, desde que venho tentando formar um grupo de mujahidim, desde o ano passado, nunca prometi um mar de rosas ou sombra e água fresca. Sempre disse que seria difícil e estaríamos sujeitos às vicissitudes. A única coisa que posso garantir é que a promessa de Allah e de Seu mensageiro é a mais pura verdade. Seremos recompensados até mesmo pela poeira nos sapatos, no caminho de Allah".

No dia 12/7/16 ALISSON e LEVI confirmam uma vez mais a aceitação da proposta de LEONID:

**Alisson Mussab**

00:58:43

Insh'Allah faremos a baya't coletivamente também, e mandaremos o vídeo ao Dawlat, insh'Allah

OC

Off Cnection

01:00:08

Barakalah feek

OC

Off Cnection

02:02:27

Irmãos

<https://web.telegram.org/>

Vou ver algumas coisas aqui em Curitiba e insh Allah amanhã já estou indo para oeste??

02:02:55

Restando apenas 4 dias para a deflagração da primeira fase ostensiva da chamada 'Operação Hashtag', LEONID enviou a seguinte mensagem, respondida imediatamente por LEVI, ALISSON e um terceiro até então não identificado:

Mahmoud mahmoud

10:11:28

Wassalamu wallahkum wr wb

Quero uma confirmação de autenticidade e veracidade dos 10 membros desse grupo. Para já. Abu Khalled e Mahmud confirmam-se neste exato momento, frente a frente. Restam 8. Quero a confirmação do restante. Quem ã aparecer dentro de 30 dias estarei saindo de qq rede ou grupo virtual.

10:13:14

Off Cnection

10:51:08

Confirmo minha autenticidade neste momento

O irmão quer que fassemos apenas nas palavras?

10:51:30

+554796470830

10:51:42

Já tenho data

Alisson Mussab

10:53:12

Eu confirmo.

Darei Ban nos inativos do grupo, insha'Allah

10:53:38

O projeto não avançou porque, no dia 21/7/16, todos foram presos por ordem do Juízo da 14ª Vara Federal de Curitiba/PR.

O espelhamento integral dos diálogos contidos no grupo Telegram Defensores da Sharia acessados com autorização judicial se encontra no evento 202, ANEXO3, e a respectiva análise policial na INF2 do mesmo evento.

Registro que, embora a proposição inicial tenha sido realizada anteriormente à vigência da Lei Antiterror, os atos de recrutamento foram reiterados em diversas ocasiões após o dia 17/3/2016, tendo sido aceitos expressamente por alguns membros do grupo, com o que o princípio da anterioridade restou devidamente atendido, permitindo assim a incidência da norma penal incriminadora.

Diante de todos os elementos acima transcritos resta indubitosa a materialidade da prática do crime na modalidade de recrutamento, na forma do art. 5º, §1º, I, c/c §2º, da Lei nº 13.260/16.

Autoria

A autoria é inconteste, desde que evidenciada nas mensagens examinadas por ocasião do apreensão da materialidade, tendo sido confirmada pelos demais réus quando ouvidos em Juízo. Por outro lado, não foi negada por LEONID, uma vez que este preferiu manter o silêncio que lhe é assegurado constitucionalmente quando oportunizado o seu interrogatório judicial (evento 459, VIDEO14 e VIDEO15).

Nas tabelas constantes nos itens 1 e 2 da denúncia, particularmente nas suas fls. 12-13 e 277, constam as correspondências entre o seu nome verdadeiro e as respectivas identificações de que se utilizava para se comunicar por intermédio de cada uma das formas que foram apuradas no curso da investigação policial.

O dolo em seu agir é evidente. O especial fim de agir restou devidamente comprovado.

Assim, resta comprovada a autoria do crime capitulado no art. 5º, §1º, I, c/c §2º, da Lei nº 13.260/16 com relação ao acusado LEONID EL KADRE DE MELO.

2.1.3. Associação Criminosa.

Materialidade

Art. 288 do Código Penal:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Trata-se de crime: comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa; formal, não exigindo para sua consumação resultado naturalístico (consistente no cometimento do delito); de perigo comum abstrato; permanente,

sendo que sua consumação se prolonga no tempo. Somente é punível na modalidade dolosa, e requer a presença de tipo subjetivo específico consistente na finalidade especial de 'cometer crimes'. Não admite tentativa.

Ao dispor sobre a tipicidade objetiva do crime de quadrilha, Julio F. Mirabete assevera que:

Exige-se, assim, uma estabilidade ou permanência com o fim de cometer crimes, uma organização de seus membros que revele acordo sobre a duradoura atuação em comum. Pouco importa, porém, que os componentes da quadrilha não se conheçam reciprocamente, que tenham ou não um líder, que estejam ou não designados para tarefas específicas, que todos participem ou não de cada ação delituosa praticada etc. É irrelevante, aliás, que haja uma organização apenas rudimentar. (in Código Penal Interpretado, 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 1862).

Examinando-se as provas carreadas aos autos verifica-se facilmente a estabilidade das relações havidas entre sete dos denunciados e a frequência com que entravam em contato para repetidamente promover as ações terroristas encetadas pelo autodenominado Estado Islâmico. Também regularmente ajustavam entre si a realização de atos preparatórios de terrorismo (art. 5º da Lei nº 13.60/16), atos de terrorismo propriamente ditos (art. 2º da Lei nº 13.260/16) e crimes de preconceito (Lei nº 7.719/89).

O crime de associação criminosa exige a comprovação acima de dúvida razoável de que ao menos três pessoas tenham se unido para o cometimento de crimes, ou seja, número indeterminado de delitos.

Encerrada a instrução, restou comprovada a presença dos requisitos exigidos no tipo.

Vale ressaltar que não há a necessidade da efetiva realização dos crimes pretendidos pela associação de pessoas.

A estabilidade das relações entre os acusados ficou evidenciada, à vista das comunidades virtuais que criaram no Facebook e nos aplicativos de mensagens instantâneas das quais todos participavam ativamente ao menos desde 2015, embora a distância física existente entre eles. A temática era sempre a mesma: supremacia de uma visão sectária da religião islâmica, a crença de que a imposição da 'sharia' tal como proclamado pelos integrantes do autodenominado Estado Islâmico deve se dar à força, inclusive mediante ações de destruição em massa de indivíduos, raça ou propriedade; o desprezo e a discriminação de quem integre grupo com visões de mundo, étnica, religiosa, estética ou sexual distintas.

Para atingirem seu desiderato, para além dos atos de promoção do terrorismo cuja execução restou devidamente comprovada, afirmavam o desejo de cometer os mais diversos crimes, planejavam encontros pessoais para a formação de uma célula em que pudessem treinar e aperfeiçoar o conhecimento de técnicas de práticas terroristas e agiam de modo a estimular e reforçar mutuamente ações de discriminação, além do que pretendiam praticar crimes contra o patrimônio com o fim de financiarem a compra de armas e de atos de terror.

A essa altura vale a pena registrar que, para a caracterização do

crime de associação criminosa, não é necessário se perquirir acerca da real probabilidade de execução dos delitos pretendidos pelos acusados integrantes do grupo criminoso. Trata-se de tipo penal em que se pune a só existência da vinculação espúria entre os integrantes do grupo, desde que demonstrado que possuíam a pretensão de cometer delitos.

Embora as negativas de diversos dos acusados expostas quando de seus interrogatórios judiciais no sentido de que, de fato, não buscavam tornar concreta a execução de qualquer crime, o fato é que os dados objetivos extraídos do monitoramento de suas comunicações autorizado por ordem judicial apontam em sentido diametralmente oposto. Há elementos indicativos fortes de que estavam associados com sentimento de permanência para, não fosse a intervenção policial, o cometimento de crimes. Quais e em que intensidade seriam realmente efetivados é impossível se afirmar com segurança, mesmo porque os ora sentenciados foram presos no curso do planejamento delituoso.

Os contatos frequentes que evidenciam a estabilidade das relações e as finalidades criminosas podem ser extraídos dos diálogos e do compartilhamento de informações delituosas entre os denunciados no grupo de Facebook Defensores da Sharia (item 1.1 da denúncia), nos grupos Telegram JUNDALLAH (cuja tradução é 'Soldados de Allah') e Defensores da Sharia (itens 1.2 e 1.3 da denúncia respectivamente) e em *email* obtido com autorização judicial em que LEONID convoca os demais 'irmãos' para formação de uma célula terrorista no Brasil no interior da qual cometeriam vários crimes para obterem recursos financeiros (item 1.4). Em todos esses percebe-se claramente a vinculação e os objetivos criminosos dos réus.

De todo modo, o crime de 'associação criminosa' não reclama para o reconhecimento da sua ocorrência a prática de qualquer crime concretamente considerado. Para a caracterização do crime do art. 288 do CP a locução 'para cometer crimes' é tão-somente parte do elemento subjetivo do tipo, ou seja, o especial fim de agir, a finalidade buscada pelo grupo de pessoas associadas. Não é necessário, sequer, o ingresso na fase executória de qualquer crime.

Por fim, anoto que o delito em exame, nem no *caput* nem em sua forma qualificada da parte final do seu parágrafo único, está compreendido no de promoção de organização terrorista ou engloba o crime de corrupção de menores. Não há confusão entre nenhum deles, não sendo igualmente aplicável o princípio da consunção.

A ação de 'promover' prevista no art. 3º da Lei Antiterror não se confunde com a de 'integrar' ou 'constituir'. Essas duas últimas poderiam, em determinadas circunstâncias, impedir a caracterização, no mesmo contexto, do crime de associação criminosa pelas mesmas pessoas. Não sendo esse o caso objeto da imputação, inviável sequer cogitar da absorção de um pelo outro na situação ora em exame.

Da mesma forma não se pode falar em absorção do crime de corrupção de menores pelo de associação criminosa qualificada pela participação de criança ou adolescente. As objetividades jurídicas desses tipos penais são

completamente distintas. Os bens jurídicos tutelados não se confundem. Isso, por si só, seria o bastante para o reconhecimento da possibilidade de condenação das mesmas pessoas por ambos os crimes.

De todo modo, consigno que, no caso, é inviável a aplicação da qualificadora contida no parágrafo único do art. 288 do CP pela mesma razão por que adiante (item 2.1.4 da sentença) será proferido juízo absolutório quanto à prática delituosa do art. 244-B do ECA na presente sentença.

Nesse cenário a materialidade do crime de associação criminosa restou devidamente comprovada.

Autoria

Todos os acusados - exceto LEONID, que se utilizou do direito de permanecer calado - negaram em Juízo a existência de uma associação criminosa entre eles e que possuíam a real intenção de cometer qualquer crime afirmando que a finalidade das conversas era a de reforçar os vínculos de amizade entre eles.

O exame acurado dos fatos evidencia, todavia, que as autorias estão devidamente demonstradas na medida em que os acusados mantinham contatos frequentes entre si com cristalina finalidade de cometer crimes, conforme se viu no tópico anterior e se encontram materializadas nas manifestações efetuadas nos seguintes ambientes:

a) Grupo de Facebook Defensores da Sharia (item 1.1 da denúncia) era integrado por OZIRIS, ALISSON, LEONID e HORTÊNCIO.

b) Grupo Telegram JUNDALLAH (item 1.2 da acusação) era composto por LEVI, HORTÊNCIO, ALISSON, LEONID e LUIS GUSTAVO.

c) Grupo Telegram Defensores da Sharia (item 1.3 da inicial) tinha como participantes ALISSON, HORTÊNCIO, ISRAEL, LEONID, LEVI e OZIRIS.

d) *Email* enviado por LEONID convocando os demais 'irmãos' para formação de uma célula terrorista no Brasil no interior da qual cometeriam vários crimes para obterem recursos financeiros (item 1.4 e 2.2 da denúncia). A convocação contou com a imediata adesão de vários dos acusados.

Nas tabelas constantes nos itens 1 e 2 da denúncia, particularmente nas suas fls. 12-13 e 277, constam as correspondências entre os nomes verdadeiros de cada um dos acusados e as respectivas identificações de que se utilizavam para se comunicar por intermédio de cada uma das formas que foram apuradas no curso da investigação policial.

Relativamente ao denunciado FERNANDO verifica-se que não integrou nenhum dos grupos em referência. Embora haja evidências de que mantinha relacionamento para promoção do Estado Islâmico com LUIS GUSTAVO, ALISSON e HORTÊNCIO (item 1.9.8 da peça acusatória), não

restou comprovado por provas suficientes nos autos que, nessas relações entre eles havidas fora dos grupos citados acima, houvesse a pretensão de cometer número indeterminado de crimes, diferentemente do que ocorreu com os demais acusados. Portanto, diante da ausência de comprovação de sua autoria quanto ao crime de associação criminosa, deve ser absolvido da imputação.

Assim, resta comprovada a autoria do crime capitulado no art. 288 do Código Penal com relação aos imputados ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, LEONID EL KADRE DE MELO, OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AVEZEDO, ISRAEL PEDRA MESQUITA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, HORTÊNCIO YOSHITAKE e LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA.

Quanto a FERNANDO PINHEIRO CABRAL não há provas suficientes de participação no delito de associação criminosa.

2.1.4. Corrupção de Menores.

Materialidade

Art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90:

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet.

§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990.

O delito de corrupção de menores é formal, bastando para a sua consumação a prática das condutas descritas (praticar infração penal na companhia do menor ou induzi-lo a praticá-la), independentemente da produção de resultado. Não há necessidade de se comprovar que o indivíduo foi efetivamente corrompido ou prejudicado moralmente, tampouco importa se na sua vida pregressa já apresentou comportamentos ou registros de atos infracionais.

Tal entendimento é o mais adequado, pelo prisma da proteção integral integral de quem possui menos de 18 anos de idade preconizada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e encontra-se assentado pela jurisprudência:

"(...) 6. O crime de corrupção de menores é formal, bastando indícios do envolvimento de menor por ocasião da prática de delito por agente imputável. Precedentes do STF. 7. Mantido o regime fechado para o início de cumprimento da pena em face da reincidência".

(TRF4, ACR 5001518-68.2013.404.7005, Sétima Turma, Relator p/ Acórdão Luiz

Carlos Canalli, juntado aos autos em 07/11/2013)

"(...) 2. A consumação do delito de corrupção de menores prescinde da efetiva corrupção ou da idoneidade moral anterior da vítima. Basta a suficiente comprovação da participação do inimputável em prática criminosa, na companhia de maior de dezoito anos, vez que se trata de crime formal. Precedentes do STJ".

(TRF4, ACR 5011441-30.2013.404.7002, Sétima Turma, Relatora p/ Acórdão Salise Monteiro Sanchotene, juntado aos autos em 16/07/2014)

Recentemente, o STJ lançou pá de cal sobre o assunto ao editar a **Súmula 500**:

"A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal".

Nos autos existe uma quantidade fabulosa de provas que apontam para a participação ativa e constante de dois adolescentes nas práticas criminosas anteriormente verificadas. São eles Matheus Brabosa e Silva e Mateus Brandão da Fonseca. Há também fartos elementos de convicção que apontam para o apoio, estimulação e, em algumas circunstâncias, o constrangimento dos adolescentes, realizado especificamente por LEONID, para que encampem, sem maiores questionamentos, as idéias sectárias, extremistas e criminosas do grupo do qual este se colocava como uma espécie de líder informal.

O item 3 da denúncia é pródigo em demonstrar a agressividade das manifestações das quais tomavam parte ativa os menores mencionados. As provas se encontram anexadas na acusação e podem ser visualizadas em seu original no evento 202 ANEXO3, no evento 415 INF6 e no evento 415 INF22 dos autos de inquérito policial nº 5023557-69.2016.4.04.7000.

No dia 17/02/16 LEONID DE MELO, *aka* Abu Khalled, em manifestação no grupo Defensores da Sharia do Telegram afirma:

"a intenção deve ser sair do virtual e passar para o real assim que possível. Por isso peço a todos que economizem um dinheiro para viajar. Lutar com as mão tem mais hassanat do que lutar com a língua. Por isso meus irmãos não quero ser grosso mas gostaria de deixar claro que minha intenção é montar um grupo real e concreto com a baya ao Amir Al Mumineen. Se a intenção aqui for somente conversar sobre o assunto e ficar postando fotos de decapitações, como aconteceu no grupo do whatsapp, sem intenção de se realizar isso com as própria mãos, então me avisem porque estou fora".

Menos de um minuto depois dessas mensagens, a resposta do adolescente MBS foi: ***"Wa alaikum salam wa rahmarullahi wa barakatuhu. In sha Allah"***⁵¹.

Posteriormente, discutem a formação de uma *shura*⁵² em estados 'mais inóspitos' (palavras de LEONID) próximos da fronteira para que pudessem adquirir armas no exterior. MBS insiste em, antes de mais nada, haver encontro

pessoal, ao que LEONID responde pela desnecessidade de encontro pessoal para deliberação, uma vez que assim se poupariam gastos individuais, bem como informa que já possui um lugar onde se poderiam adquirir armas para treinamento, uma vez que somente haveria dois destinos: vitória ou martírio.

Percebendo uma possível hesitação de MBS LEONID o repreende, envia uma fotografia sua como prova de autenticidade e insiste na migração imediata para o local que diz já saber qual seria para a formação da célula terrorista.

Por fim, afirma **"me desculpe a comparação, mas vc está agindo como aqueles que dizem que a *khillafah*⁵³ não é verdadeira pq os muçulmanos não foram consultados. se vc sabe que é certo, então deve fazer, mesmo que os demais não façam, e se vc sabe que é errado, deve se abster, mesmo que os demais façam"**.

Também há diálogos via Facebook entre ALISSON e MBF e entre LEONID e MBF que comprovariam a prática do crime de corrupção de menores.

Embora tudo isso, em momento algum restou comprovado nos autos que os interlocutores tivessem ciência de que os dois adolescentes possuíam menos de 18 anos de idade por ocasião dos diálogos. Como não há demonstração de que se conheciam pessoalmente - o que poderia determinar a conclusão pelos réus de que se tratava de jovens com idade inferior à imputabilidade penal -, de que os perfis públicos tanto de MBS quanto de MBF informavam as idades verdadeiras de cada um, ou que as fotografias pessoais postadas por ambos em suas redes sociais pudessem indicar, sem sombra de dúvida, que eram adolescentes e não adultos, inviável se presumir validamente nesse sentido.

Adicione-se que todos os acusados - exceto LEONID porque optou por exercer o direito ao silêncio constitucionalmente assegurado -, quando interrogados em Juízo, negaram ter conhecimento das idades dos dois adolescentes com quem conversavam nos ambientes virtuais sobre religião, terrorismo, Estado Islâmico, formação de célula extremista e práticas de crimes capazes de financiar e viabilizar a sua adesão material a ações de violação concreta a direitos fundamentais de terceiros.

Nesses termos, impossível a condenação pela prática do delito de corrupção de menores, à luz da ausência do tipo subjetivo dos acusados, caracterizado pelo dolo de corromper menor para a prática de crime. Por isso, devem ser absolvidos dessa imputação.

Autoria

Inicialmente impõe-se registrar que nas tabelas constantes nos itens 21 e 2 a denúncia, particularmente nas suas fls. 12-13 e 277, constam as correspondências entre os nomes verdadeiros de cada um dos acusados e as respectivas identificações de que se utilizavam para se comunicar por intermédio de cada uma das formas que foram apuradas no curso da investigação policial.

Embora estejam comprovadas as autorias dos corréus ALISSON,

LEONID, OZIRIS, ISRAEL, LEVI e HORTÊNCIO das postagens, conversas e manifestações com intuito e conteúdo criminosos direcionadas aos adolescentes que participavam ativamente dos grupos virtuais com temática terrorista e delituosa em geral, à vista da ausência de comprovação da tipicidade subjetiva do crime de corrupção de menores, a presença da prova de autoria não possui efeito prático para o fim de conduzir à condenação neste tópico.

2.2. Antijuridicidade, culpabilidade e isenção de pena

Não estão presentes quaisquer causas que poderiam ensejar a exclusão da antijuridicidade, culpabilidade ou a isenção de pena de nenhum dos réus.

2.3. Concurso de crimes

Os crimes cujas materialidades e autorias se reconheceram foram praticados por meio de atos e designios distintos, bem como atingem objetividades jurídicas diferentes. Não estão presentes os requisitos para a aplicação das ficções jurídico-penais da contintuidade delitiva ou do concurso formal. Por tudo isso, na forma do art. 69 do Código Penal, as penas aplicadas em virtude de cada um dos delitos reconhecidos deverão ser somadas, diante da incidência das regras do concurso material.

2.4. Aplicação das Penas

O sistema penal brasileiro adotou o critério trifásico para a fixação da pena, de acordo com o art. 68 do Código Penal, razão pela qual passo à análise das circunstâncias judiciais e elementares que circunscrevem os ilícitos.

2.4.1. ALISSON LUAN DE OLIVEIRA

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como acima da normal, levando-se em conta a quantidade, frequência e natureza das suas manifestações de apoio à organização terrorista. Exemplificativamente, afirmou mais de uma vez ter feito a *bayat*, disse que as Olimpíadas seriam uma ótima oportunidade para a realização de ataques terroristas e sugere a realização de um projeto de exermínio em massa mediante contaminação de estação de tratamento de águas no RJ durante o período dos Jogos. Também partiu dele, ainda durante o ano de 2015, o envio de *email* para uma loja de armas localizada no Paraguai indagando sobre a possibilidade de comprar e receber em sua casa um fuzil AK 47. Nas convocações de Leonid para a formação de uma célula terrorista

presencial com campo de treinamento no estado do Mato Grosso foi um dos primeiros a responder afirmativamente e, inclusive, exortou os demais a realizarem, após a reunião presencial, uma *bayat* coletiva ao autodenominado califa do E.I.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos são os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

As circunstâncias do seu envolvimento com a prática criminosa devem ser sopesadas em seu desfavor, uma vez que permitiram colocá-lo em um patamar de atuação somente abaixo daquela verificada por Leonid. Exercia papel de destaque no grupo, como um dos principais instigadores e apoiadores da causa, detendo uma posição de proeminência perante os demais.

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (2 desfavoráveis ao acusado revestidas de especial gravidade), fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes.

Por ser menor de 21 anos à época dos fatos, incide a atenuante prevista no art. 65, I, do Código Penal. Assim, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 meses, resultando em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ).

Inexistem outras circunstâncias atenuantes a serem consideradas.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 70 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo)

do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como acima da normal, levando-se em conta a quantidade, frequência e natureza das suas manifestações de apoio à organização terrorista e a práticas dos mais diversos delitos para que pudessem viabilizar as pretensões espúrias do grupo. Essas permitiram colocá-lo em um patamar de atuação somente abaixo daquela verificada por Leonid. Exercia papel de destaque no grupo à medida em que, exemplificativamente, afirmou mais de uma vez ter feito a *bayat*, disse que as Olimpíadas seriam uma ótima oportunidade para a realização de ataques terroristas e sugere a realização de um projeto de exermínio em massa mediante contaminação de estação de tratamento de águas no RJ durante o período dos Jogos. Também partiu dele, ainda durante o ano de 2015, o envio de *email* para uma loja de armas localizada no Paraguai indagando sobre a possibilidade de comprar e receber em sua casa um fuzil AK 47. Nas convocações de Leonid para a formação de uma célula terrorista presencial com campo de treinamento no estado do Mato Grosso foi um dos primeiros a responder afirmativamente e, inclusive, exortou os demais a realizarem, após a reunião presencial, uma *bayat* coletiva ao autodenominado califa do E.I.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje. Também milita em seu desfavor nesta vetorial a constatação de que seu envolvimento com a prática criminosa permitiu colocá-lo em um patamar de atuação somente abaixo daquela verificada por Leonid. Exercia papel de destaque no grupo, como um dos principais instigadores e apoiadores da causa, detendo uma posição de proeminência perante os demais.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (2 desfavoráveis, uma das quais revestida de gravidade especialmente expressiva na sua situação pessoal), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes.

Por ser menor de 21 anos à época dos fatos, incide a atenuante prevista no art. 65, I, do Código Penal. Assim, reduzo a pena anteriormente aplicada em 3 meses, resultando em 1 (um) ano e 5 (cinco) meses de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ).

Inexistem outras circunstâncias atenuantes a serem consideradas.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 5 (cinco) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **70 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu encontra-se preso desde o dia 21/7/2016 até a presente data.

2.4.2 LEONID EL KADRE DE MELO

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº

13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

O réu ostenta maus antecedentes criminais, tendo em conta que, nos termos das certidões dos eventos 146, 488, 491 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000, possui duas condenações anteriores contra si transitadas em julgado. Seguindo-se a jurisprudência consolidada, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal⁵⁴, uma delas - no caso a do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, em razão da qual foi condenado a 05 (cinco) anos e 08 meses de reclusão em regime inicial fechado - deve ser considerada como desfavorável na análise dos antecedentes.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como bem acima da normal, levando-se em conta a quantidade, frequência e natureza das suas manifestações de apoio à organização terrorista. É eloquente, possui conhecimento da língua árabe e de fragmentos importantes dos ensinamentos da religião muçulmana. Mostrou-se o tempo todo impositivo perante os demais. Em diversas ocasiões revelou ter jurado fidelidade ao Estado Islâmico. Reiteradamente demonstra desprezar todas as instituições que pertencem àqueles que pejorativamente chama de 'infíeis'. Propõe mais de uma vez a aquisição de armas de forma compartilhada por todos os integrantes do grupo para que agissem em favor da 'causa' utilizando-se do armamento.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos são os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

As circunstâncias do seu envolvimento com a prática criminosa devem ser sopesadas em seu desfavor, uma vez que permitiram colocá-lo na posição indiscutível do denunciado que assumiu a condição de líder máximo dentre os demais. Proclama a *jihad*, enquanto luta armada como a forma necessária para que todo muçulmano atue em prol do Islamismo, e exorta todos os demais a segui-lo como forma de garantir, pela vitória ou martírio, a aceitação perante Allah. Não há qualquer dúvida quanto ao seu protagonismo e liderança perante os demais. Atua por meio de suas mensagens constantes de modo a fomentar de maneira muito incisiva as ações favoráveis ao ISIS e estimula todos, frequentemente, a agir 'com as mãos' em prol da causa terrorista, saindo de frente dos seus computadores e dispositivos móveis de acesso à Internet.

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis

para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (3 bastante desfavoráveis ao acusado), fixo a pena-base em 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão.

Incide a agravante da reincidência. O réu foi condenado em 13/9/2005 pelo Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi/TO pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, V, do Código Penal (matou, em conjunto com Valdir Pereira da Rocha, um comparsa com golpes de pedras) a 13 (treze) anos de reclusão, no regime inicialmente fechado (eventos 146 e 491 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000). A execução da pena vinha, desde 2014, sendo feita pelo Juízo da Comarca de Comodoro/MT até que sobreveio sua prisão por ordem deste Juízo Federal (eventos 488 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000).

Não incidem circunstâncias atenuantes.

Diante disso, exaspero a pena em 1/6, para fixá-la, ainda provisoriamente, em 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 181 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Recrutamento com o propósito de praticar atos de terrorismo - art. 5º, §1º, I, c/c §2º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de quatro a quinze anos.

O réu ostenta maus antecedentes criminais, tendo em conta que, nos termos das certidões dos eventos 146, 488, 491 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000, possui duas condenações anteriores contra si transitadas em julgado. Seguindo-se a jurisprudência consolidada, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal, uma delas - no caso a do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, em razão da qual foi condenado a 05 (cinco) anos e 08 meses de reclusão em regime inicial fechado - deve ser considerada como desfavorável na análise dos antecedentes.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como acima

da normal, levando-se em conta a frequência com que se dirigia aos demais e a sua insistência frequente para que formassem uma célula terrorista no estado do Mato Grosso, onde poderiam treinar longe dos olhos das autoridades e adquirir armas em países vizinhos. Ante cada vacilo de algum dos participantes costumava contrapor argumentos supostamente religiosos que, dada a condição dos demais, todos mais jovens do que ele e com conhecimentos apenas superficiais do islamismo, detinham uma capacidade tremenda de impacto. Trata-se de indivíduo altamente persuasivo e eloquente.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos são os usuais ao tipo.

As circunstâncias do seu envolvimento com esta prática criminosa devem ser consideradas como ajustadas à tipificação penal do delito de recrutamento para a prática do terrorismo.

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (2 desfavoráveis ao acusado), fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Incide a agravante da reincidência. O réu foi condenado em 13/9/2005 pelo Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi/TO pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, V, do Código Penal (matou, em conjunto com Valdir Pereira da Rocha, um comparsa com golpes de pedras) a 13 (treze) anos de reclusão, no regime inicialmente fechado (eventos 146 e 491 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000). A execução da pena vinha, desde 2014, sendo feita pelo Juízo da Comarca de Comodoro/MT até que sobreveio sua prisão por ordem deste Juízo Federal (eventos 488 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000).

Não incidem circunstâncias atenuantes.

Diante disso, exaspero a pena em 1/6, para fixá-la, ainda provisoriamente, em 6 (seis) anos e 5 (cinco) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 6 (seis)

anos e 5 (cinco) meses de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 56 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

c) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

O réu ostenta maus antecedentes criminais, tendo em conta que, nos termos das certidões dos eventos 146, 488, 491 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000, possui duas condenações anteriores contra si transitadas em julgado. Seguindo-se a jurisprudência consolidada, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal, uma delas - no caso a do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, em razão da qual foi condenado a 05 (cinco) anos e 08 meses de reclusão em regime inicial fechado - deve ser considerada como desfavorável na análise dos antecedentes.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa devem ser tidas como de gravidade acima da usual, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Também deve ser considerada especialmente em seu desfavor a posição indiscutível que assumiu de líder máximo dentre os demais. Não há qualquer dúvida quanto ao seu protagonismo e liderança no grupo. Atua por meio de suas mensagens constantes de modo a fomentar de maneira muito incisiva as ações favoráveis ao ISIS e estimula todos, frequentemente, a agir 'com as mãos' em prol da causa terrorista, unidos para o cometimento de vários crimes para financiar ações de terror e a sua própria migração futura para a região do 'califado'. Atuava como verdadeiro fio condutor da ação criminosa perpetrada.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (3 desfavoráveis, uma das quais revestida de extrema gravidade na sua situação pessoal), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 10 (dez) meses de reclusão.

Incide a agravante da reincidência. O réu foi condenado em 13/9/2005 pelo Tribunal do Júri da Comarca de Gurupi/TO pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, V, do Código Penal (matou, em conjunto com Valdir Pereira da Rocha, um comparsa com golpes de pedras) a 13 (treze) anos de reclusão, no regime inicialmente fechado (eventos 146 e 491 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000). A execução da pena vinha, desde 2014, sendo feita pelo Juízo da Comarca de Comodoro/MT até que sobreveio sua prisão por ordem deste Juízo Federal (eventos 488 e 503 dos autos nº 5023557-69.2016.4.04.7000).

Não incidem circunstâncias atenuantes.

Diante disso, exaspero a pena em 1/6, para fixá-la, ainda provisoriamente, em 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 20 (vinte) dias de reclusão.

Não incidem circunstâncias atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 20 (vinte) dias de reclusão.

d) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 15 (quinze) anos, 10 (dez) meses e 5 (cinco) dias de privação de liberdade, sendo 13 (treze) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **237 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

e) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

f) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu encontra-se preso desde o dia 25/7/2016 até a presente data.

2.4.3. OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

A culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como um pouco acima da normal ao tipo, tendo em conta a quantidade de suas manifestações que caracterizaram repetidamente promoção e apoio público a organização terrorista.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes. Presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que reconheceu em Juízo a autoria das manifestações, embora tenha negado o dolo de promoção de organização criminosa, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 (quatro) meses, resultando em 5 (cinco) anos de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ e STF, RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458).⁵⁵

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 10 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como usual ao tipo.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e as condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 03 (três) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **10 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu permaneceu preso do dia 21/07/2016 ao dia 15/12/2016 (evento 502).

2.4.4. ISRAEL PEDRA MESQUITA

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

A culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como um pouco acima da normal ao tipo, tendo em conta a quantidade de suas manifestações que caracterizaram repetidamente promoção e apoio público a organização terrorista.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa

foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes. Presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que reconheceu em Juízo a autoria das manifestações, embora tenha negado o dolo de promoção de organização criminosa, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 (quatro) meses, resultando em 5 (cinco) anos de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ e STF, RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458).

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 10 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como usual ao tipo.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas

desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 03 (três) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **10 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu permaneceu preso do dia 21/07/2016 ao dia 16/12/2016 (evento 505).

2.4.5. LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

A culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como um pouco acima da normal ao tipo, tendo em conta a quantidade de suas manifestações que caracterizaram repetidamente promoção e apoio público a organização terrorista.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes. Presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que reconheceu em Juízo a autoria das manifestações, embora tenha negado o dolo de promoção de organização criminosa, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 (quatro) meses, resultando em 5 (cinco) anos de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ e STF, RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458).

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 10 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como usual ao tipo.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 03 (três) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **10 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu permaneceu preso do dia 21/07/2016 ao dia 15/12/2016 (evento 502).

2.4.6. HORTÊNCIO YOSHITAKE

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

A culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como um pouco acima da normal ao tipo, tendo em conta a quantidade de suas manifestações que caracterizaram repetidamente promoção e apoio público a organização terrorista.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes. Presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que reconheceu em Juízo a autoria das manifestações, embora tenha negado o dolo de promoção de organização criminosa, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 (quatro) meses, resultando em 5 (cinco) anos de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ e STF, RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458).

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 10 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como usual ao tipo.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos

elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 03 (três) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **10 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu permaneceu preso do dia 21/07/2016 ao dia 15/12/2016 (evento 502).

2.4.7. LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como acima da normal, considerando-se a quantidade e também natureza das suas manifestações de apoio à organização terrorista ganhando especial destaque a orientação aos demais altamente preocupante, pouco antes do início das Olimpíadas do RJ, sobre como produzir uma bomba caseira utilizando carvão, salitre e enxofre, recomendando em seguida a inserção de cacos de vidro moídos para potencializar a dor e o terror na população civil. Obteve-se, ainda, acesso a uma mensagens sua privada a outro simpatizante da organização informando que pretendia fazer a *bayat* ao autodenominado califa do E.I.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado, revestida de especial gravidade), fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes. Presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que reconheceu em Juízo a autoria das

manifestações, embora tenha negado o dolo de promoção de organização criminosa, reduzo a pena anteriormente aplicada em 4 (quatro) meses, resultando em 5 (cinco) anos e 02 meses de reclusão. Registro, adicionalmente, a impossibilidade de redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ e STF, RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458). Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos e 02 meses de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 30 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Associação criminosa - art. 288, do Código Penal:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de um a três anos.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do seu comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como usual ao tipo.

Quanto à conduta social e à personalidade, não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Relativamente aos motivos foram os usuais ao tipo.

As circunstâncias da prática criminosa foram de gravidade acima da usual do tipo, tendo em consideração os crimes que afirmavam pretender realizar e o temor que o terrorismo e condutas a ele associadas geram na população em geral nos dias de hoje.

Quanto às consequências do delito foram as usuais ao tipo penal, porquanto ele não exige a prática efetiva de qualquer dos crimes que o grupo associado pretendesse realizar.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado), fixo a pena-base em 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 1 (um) ano e 3 (três) meses de reclusão.

c) Concurso de Crimes:

Diante do concurso material verificado entre os crimes previstos no artigo 3º da Lei nº 13.260/16 e no artigo 288 do Código Penal, devem ser somadas as penas aplicadas ao réu, conforme determina o artigo 69 do Código Penal, porque decorrentes de desígnios autônomos.

Tem-se assim uma **pena total definitiva de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de privação de liberdade, sendo 5 (cinco) anos e 02 (dois) meses de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **30 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

d) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

e) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu encontra-se preso desde o dia 11/08/2016 até a presente data.

2.4.8. FERNANDO PINHEIRO CABRAL

a) Promoção de Organização Terrorista - art. 3º da Lei nº 13.260/16:

A esse crime é cominada pena de reclusão, de cinco a oito anos, e multa.

Quanto aos antecedentes criminais, não há registro em desfavor do réu.

Sua culpabilidade, entendida como juízo de reprovação social do comportamento concretamente verificado, deve ser considerada como acima da normal, levando-se em conta a quantidade e a natureza das suas manifestações de apoio à organização terrorista. Diferentemente dos demais denunciados,

FERNANDO se destacou pela violência e firmeza de suas próprias palavras de apoio. Afirmou não ser 'feito apenas de discurso' e foi flagrado exigindo explicações de um interlocutor por que este não cumpriu uma tarefa dada por ele para cometer um ataque terrorista em São Paulo inspirado nas ações do ISIS (fl. 265 da denúncia). Os elementos dos autos apontam para um indivíduo de fato engajado com o ideal terrorista e detentor de elevada capacidade de tornar concretas ações de agressão gratuita contra quem quer que seja desde que motivado por alguma causa que entenda nobre (destaque para o item 1.9.8 da denúncia em que terceira pessoa afirma que FERNANDO pretendia cometer atentado terrorista em shopping center).

Quanto à conduta social não existem nos autos elementos suficientes para que tais circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis.

Há elementos nos autos que apontam para o fato de que possui personalidade violenta, destacando-se o que foi afirmado por seu familiares na esfera policial inicialmente (evento 55 dos autos nº 5037445-08.2016.4.04.7000). Em Juízo, todavia, não confirmaram as informações anteriormente prestadas. Diante disso, a vetorial deve ser considerada como neutra.

Relativamente aos motivos e circunstâncias da prática criminosa foram os usuais ao tipo na sua modalidade menos danosa ('promover') dentre as quatro ações previstas no mesmo tipo penal ('integrar', 'constituir' e 'prestar auxílio').

Quanto às consequências do delito há que se destacar que não se revestiram de gravidade além do que está previsto abstratamente na lei penal. Tudo em virtude da investigação policial e da pronta atuação das autoridades brasileiras que identificaram as ações e adotaram as providências indispensáveis para se evitarem desdobramentos mais graves.

Por fim, quanto ao comportamento da vítima em nada contribuiu para que o agente praticasse o crime.

Com base nessas circunstâncias (1 desfavorável ao acusado, revestida de especial gravidade tendo em conta o seu conteúdo), fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Não incidem circunstâncias agravantes nem atenuantes.

Ausentes causas especiais de aumento ou de diminuição de pena.

Assim, fica o acusado definitivamente condenado à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Estabeleço a pena de multa, de modo proporcional à pena privativa de liberdade definitivamente aplicada, em 70 dias-multa. Tendo em vista a situação econômica declarada pelo réu e corroborada pelos demais elementos de prova dos autos, fixo o valor do dia/multa no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve

ser atualizado monetariamente desde então.

Tem-se assim uma **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pela prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90.**

Já a pena de multa resulta em **70 dias-multa**, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então.

b) Regime de cumprimento e substituição da pena:

O regime inicial de cumprimento da pena será o **fechado**, diante da gravidade do crime de terrorismo e da previsão do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90.

O réu não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade, porque não atendidos os requisitos do art. 44, I, do Código Penal.

c) Detração:

Consigno, para fins de detração, que o réu encontra-se preso desde o dia 11/08/2016 até a presente data.

2.5. PRISÃO PREVENTIVA / POSSIBILIDADE DE RECORRER EM LIBERDADE

Em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 387 do CPP, passo à análise da necessidade de imposição e manutenção de prisão preventiva aos denunciados.

Os réus OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, HORTÊNCIO YOSHITAKE estiveram cautelarmente presos durante o período de 21/07 a 15/12/2016 (evento 502). ISRAEL PEDRA MESQUITA esteve preso preventivamente durante o período de 21/07/2016 a 16/12/2016 (evento 505).

Nenhum fato novo sobreveio aos autos desde o momento em que foram colocados em liberdade, não havendo motivo razoável para justificar nova decretação de custódia cautelar em seu desfavor, além do advento da sentença o que, por si, não justifica as suas prisões antes do julgamento das apelações eventualmente interpostas perante o Tribunal Regional da 4ª Região.

Relativamente aos denunciados LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA (desde 11/08/2016), FERNANDO PINHEIRO CABRAL (desde 11/08/2016), ALISSON LUAN DE OLIVEIRA (desde 21/07/2016) e LEONID EL KADRE DE MELO (desde 25/07/2016) permanecem inalteradas as razões que justificam a manutenção de suas custódias cautelares.

Como exposto na decisão proferida em 15/12/2016, a conclusão da instrução processual possibilitou delimitar o envolvimento de cada um dos denunciados nos fatos descritos na denúncia, suas reais intenções e motivações,

bem como aferir características pessoais que revelam maior grau de probabilidade de execução de qualquer ato violento em decorrência da interpretação sectária dos preceitos da religião muçulmana.

A análise detida, exaustiva e pormenorizada das condutas dos denunciados e das provas produzidas, sintetizada anteriormente nesta sentença, reforçou o entendimento anterior do Juízo acerca da necessidade de manutenção de suas prisões preventivas, notadamente para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

A essa altura, convém registrar que uma das maiores preocupações experimentadas neste momento pela comunidade internacional é com a chamada 'autorradicalização', que ocorre mais comumente pela Internet, e conduz aos ataques dos chamados 'lobos solitários', cujos efeitos são por todos conhecidos.

Se caracterizam por serem ações inspiradas em ideais extremistas disseminados à distância, que não exigem formação religiosa sólida, de baixo custo e de planejamento simples. Também não requerem o acesso a materiais sofisticados nem treinamento intenso. Podem ser levadas a cabo por meio do uso de equipamentos que são acessíveis a qualquer um no dia a dia e cujo manuseio é cotidiano e intuitivo. Por essas razões, têm impacto relativamente reduzido quanto ao universo de atingidos diretamente. Embora isso, não são menos danosas à coletividade e à paz pública porque: 1) são de difícil detecção pelas agências de combate ao terrorismo; 2), possuem caráter randômico, na medida em que não obedecem a uma lógica que permita a adoção de estratégias de prevenção específicas e revestidas de eficácia mais apurada; 3) disseminam o pânico na população, abalando significativamente a tranquilidade pública e reduzindo os espaços de interação e de confiança entre os integrantes de uma determinada coletividade.

De acordo com Peter Bergen:

These self-radicalized terrorists proved far harder to detect than either al-Qaeda operative or independent groups (...). Lone wolves have not, however, proved capable of pulling off operations anywhere near the scale of 9/11, which required extensive training, many plotters, and hundreds of thousands of dollars. Still, they could come from anywhere, at any time - and they could also be deadly. Since 9/11 every act of jihadist terrorism resulting in a fatality on American soil has been carried out by lone wolves.^{56 57}

Na mesma linha de raciocínio, Jessica Stern afirma:

There is a limit to the damage a lone-wolf avenger can cause. An individual can terrorize a city, as the sniper case makes clear. But he could not carry out a September 11-type attack, which required coordination among a large number of operatives and supporters. Lone wolves are especially difficult for law-enforcement authorities to stop, however. As military technology continues to improve and spread, enabling what political scientist Joseph Nye calls the 'privatization of war', virtual networks and even lone-wolf avengers could become a major threat.^{58 59}

Esse indivíduos muitas vezes são incentivados por "empreendedores virtuais", atuando com independência da liderança terrorista no exterior.

Recente estudo do Programa sobre Extremismo da Universidade George Washington coletou indícios de que os 'lobos solitários' são muitas vezes estimulados e orientados por indivíduos que se apropriam do ideal jihadista e encorajam pelo meio virtual a realização de ataques de operativos.⁶⁰

Em um cenário desses é que se devem levar em conta as ações praticadas pelos réus e a consideração de seu *status libertatis* neste momento.

Restou confirmado o papel de liderança exercido por LEONID EL KADRE DE MELO e, secundariamente, por ALISSON LUAN DE OLIVEIRA perante os demais denunciados nas práticas relacionadas ao terrorismo e à associação criminosa.

LEONID e ALISSON, nessa ordem, tinham papel fundamental na cooptação/convencimento de pessoas para seguir a visão deturpada que grupos terroristas pregam em relação ao islamismo, notadamente para o apoio e/ou promoção de ações violentas praticadas em detrimento daqueles que ousam pensar e agir de forma diversa.

Conforme já registrado nesta sentença, LEONID possui personalidade eloqüente e persuasiva. Por diversas vezes jurou formalmente fidelidade ao Estado Islâmico, manifestou desejo de migrar para área de conflito e reiteradamente demonstrou desprezar todas as instituições que pertencem àqueles que pejorativamente chama de 'infieis'. Atuou de forma impositiva perante outros indivíduos também adeptos da doutrina ditada por grupos terroristas (em sua maioria jovens), os estimulou a cometerem crimes como forma - legítima na sua visão - de obter fundos em favor do financiamento para o cometimento de ações terroristas, idealizou a formação de uma célula terrorista no estado do Mato Grosso (onde poderiam treinar longe dos olhos das autoridades e adquirir armas em países vizinhos) e propôs mais de uma vez a aquisição de armas de forma compartilhada por todos os integrantes do grupo para que agissem em favor da 'causa'. Possui consideráveis conhecimentos acerca da língua árabe e fragmentos importantes dos ensinamentos da religião muçulmana, conhecimentos esses que utilizou perante o grupo para fazer valer a sua visão e os ideais extremistas. Na oportunidade em que teve contato pessoal com o Juízo demonstrou não compartilhar da compreensão mediana do mundo civilizado quanto à gravidade de suas condutas, tampouco arrependimento relativamente às ações terroristas que advoga, proclama, estimula e para as quais recrutava terceiros. Por fim, há que se destacar possuir condenação definitiva pela prática de crimes violentos - homicídio (por meio de golpes de pedra na vítima) e roubo.

Essas circunstâncias e condições pessoais, conjuntamente consideradas, demonstram a periculosidade que a liberdade de LEONID representa para a ordem pública e à aplicação da lei penal. Necessária, por consequência, a manutenção de sua prisão preventiva.

ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, assim como LEONID, exerceu papel de liderança perante os demais integrantes dos grupos formados no intento de promover grupos terroristas, bem como atuou de forma a gerar temor sério e fundado relativamente à garantia da ordem pública. Mais de uma vez afirmou ter

feito a *bayat*. Externou ideia no sentido de que as Olimpíadas seriam uma ótima oportunidade para a realização de ataques terroristas, inclusive sugerindo a realização de um projeto de extermínio em massa mediante contaminação de estação de tratamento de águas no RJ durante o período dos Jogos. Também partiu dele, ainda durante o ano de 2015, o envio de *email* para uma loja de armas localizada no Paraguai indagando sobre a possibilidade de comprar e receber em sua casa um fuzil AK 47. Nas convocações de LEONID para a formação de uma célula terrorista presencial com campo de treinamento no estado do Mato Grosso foi um dos primeiros a responder afirmativamente e, inclusive, exortou os demais a realizarem, após a reunião presencial, uma *bayat* coletiva ao autodenominado califa do E.I.

Essas circunstâncias e condições pessoais, conjuntamente consideradas, demonstram a periculosidade que a liberdade de ALISSON representa para a ordem pública e para a aplicação da lei penal. Necessária, por consequência, a manutenção de sua prisão preventiva.

Da mesma forma, as condições pessoais de LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA indicam ser necessária a manutenção de sua custódia cautelar. A quantidade e a natureza extremamente graves de algumas de suas manifestações de apoio à organização terrorista não podem ser desconsideradas pelo Juízo, dado o risco concreto de dano imensurável à população em caso de colocação em prática de suas ideias. Nesse sentido necessário se destacarem as orientações repassadas a outros adeptos de doutrinas terroristas, pouco antes do início das Olimpíadas do RJ, sobre como produzir uma bomba caseira utilizando carvão, salitre e enxofre, com a inserção de cacos de vidro moídos para potencializar a dor e o terror na população civil. Essa mensagem deve ser contextualizada à mensagem privada remetida por LUIS GUSTAVO a outro simpatizante da organização terrorista Estado Islâmico, na qual afirmou que pretendia fazer a *bayat* ao autodenominado califa do E.I.

Essas circunstâncias e condições pessoais, conjuntamente consideradas, demonstram a periculosidade que a liberdade de LUIS GUSTAVO representa para a ordem pública e à aplicação da lei penal. Necessária, por consequência, a manutenção de sua prisão preventiva.

Por fim, entendo necessária também a manutenção da prisão preventiva de FERNANDO PINHEIRO CABRAL. Os elementos dos autos apontam para um indivíduo de fato engajado com o ideal terrorista e detentor de elevada capacidade de tornar concretas ações de agressão gratuita contra quem quer que seja desde que motivado por alguma causa que entenda nobre (destaque para o item 1.9.8 da denúncia em que terceira pessoa afirma que FERNANDO pretendia cometer atentado terrorista em shopping center). Afirmou não ser 'feito apenas de discurso' e foi flagrado exigindo explicações de um interlocutor por que este não cumprira uma tarefa dada por ele para cometer um ataque terrorista em São Paulo inspirado nas ações do ISIS (fl. 265 da denúncia). Nesse contexto, e considerando-se a presença de robustos indícios de possuir o denunciado personalidade violenta (relatada por familiares na esfera policial - evento 55 dos autos nº 5037445-08.2016.4.04.7000, embora com retratação em Juízo, com fornecimento de uma justificativa, para dizer o mínimo, incomum), a quantidade e

gravidade das postagens realizadas pelo réu em promoção a ações terroristas não podem simplesmente ser desconsideradas pelo Juízo.

Essas circunstâncias e condições pessoais, conjuntamente consideradas, demonstram a periculosidade que a liberdade de FERNANDO representa para a ordem pública e à aplicação da lei penal. Necessária, por consequência, a manutenção de sua prisão preventiva.

Do exposto, com fundamento no art. 312 do CPP, mantenho a prisão preventiva de LEONID EL KADRE DE MELO, ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA e FERNANDO PINHEIRO CABRAL, para garantia da ordem pública e garantia de aplicação da lei penal. Por consequência, deverão permanecer presos.

Poderão os réus HORTENCIO YOSHITAKE, ISRAEL PEDRA MESQUITA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS e OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO recorrer em liberdade.

2.6. DESTINAÇÃO DOS BENS APREENDIDOS

Em cumprimento a ordens deste Juízo, proferidas nos autos 5033189-22.2016.4.04.7000 e 5037445-02.2016.4.04.7000, foram apreendidos os bens na posse dos denunciados (ALISSON LUAN DE OLIVEIRA - evento 28/busca3/inquérito policial; LEONID EL KADRE DE MELO; LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS - evento 28/busca8/inquérito policial; OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO - evento 28/busca 15 e 16/inquérito policial; ISRAEL PEDRA MESQUITA - evento 28/busca7/inquérito policial); HORTENCIO YOSHITAKE - evento 28/busca6/inquérito policial; LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA; FERNANDO PINHEIRO CABRAL).

Relativamente aos bens apreendidos utilizados para as práticas dos crimes objeto desta ação penal (laudos constantes dos autos), com fundamento no artigo 91, II, a, do CP, determino o perdimento em favor da União, a ser cumprido após o trânsito em julgado.

Desde logo, independentemente do trânsito em julgado desta sentença, autorizo o uso pela Polícia Federal dos bens a seguir especificados, conforme requerido no evento 702 do inquérito policial:

HORTENCIO YOSHITAKE		ITENS 1 E 2	
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	
01	02	01 (um) Celular sendo um da Marca ASUS (Zenfone), SN F9AZB6028401, Contendo um CHIP da Operadora TIM (início 8955) e 01 Cartão de Memória Microsd de 4GB; 01 (um) Celular da marca LG, na cor branca, sem chip, S/N 310BSNW756183;	
02	01	Notebook ASUS, na cor preta, modelo AR SB228 (Senha HONDAFIESTA9090);	
ALISSON LUAN DE OLIVEIRA		ITEM 1	
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	
01	01	01 (um) aparelho celular Motorola XT1069 1117-14-0330, Imei: 355496062095931, Imei 2: 355496062095949, com Chip VIVO n. 8955112212900242852829	
OSIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS		ITENS 1 E 8	

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
01	01	Um celular Smartphone preto, marca Lenovo com capa de proteção traseira. Senha do chip 7119.
08	01	Um notebook Samsung preto, senha do login mgldwn13.
LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA		ITEM 1
ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
01	01	(um) celular, marca samsung, modelo SM- J320M/DS 02 chips, na cor preta, com um chip da operador TIM e bateria. (item 01 do auto circunstanciado de arrecadação equipe 01 - SP).

Em relação aos bens apreendidos que não tenham sido utilizados para fins criminosos bem como aqueles cuja posse não caracterize, por si, ilícito penal ou produto de crime, por não mais interessarem ao processo penal, determino, também após o trânsito em julgado, sua restituição aos respectivos proprietários/possuidores no momento da apreensão.

2.7. REPARAÇÃO DOS DANOS

Deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pelas infrações, na forma determinada no art. 387, IV, do CPP, ante a ausência de pedido ministerial nesse sentido e falta de elementos concretos para sua aferição.

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de condenação formulado pelo Ministério Público Federal para o fim de:

a) **CONDENAR LEONID EL KADRE DE MELO** pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16, art. 5º, §1º, I, c/c §2º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de

15 (quinze) anos, 10 (dez) meses e 05 (cinco) dias de reclusão - sendo 13 (treze) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 237 (duzentos e trinta e sete) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

b) CONDENAR ALISSON LUAN DE OLIVEIRA pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 70 (setenta) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

c) CONDENAR OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, a pena total definitiva de 06 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

d) CONDENAR LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de 06 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

e) CONDENAR ISRAEL PEDRA MESQUITA pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de 06 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

f) CONDENAR HORTENCIO YOSHITAKE pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de 06 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

g) CONDENAR LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA pelas práticas dos crimes previstos nos art. 3º da Lei nº 13.260/16 e art. 288, CP, na forma do art. 69 CP, à pena total definitiva de 06 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão - sendo 5 (cinco) anos de reclusão relativos à prática de crime equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 30 (trinta) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra.

h) CONDENAR FERNANDO PINHEIRO CABRAL pela prática do crime previsto na prática do crime previsto no art. 3º da Lei nº 13.260/16 CP, à pena total definitiva de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão - equiparado a hediondo, na forma da Lei nº 8.072/90 - em regime inicialmente fechado, sem direito à substituição por penas restritivas de direito, bem como à pena de multa de 70 (setenta) dias-multa, no valor unitário equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na data do último fato (julho de 2016), valor que deve ser atualizado monetariamente desde então, tudo na forma da fundamentação supra

i) ABSOLVER LEONID EL KADRE DE MELO, OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS, ISRAEL PEDRA MESQUITA, HORTENCIO YOSHITAKE e ALISSON LUAN DE OLIVEIRA da prática do crime previsto no artigo art. 244-B, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069/90, com fundamento no disposto no artigo 386, VII, do CPP.

j) ABSOLVER FERNANDO PINHEIRO CABRAL da prática do crime previsto no artigo 288 do CP, com fundamento no art. 386, V, do CPP.

Condeno os réus também ao pagamento das custas processuais.

Presentes os pressupostos do art. 312 do CPP, os réus LEONID EL KADRE DE MELO, ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA e FERNANDO PINHEIRO CABRAL **não** poderão apelar em liberdade.

Os demais réus - HORTENCIO YOSHITAKE, ISRAEL PEDRA MESQUITA, LEVI RIBEIRO FERNANDES DE JESUS e OZIRIS MORIS LUNDI DOS SANTOS AZEVEDO, poderão recorrer em liberdade, mantidas as

demais condições em vigor para a manutenção de suas solturas.

Deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pelas infrações, na forma determinada no art. 387, IV, do CPP, ante a ausência de pedido ministerial nesse sentido e de elementos concretos para sua aferição.

Antes do trânsito em julgado:

a) Expeça-se guia de recolhimento provisório em relação aos réus LEONID EL KADRE DE MELO, ALISSON LUAN DE OLIVEIRA, LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA e FERNANDO PINHEIRO CABRAL.

b) Encaminhe-se cópia desta sentença ao Juiz Corregedor do estabelecimento prisional onde os réus estão custodiados.

c) Junte-se cópia desta sentença nos respectivos autos de Incidente de Transferência entre Estabelecimentos Penais.

d) Em complemento às informações prestadas no evento 559, encaminhe-se ofício ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça noticiando a prolação da presente sentença, instruído com sua cópia.

e) Intime-se a Polícia Federal acerca da autorização para utilização de bens.

Após o trânsito em julgado:

a) cumpram-se as disposições constantes do Provimento nº 17/2013 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

b) procedam-se as anotações e comunicações decorrentes desta decisão.

c) voltem conclusos para o cumprimento do decidido no item 2.5 com relação aos bens apreendidos e outras deliberações decorrentes da decisão final neste feito.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **MARCOS JOSEGREI DA SILVA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700003115233v560** e do código CRC **9bd6f4c4**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): MARCOS JOSEGREI DA SILVA

Data e Hora: 04/05/2017 15:42:37

1. "Then there is a very land upon which the supposed caliphate has been founded. Al-Sham refers to both Damascus and Greater Syria (an ancient territory that encompasses most of the contemporary northern Levant, including the Turkish city of Antakya) and was described by the Prophet Muhammad as 'blessed'

and 'the land of resurrection'. Iraq and Syria were the cradles of the first Muslim empires, and the birthplaces of many of God's prophets, and the burial sites of many of the Prophet's companions" Em tradução livre: "Então há uma terra sobre a qual o suposto califado foi fundado. Al-Sham refere-se tanto a Damasco como à Grande Síria (um antigo território que engloba a maior parte do Levante do norte contemporâneo, incluindo a cidade turca de Antakya) e foi descrito pelo Profeta Muhammad como "abençoado" e "terra da ressurreição". Iraque e Síria foram os berços dos primeiros impérios muçulmanos, e os locais de nascimento de muitos dos profetas de Deus, e os locais de enterro de muitos dos companheiros do Profeta". In ISIS, Inside the Army of Terror. WEISS, Michael e HASSAN, Hassan. Regan Art. 2015. p. 176.

2. [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2249\(2015\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2249(2015))

3. [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2253\(2015\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2253(2015))

4. [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2255\(2015\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2255(2015))

5. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/12527-resolucao-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-sobre-combate-ao-autodenominado-estado-islamico>

6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8799.htm

7. <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en>

8. <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en/node/20>

9. 8. A propaganda terrorista é normalmente feita para apelar a grupos sociais vulneráveis e marginalizados. O processo de recrutamento e radicalização comumente se capitaliza nos sentimentos de injustiça, exclusão e humilhação do indivíduo. A propaganda deve ser adaptada para considerar fatores demográficos, tais como idade ou gênero, assim como circunstâncias sociais ou econômicas. 9. A Internet passa a ser um meio particularmente efetivo de recrutamento de minorias, as quais consistem numa alta proporção dos usuários. A propaganda disseminada via Internet com o objetivo de recrutar minorias pode ter a forma de desenhos, vídeos musicais populares ou jogos de computador. Táticas empregadas pelos websites mantidos por organizações terroristas ou suas afiliadas para atingir as minorias têm incluído um misto de desenhos e histórias infantis com mensagens promovendo e glorificando atos de terrorismo, tais como ataques suicidas. Similarmente, algumas organizações terroristas desenvolveram jogos de videogame com o propósito de serem usados como ferramentas de recrutamento e treinamento. Tais jogos promovem o uso da violência contra o Estado ou figuras políticas proeminentes, recompensando com sucessos virtuais, e são ofertados em múltiplos idiomas para atingir uma vasta audiência. 12. Prevenir e dissuadir a incitação ao terrorismo no interesse da proteção da segurança nacional e da ordem pública são razões legítimas para a limitação da liberdade de expressão, conforme previsto no artigo 19, parágrafo 3, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Essas razões também estão contidas no artigo 20, parágrafo 2, daquele Pacto, que exige que os Estados proíbam qualquer defesa do ódio nacional, racial ou religioso que implique incitação à discriminação, hostilidade ou violência. Contudo, tendo em conta a natureza fundamental do direito à liberdade de expressão, qualquer restrição ao exercício deste direito deve ser necessária e proporcional à ameaça representada. O direito à liberdade de expressão também está ligado a outros direitos importantes, incluindo o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, crença e opinião. 13. O recrutamento, a radicalização e a incitação ao terrorismo podem ser vistos como pontos ao longo de um "continuum". Radicalização refere-se principalmente ao processo de doutrinação que muitas vezes acompanha a transformação de recrutas em indivíduos determinados a agir com violência baseada em ideologias extremistas. O processo de radicalização muitas vezes envolve o uso da propaganda, seja comunicada pessoalmente ou através da Internet, ao longo do tempo. O tempo e a eficácia da propaganda e de outros meios persuasivos empregados variam dependendo das circunstâncias e relações individuais. 38. O uso terrorista da Internet é um problema transnacional, que exige uma resposta integrada através das fronteiras e entre os sistemas nacionais de justiça penal. As Nações Unidas desempenham um papel fundamental a este respeito, facilitando o debate e a partilha de boas práticas entre os Estados-Membros, bem como a construção de consenso sobre abordagens comuns para combater a utilização da Internet para fins terroristas. 469. O principal objetivo das investigações relacionadas com o terrorismo é a segurança pública. Em alguns casos, as autoridades precisam intervir para impedir a prática de atos terroristas antes que existam evidências suficientes para iniciar uma ação penal pelos atos terroristas que as autoridades suspeitam estarem sendo planejados. 470. Nestas situações, as autoridades podem ter de contar com outras infrações penais para fornecer a base jurídica para as suas ações, incluindo delitos como solicitação, conspiração, associação criminosa ou fornecimento de apoio material a terroristas, em vez de crimes substantivos relacionados com atos terroristas planejados. Outras disposições penais gerais relativas à fraude ou à posse ou utilização de artigos ilícitos (por exemplo, falsos documentos de identidade / viagem, armas) podem ser utilizadas para perturbar ou comprometer as atividades dos grupos terroristas antes de os seus ataques ou atividades serem realizados.

10. https://www.unodc.org/documents/frontpage/Use_of_Internet_for_Terrorist_Purposes.pdf

11. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement>

12. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/633/01/PDF/N0163301.pdf?OpenElement>

13. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/510/52/PDF/N0551052.pdf?OpenElement>

14. http://www.un.org/en/sc/ctc/docs/2015/SCR%202178_2014_EN.pdf

15. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8530.htm

16. "O E.I. estava oferecendo algo novo, utilizando-se de argumentação religiosa e exortação generalizada

e enfatizando dois temas aparentemente diferentes - a ultraviolência e a sociedade civil. Eles eram inesperadamente potentes quando combinados e alternados. A ultraviolência serviu para múltiplos propósitos. Além de intimidar seus inimigos no terreno (as tropas iraquianas que fugiram antes do avanço do E.I. foram supostamente aterrorizadas por imagens de execução em massa de prisioneiros), a ultraviolência vendeu bem com o alvo demográfico para os combatentes estrangeiros - jovens raivosos, desajustados, cujo sangue fervia ao ver imagens de terríveis decapitações e da crucificação dos assim chamados apóstatas."

17. STERN, Jessica e BERGER, J.M. *ISIS The State of Terror*. First Ecco Paperback ed. 2016. p. 72

18. <http://observador.pt/opinioao/o-daesh-digital/>

19. "Dentro do mundo surreal da máquina da propaganda do Estado Islâmico"

20. https://www.washingtonpost.com/world/national-security/inside-the-islamic-states-propaganda-machine/2015/11/20/051e997a-8ce6-11e5-acff-673ae92ddd2b_story.html?tid=sm_tw&utm_term=.9f8a1626906c

21. Silva, Lígia Gonçalves. O processo de recrutamento em organizações terroristas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. 2012. Íntegra em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/23432>

22. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm

23. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DESMUNICIADA. (A) TIPICIDADE DA CONDUTA. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PENAIAS. MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO E MODELO EXIGENTE DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS EM MATÉRIA PENAL. CRIMES DE PERIGO ABSTRATO EM FACE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE ARMA DESMUNICIADA. ORDEM DENEGADA. 1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS PENAIAS. 1.1. Mandatos constitucionais de criminalização: A Constituição de 1988 contém significativo elenco de normas que, em princípio, não outorgam direitos, mas que, antes, determinam a criminalização de condutas (CF, art. 5º, XLI, XLII, XLIII, XLIV; art. 7º, X; art. 227, § 4º). Em todas essas é possível identificar um mandato de criminalização expresso, tendo em vista os bens e valores envolvidos. Os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas proibições de intervenção (Eingriffsverbote), expressando também um postulado de proteção (Schutzgebote). Pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso (Übermassverbot), como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela (Untermassverbot). Os mandatos constitucionais de criminalização, portanto, impõem ao legislador, para seu devido cumprimento, o dever de observância do princípio da proporcionalidade como proibição de excesso e como proibição de proteção insuficiente. 1.2. Modelo exigente de controle de constitucionalidade das leis em matéria penal, baseado em níveis de intensidade: Podem ser distinguidos 3 (três) níveis ou graus de intensidade do controle de constitucionalidade de leis penais, consoante as diretrizes elaboradas pela doutrina e jurisprudência constitucional alemã: a) controle de evidência (Evidenzkontrolle); b) controle de sustentabilidade ou justificabilidade (Vertretbarkeitskontrolle); c) controle material de intensidade (intensivierten inhaltlichen Kontrolle). O Tribunal deve sempre levar em conta que a Constituição confere ao legislador amplas margens de ação para eleger os bens jurídicos penais e avaliar as medidas adequadas e necessárias para a efetiva proteção desses bens. Porém, uma vez que se ateste que as medidas legislativas adotadas transbordam os limites impostos pela Constituição – o que poderá ser verificado com base no princípio da proporcionalidade como proibição de excesso (Übermassverbot) e como proibição de proteção deficiente (Untermassverbot) –, deverá o Tribunal exercer um rígido controle sobre a atividade legislativa, declarando a inconstitucionalidade de leis penais transgressoras de princípios constitucionais. 2. CRIMES DE PERIGO ABSTRATO. PORTE DE ARMA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. A Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) tipifica o porte de arma como crime de perigo abstrato. De acordo com a lei, constituem crimes as meras condutas de possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo. Nessa espécie de delito, o legislador penal não toma como pressuposto da criminalização a lesão ou o perigo de lesão concreta a determinado bem jurídico. Baseado em dados empíricos, o legislador seleciona grupos ou classes de ações que geralmente levam consigo o indesejado perigo ao bem jurídico. A criação de crimes de perigo abstrato não representa, por si só, comportamento inconstitucional por parte do legislador penal. A tipificação de condutas que geram perigo em abstrato, muitas vezes, acaba sendo a melhor alternativa ou a medida mais eficaz para a proteção de bens jurídico-penais supraindividuais ou de caráter coletivo, como, por exemplo, o meio ambiente, a saúde etc. Portanto, pode o legislador, dentro de suas amplas margens de avaliação e de decisão, definir quais as medidas mais adequadas e necessárias para a efetiva proteção de determinado bem jurídico, o que lhe permite escolher espécies de tipificação próprias de um direito penal preventivo. Apenas a atividade legislativa que, nessa hipótese, transborde os limites da proporcionalidade, poderá ser tachada de inconstitucional. 3. LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE ARMA. Há, no contexto empírico legitimador da veiculação da norma, aparente lesividade da conduta, porquanto se tutela a segurança pública (art. 6º e 144, CF) e indiretamente a vida, a liberdade, a integridade física e psíquica do indivíduo etc. Há inequívoco interesse público e social na proscrição da conduta. É que a arma de fogo, diferentemente de outros objetos e artefatos (faca, vidro etc.) tem, inerente à sua natureza, a característica

da lesividade. A danosidade é intrínseca ao objeto. A questão, portanto, de possíveis injustiças pontuais, de absoluta ausência de significado lesivo deve ser aferida concretamente e não em linha diretiva de ilegitimidade normativa. 4. ORDEM DENEGADA.(HC 102087, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 28/02/2012, DJe-159 DIVULG 13-08-2012 PUBLIC 14-08-2012 REPUBLICAÇÃO: DJe-163 DIVULG 20-08-2013 PUBLIC 21-08-2013 EMENT VOL-02699-01 PP-00001)

24. MIRANDA, Jorge. Os direitos fundamentais e o terrorismo: os fins nunca justificam os meios, nem para um lado, nem para outro. In *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais*, Quarter Latin, 2006. Pp. 173-185.

25. "A propaganda eficaz de alguns militantes pode ajudar a radicalizar muitos outros - e isso, como observa George Piro do FBI, está sendo a dificuldade para a aplicação da lei. Como as parcelas terroristas tradicionais envolviam múltiplos operativos e um ciclo de planejamento de muitos meses, isso deu ao FBI oportunidades de interceptar comunicações sobre o enredo ou seu financiamento, para os militantes caseiros o cronograma para um ataque potencial se tornou extremamente comprimido. (...)Em qualquer caso, para aqueles que são alvo da jihad virtual, a atenção é profundamente preocupante. (...)No memorando que ele apresentou no julgamento de Jesse Morton, o promotor Neil MacBride explicou. 'Como escreveu o filósofo Karl Popper em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, "se não estamos preparados para defender uma sociedade tolerante contra o ataque do intolerante, então os tolerantes serão destruídos e a tolerância com eles ... Nós devemos, portanto, reivindicar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes"'. "

26. BERGEN, Peter. *United States of Jihad*. Broadway Books. 2017. Pp. 158-159.

27. "Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

28. Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

29. Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

30. <https://jnsllp.wordpress.com/2017/04/19/nationalsecuritylaw-united-states-v-suarez-s-d-fla-apr-18-2017-life-sentence-in-isis-material-support-explosives-case/>

31. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/04/18/acusado-de-terrorismo-cubano-e-condenado-a-prisao-perpetua-nos-eua.htm>

32. <https://www.usatoday.com/story/news/world/2015/11/17/islamic-state-names/75889934/>

33. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc

34. <https://en.wikipedia.org/wiki/Jihadism>

35. "Declaração da Jihad contra os países tiranos", manual da Al Qaeda em que se orienta como evitar a detecção pelas agências de inteligência inimigas. Nele se orienta a adoção da dissimulação no cotidiano, diálogos, maneira de se vestir, etc. In *Terror in the name of God*. STERN, Jessica. First Ecco Trade Paperback. 2004. p. 249.

36. <http://www.investigativeproject.org/documents/misc/863.pdf>

37. <https://en.wikipedia.org/wiki/Shura>

38. <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2356>

39. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Noradine>

40. <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e316>

41. "Nos velhos tempos", diz ele, o processo de recrutamento para um grupo terrorista era geralmente em pessoa e, portanto, mais fácil de detectar. "Tinha que haver uma pessoa, um imã radical ou o velho que lutara na Guerra do Afeganistão, que tinha voltado e contava histórias heróicas, para fazer o recrutamento". Mas com o advento da Internet, persuadir outras pessoas a se juntarem a um grupo terrorista "não requer agentes treinados que precisam passar por campos de treinamento e assumir uma promessa de lealdade a uma determinada organização. Tudo isso agora é feito on-line, anonimamente".

42. BERGEN, Peter. *United States of Jihad*, Broadway Books, 2017, p. 145.

43. "Agora todos os muçulmanos britânicos que saem da luta na Síria ou no Iraque se tornam um angariador virtual ou oficial de recrutamento para mais de sua própria espécie. Um exemplo foi Mehdi Hassan, um jovem de vinte anos de Portsmouth que se juntou ao E.I. e morreu lutando na batalha de Kobane em novembro de 2014. Hasan tinha se alistado junto com vários amigos de Portsmouth, todos atraídos pelas imagens chocantes dos triunfos marciais do E.I. e sua idealizada descrição de vida sob a regra takfiri."

44. WEISS, Michael e HASSAN, Hassan. *ISIS Inside the Army of Terror*. Regan Arts. 2015. Pág. 166.

45. Silva, Lígia Gonçalves. O processo de recrutamento em organizações terroristas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. 2012. Íntegra em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316>

/23432

46. "A projeção poderosa do 'califado' do E.I. exerceu uma força gravitacional sobre as pessoas vulneráveis em todo o mundo, mas nem todos eles entraram em sua órbita. Alguns foram incapazes de viajar para o Oriente Médio, frustrados por circunstâncias pessoais, obstáculos externos ou falta de imaginação. Com a participação negada no projeto ISIS no exterior, alguns optaram por participar em casa, por meio de atos de violência."

47. STERN, Jessica e BERGER, J.M. ISIS The State of Terror. First Ecco Trade Paperback. 2016. p. 94.

48. Idem, p. 95.

49. STERN, Jessica e BERGER, J.M. ISIS The State of Terror. First Ecco Trade Paperback. 2016. p. 159.

50. LEONID passou a fazer uso do telefone celular de Valdir, seu irmão de criação, para se comunicar com o grupo no aplicativo Telegram, conforme ele mesmo referiu aos demais em mensagens anteriores. No áudio enviado por ele no dia 17/7 aos demais por meio do perfil de Valdir no aplicativo ele pessoalmente esclarece as razões disso.

51. "Que Deus lhe conceda proteção, segurança, misericórdia e que Ele lhe abençoe. Se Deus quiser"

52. <https://en.wikipedia.org/wiki/Shura>

53. <https://en.wikipedia.org/wiki/Caliphate>

54. Ementa: HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

REINCIDÊNCIA. MAUS ANTECEDENTES. FATOS DISTINTOS ENSEJADORES DE

CONDENAÇÕES TRANSITADAS EM JULGADO. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. ORDEM

DENEGADA. 1. O tema do agravamento da pena pela reincidência está com repercussão geral reconhecida no RE 591.563, da relatoria do ministro Cezar Peluso. Da mesma forma, a questão da valoração de processos criminais em andamento como "maus antecedentes" também está com a repercussão geral reconhecida no RE 591.094, da relatoria do ministro Marco Aurélio. O que não impede o exame da tese da impetração. 2. Configura dupla e indevida valoração da mesma circunstância o agravamento da pena pela reincidência e por maus antecedentes sempre que os fatos ensejadores destes juízos sejam os mesmos. 3. No caso, o paciente tem contra si diversos (e distintos) títulos condenatórios transitados em julgado. Onde não se falar em dupla valoração da mesma condenação (e, portanto, do mesmo fato) como maus antecedentes e como reincidência. Precedentes. 4. Ordem denegada.(HC 96046, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 13/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-084 DIVULG 30-04-2012 PUBLIC 02-05-2012)

55. EMENTA: AÇÃO PENAL. Sentença. Condenação. Pena privativa de liberdade. Fixação abaixo do mínimo legal. Inadmissibilidade. Existência apenas de atenuante ou atenuantes genéricas, não de causa especial de redução. Aplicação da pena mínima. Jurisprudência reafirmada, repercussão geral reconhecida e recurso extraordinário improvido. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.(RE 597270 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 26/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-104 DIVULG 04-06-2009 PUBLIC 05-06-2009 EMENT VOL-02363-11 PP-02257 LEXSTF v. 31, n. 366, 2009, p. 445-458)

56. Estes terroristas autorradicalizados mostraram-se muito mais difíceis de se detectar do que os grupos operativos ou independentes da Al-Qaeda (...). Os lobos solitários, no entanto, não foram capazes de realizar operações nada próximas da escala do 11 de setembro, que exigiu treinamento extensivo, muitos conspiradores e centenas de milhares de dólares. Ainda assim, eles poderiam vir de qualquer lugar, a qualquer momento - e eles também poderiam ser mortais. Desde o 11 de setembro, todo ato de terrorismo jihadista que resultou em uma fatalidade em solo americano foi realizado por lobos solitários.

57. BERGEN, Peter. United States of Jihad, Broadway Books, 2017, pp. 57-58.

58. "Há um limite para o dano que um vingador do tipo lobo solitário pode causar. Um indivíduo pode aterrorizar uma cidade, como o caso do franco-atirador deixa claro. Mas ele não conseguiria realizar um ataque do tipo do que ocorreu em 11 de setembro, que exigiu coordenação entre um grande número de operativos e apoiadores. No entanto, lobos solitários são especialmente difíceis de serem detectados pelas autoridades. À medida em que a tecnologia militar continua a melhorar e a se disseminar, o que o cientista político Joseph Nye chama de 'privatização da guerra', redes virtuais e até mesmo lobos solitários podem se tornar uma grande ameaça.

59. STERN, Jessica. Terror in The Name of God. First Ecco Trade Paperback. 2004. p. 173.

60. MELEAGROU-HITCHENS, Alexander e HUGHES, Seamus. The threat to the United States from the Islamic State's virtual entrepreneurs in CTC Sentinel, Março de 2017. Disponível em <https://www.ctc.usma.edu/posts/the-threat-to-the-united-states-from-the-islamic-states-virtual-entrepreneurs>

5046863-67.2016.4.04.7000

700003115233 .V560 CFA© MJS